

Índice dos Apêndices (Disco 1 DVD)

Nota: O Disco 1 (DVD) engloba toda a matéria expendida nos Apêndices, algumas músicas colhidas pelo etnomusicólogo José Alberto Sardinha, os Cantares de Manhouce que renascem com Isabel Silvestre, e os Núcleos Museológicos.

Índice

Apêndice I A)	- 5 -
I.1. Nova Tipologia de Museu.....	- 5 -
I.1.1.O Ecomuseu	- 5 -
I.1.2. A Museologia no último Século e a Defesa e Salvaguarda do Património:	- 9 -
Museologia Tradicional	- 12 -
Nova Museologia.....	- 12 -
I.1.3. O Museu de Ar Livre	- 13 -
I.1.4. O Economuseu	- 13 -
I.1.5. Um Modelo de Desenvolvimento Sustentável.....	- 15 -
I.1.5.1.O Património ao Serviço do Desenvolvimento Local	- 15 -
I.1.5.2.Dos Recursos Patrimoniais dos Municípios:	- 16 -
I.1.5.3.Dos Recursos Naturais dos Municípios	- 17 -
I.1.5.4.Das Identidades Sociais e Culturais Deste Território	- 18 -
I.2.Proposta de Programa Museológico do Museu do Vale da Paiva e Serras	- 21 -
I.2.1.Apresentação de um novo Projecto Museológico para o Território considerado.....	- 21 -
I.3.Património e sustentabilidade	- 25 -
I.4. Ambiente e sustentabilidade turística	- 27 -
I.5. Políticas e iniciativas ambientais e desenvolvimento territorial sustentável	- 29 -
Apêndice I B)	- 39 -
Apêndice II.....	- 43 -
II.1.Bens patrimoniais móveis	- 43 -
Apêndice III.....	- 44 -
III.1.Documentos do Direito Internacional adoptados pela legislação portuguesa	- 44 -
Apêndice IV	- 45 -
IV.1.Considerações sobre a legislação quanto à salvaguarda do património	- 45 -
Apêndice V	- 46 -
V.1.Leis vigentes, criadas após o Decreto 20.985, de 7 /3 / 32 e da Lei 13/85:	- 46 -

Apêndice VI	- 47 -
VI.1.Relação dos Organismos competentes para a salvaguarda do património (Decreto Lei 215/2006, de 27 (2) de Outubro)	- 47 -
Apêndice VII	- 48 -
VII.1.Lendas e Narrativas.....	- 48 -
1.º - A da Cruz do Penedo da Saudade.....	- 48 -
2.º - O morto que matou dois	- 49 -
3.º - As brasas na mão de São Macário	- 49 -
4.º - Lenda do Frei Leovigildo.....	- 50 -
5.º - A Capela das Portas de Montemuro.....	- 51 -
6.º - A Gruta de São Macário de Baixo	- 53 -
7.º - Pedidos a São Macário	- 53 -
8.º, 9.º e 10.º Acerca do Juíz de Barreiras	- 54 -
11.º - A Lenda do Rego do Boi.....	- 53 -
Apêndice VIII	- 53 -
VIII.1.Mais alguns Geossítios, do Geoparque de Arouca	- 58 -
a) Campo de dobras da Castanheira, freguesia de Albergaria da Serra.....	- 58 -
b) Panorâmica da Costa da Castanheira, freguesia de Albergaria da Serra	- 59 -
c) Complexo mineiro da Poça da Cadela (Regoufe), freguesia de Covêlo de Paivó.....	- 59 -
d) Cascata das Aguiéiras, freguesia de Alvarenga (contudo o seu ponto de vista privilegiado situa-se em Canelas).....	- 60 -
e) Garganta da Paiva, freguesias de Alvarenga / Canelas	- 61 -
VIII.2. A importância do Geoturismo.....	- 61 -
Apêndice IX.....	- 62 -
IX.1.Património Paisagístico	- 62 -
Apêndice X.....	- 80 -
X.1. Alguns Autores representados no Museu Maria da Fontinha	- 80 -
X.1.1. Colecção de Pintura – Alguns exemplos	- 82 -
X.1.2. Colecção de escultura – Alguns exemplos	- 120 -
Apêndice XI.....	- 136 -
XI.1.Exemplares de automóveis em Leiria (futura, nesta Região).....	- 136 -
Apêndice XII.....	- 151 -
XII.1. Capela da Fontinha.....	- 151 -

XII.2. Escolinha do Professor Ricoca	- 153 -
XII.3. Peças de etnografia usadas por Maria da Fontinha	- 154 -
XII.4. Auditório / Memorial José Vasconcelos	- 155 -
XII.5. Mausoléu de Maria da Fontinha	- 156 -
XII.6. Reconhecimentos do seu mérito	- 159 -
Apêndice XIII	- 159 -
Os restantes núcleos do Museu do Território	- 159 -
2.º Penedo da Saudade, Além do Rio, Castro Daire	- 159 -
3.º Cruzeiro de Lubízios, São Martinho das Moitas/Gafanhão	- 161 -
4.º Moinhos de água e de azeite (lagar ou azenha), no Gafanhão Castro Daire	- 162 -
5.º Igreja de São Martinho das Moitas, São Pedro do Sul	- 163 -
6.º Castanheiros milenares de Macieira, Sul, São Pedro do Sul	- 165 -
7.º Capela de São Macário de Cima São Martinho das Moitas, São Pedro do Sul e Capela de São Macário de Baixo, Sul, São Pedro do Sul	- 166 -
8.º Aldeia da Pena, Sul, São Pedro do Sul e Garra, em Covelo de Paivó, Arouca	- 167 -
Portal do Inferno	- 168 -
9.º Castro da Cárcoda, Carvalhais, São Pedro do Sul	- 169 -
10.º Ponte Romana e moinhos de Manhouce, São Pedro do Sul	- 170 -
11.º Igreja Matriz, de Manhouce	- 171 -
12.º Pedras Parideiras, na Castanheira, Albergaria da Serra (Geoparque de Arouca)	- 172 -
13.º Frecha da Mizarela, em Albergaria da Serra (Geoparque de Arouca)	- 173 -
14.º Memorial de Santo António, Arouca	- 174 -
15.º Mosteiro, Museu e Igreja de Arouca	- 175 -
16.º Centro de Interpretação Geológica de Canelas (Geoparque de Arouca)	- 177 -
17.º Igreja Nossa Senhora de Rodes e Solar de Grijó, Gafanhão, Reriz, Castro Daire	- 178 -
Solar de Grijó	- 180 -
18.º Igreja Matriz e Várzea, de Reriz, Castro Daire	- 181 -
19.º Moinhos do Cereal e de Azeite e Pisões, na Paiva e seus afluentes	- 183 -
20.º Igreja Matriz de Ester, Castro Daire	- 184 -
21.º Igreja Matriz de Parada de Ester, Castro Daire	- 186 -
22.º Portas de Montemuro, Castro Daire	- 187 -
23.º Santuário de Santa Helena, Picão, Castro Daire	- 188 -
24.º Castro de Cabril, Castro Daire	- 188 -

25.º Aldeia das Levadas, Cabril, Castro Daire.....	- 196 -
26.º Igreja Matriz de Cabril, Castro Daire	- 197 -
27.º Capela da Senhora do Monte e Pelourinho, Alvarenga, Arouca	- 198 -
Pelourinho	- 199 -
28.º Carreira dos Moinhos, Alvarenga, Arouca.....	- 200 -
29.º Mosteiro da Ermida, (Templo das Siglas), Ermida, Castro Daire	- 202 -
30.º Museu Municipal de Castro Daire	- 206 -
31.º Igreja Matriz de Castro Daire.....	- 207 -
32.º Alguns Solares de Castro Daire.....	- 211 -
33.º Canastos de Pendilhe	- 212 -
34.º Orca, (anta, dólmen), de Pendilhe, Vila Nova de Paiva	- 213 -
35.º Igreja e Pelourinho de Pendilhe	- 214 -
36.º Orca (anta, dólmen), do Picoto do Vasco, Pendilhe, Vila Nova de Paiva	- 216 -
37.º Sarcófagos de Vila Cova-à-Coelheira	- 216 -
38.º Igreja Matriz de Vila Cova-à-Coelheira, Vila Nova de Paiva	- 218 -
39.º Pelourinho e Sinagoga de Vila Cova-à-Coelheira,Vila Nova de Paiva.....	- 219 -
40.º Arquitectura Civil e Igreja - Museu, de Vila Nova de Paiva	- 220 -
41.º Igreja Matriz e Pelourinho de Alhais, Vila Nova de Paiva	- 222 -
42.º Orca (anta, dólmen), dos Juncais, freguesia de Queiriga, Vila Nova de Paiva	- 223 -
43.º Parque Arbutus do Demo e Orca da Corga dos Moços, Vila Nova Paiva	- 225 -
44.º Orca (anta ou dólmen), das Castonairas e Pisão, em Fráguas, Vila Nova de Paiva	- 228 -
Pelourinho:	- 229 -
45.º Saber - Fazer (Olaria do Barro Negro), em Ribolhos, Castro Daire.....	- 230 -
46.º Termas de Carvalhal, Castro Daire e Termas de São Pedro do Sul.....	- 231 -
47.º Património Gastronómico	- 232 -
48.º Património Paisagístico	- 233 -
49.º Património Musical.....	- 233 -
Apêndice XIV	- 234 -
50.º Lendas e Narrativas	- 233 -
Apêndice XV	- 237 -
XV.1. Residências artísticas de Nodar (São Martinho das Moitas/São Pedro do Sul).....	- 237 -
Apêndice XVI	- 242 -
XVI.1. Enaltecimento da identidade territorial na literatura e noutras artes	- 242 -

Apêndice I. A)

I.1. Nova Tipologia de Museu

I.1.1.O Ecomuseu

O ecomuseu surge através de *Hugues de Varine* e *Georges Henri Rivière*, em França. Na realidade, e de início, não se tratava totalmente daquilo que hoje é entendido por *ecomuseu*, mas sim de vários museus numa região, e sem qualquer relação entre eles.

O aparecimento do *ecomuseu* está estreitamente ligado às transformações da sociedade francesa dos anos sessenta. Por um lado, o desenvolvimento de políticas de Ordenamento do Território proporcionou condições favoráveis à sua implementação e, por outro lado, o surgimento de novas preocupações na sociedade francesa da época, iam muito ao encontro das matérias, em relação às quais os ecomuseus se debruçam.

Foi em 1971 que o Ministro do Meio Ambiente Francês, *Robert Poujade*, utilizou, pela primeira vez, numa sessão do Conselho Internacional de Museus, em Dijon, a palavra e o conceito de *ecomuseu*. Desde esse momento, e por toda a década de 70 do Século XX, começa a ter lugar o reconhecimento do significado dos ecomuseus e dá-se uma generalização da implementação destes espaços em França, ao ponto de em 1981 ser adoptado um texto onde se reconhece aos ecomuseus os mesmos direitos dos museus tradicionais.

Georges Henry Rivière foi a par de *Hugues de Varine*, um dos responsáveis pela concepção deste novo tipo de museu. Segundo este, o ecomuseu é um instrumento que, inserido numa comunidade, concebe, instala e explora, em conjunto com esta, uma realidade na qual ela se revê. Por este motivo, *Hugues de Varine* terá preferido chamar a este tipo de museu o “*museu da comunidade*.”

Segundo *Georges Henry Rivière*, o ecomuseu é “*una institución que no cesa de evolucionar, pero que continúa nueva, e se afianza como muy dinámica*.” (Rivière, 1989,p.191).

Esta definição de museu pressupõe a existência de vários elementos fundamentais para a sua conceptualização, conforme o quadro teórico - metodológico proposto por *Hugues de Varine*, de que já se fez menção:

um território, uma população e um património para a preservação de uma memória colectiva.

Alfredo Tinoco ainda acrescenta, como elementos fundamentais nesta relação:

*os saberes dos anciãos e os lugares privilegiados.*¹

Na verdade, trata-se de um museu onde a população é um elemento participativo, num Território definido e onde o saber e o saber - fazer são evidenciados como um documento museológico integrante do acervo desse museu. *Georges Henry Rivière* (1989, p.189) afirma que este tipo de museu é um lugar onde

“se trata del tiempo y del espacio en torno a un territorio dado y sus relaciones del hombre y de la naturaleza” (Rivière, 1989, p.189) funcionando como um *“instrumento que un poder público y una población conciben, fabrican y explotan conjuntamente. Dicho poder, con los expertos, las facilidades, los recursos que él le proporciona. Dicha población, según sus aspiraciones, su cultura, sus facultades de aproximación.”* (Rivière, 1989, p.191).

Sem essa envolvimento, tratar-se-ia apenas de um museu tradicional como tantos outros, que basearia a sua mensagem apenas em objectos expostos. Uma coisa é musealizar um moinho e outra é fazê-lo num contexto em que existe um moleiro a produzir farinha. Terá que haver, por isso, a participação da comunidade local.

Esta participação da comunidade é um factor importantíssimo, na medida em que, ao sentir-se parte de todo um processo, essa comunidade sentirá a instituição “museu” como sua, como algo que lhe pertence, auxiliando o aumento da sua auto-estima, ao valorizar o seu património e a sua herança cultural local.

Ainda segundo *Rivière*, e na sequência do acima referido, o *ecomuseu* é:

¹ Seminários de Mestrado em Museologia, ULHT, 2006,2007

“(…) um espejo en el esa población se mira, para reconocerse en él, donde busca la explicación del territorio al que está unido, junto al de las poblaciones que la han precedido, en la discontinuidad o la continuidad de las generaciones. Un espejo que esa población presenta a sus huéspedes, para hacerse comprender mejor, en el respeto a su trabajo, sus comportamientos, su intimidad.

Una expresión del hombre y de la naturaleza. El hombre es allí interpretado en su medio natural. La naturaleza está en su salvajismo, pero tal y como la sociedad tradicional y la sociedad industrial han adaptado su imagen.

Una expresión del tiempo, cuando la explicación remonta hasta la aparición del hombre en la región, se escalona a través de los tiempos prehistóricos e históricos que ha vivido y desemboca en la época actual (...).

Una interpretación del espacio. De espacios escogidos, donde el visitante puede reposar, o caminar.

Un laboratorio, en la medida en que contribuye al estudio histórico y contemporáneo de esa población y de su medio y favorece la formación de especialistas en sus campos respectivos, en cooperación con las organizaciones de investigación que no pertenecen al ecomuseu.

Un conservatorio, en la medida en que ayuda a la preservación y a la valoración del patrimonio natural y cultural de esa población.

Una escuela, en la medida en la que asocia a esa población con sus acciones de estudio u de protección, en la que incita a un mejor análisis de los problemas de su propio futuro.” (Rivière, 1989, p.191-192).

Pela natureza aberta e voltada para as pessoas, um dos aspectos ainda relevantes sobre este novo tipo de museu tem a ver com a possibilidade de existência destes espaços, segundo um *modelo de autogestão comunitária, ou pelo menos de uma abertura à comunidade nestas responsabilidades.*

O facto de gerir o seu espaço e de participar activamente neste projecto, a comunidade poderá encontrar novos meios para se adaptar às mudanças e problemas do quotidiano, minimizando o fosso entre as gerações.

Segundo *Pierre Mayrand*, um *ecomuseu* pode assumir várias dimensões de acordo com o quadro que se reproduz:

Tipo de museu		Dimensão assumida	
1	Ecomuseu do conhecimento	=	Científico (conhecer)
2	Ecomuseu da identidade	=	Patrimonial (Conhecer-se)
3	Ecomuseu da criação	=	Fazer conhecer-se
4	Ecomuseu da crítica	=	Desmistificador (anula barreiras)
5	Ecomuseu militante	=	Catalisador
6	Ecomuseu do desenvolvimento	=	Contempla questões ecológicas

Fonte: Pierre Mayrand; Seminário de Mestrado em Museologia, ULHT 2006/2007

Ilustração 1 - O Ecomuseu

Resumindo: pode-se afirmar que genericamente o conceito de *ecomuseu* apresenta e interpreta, nas dimensões temporais e espaciais, a inter-relação entre a Natureza, e a Cultura no interior de um quadro territorial definido; põe de lado o edifício (espaço fechado) e envolve espaços abertos de ordem cultural, ecológica, etnológica, social e económica; o percurso do *ecomuseu* é o território na sua componente natural e paisagística; traduz uma ligação e interdependência entre espaços naturais e humanizados, por isso culturais e, por fim, conserva testemunhos que em diferentes épocas, revelam a forma como o ser humano se integrou no meio natural, documentando a sua evolução.

Acresce-se que o ecomuseu é uma instituição museológica que alia os seus pressupostos à rentabilização económica da instituição, através da venda dos produtos aí produzidos, decorrentes da sua actividade. (*Seminário do Mestrado em Museologia, da ULHT, 2006/2007*).

I.1.2. A Museologia no último Século e a Defesa e Salvaguarda do Património:

No Século XX, surgiram vários documentos fundamentais e estruturantes do pensamento da nova Museologia.

No Seminário do Rio de Janeiro, de 1958, da UNESCO, analisaram-se as questões relacionadas com os museus debaixo de uma preocupação profissional e educativa destes e aí se reflectiu sobre a própria noção do museu e se discutiu sobre as consequências das suas funções de conservação, estudo de exposição, usufruto e educação do público: de elementos de valor cultural, independentemente do interesse artístico, técnico, histórico ou científico. Questionou-se se a Museologia era ou não uma ciência e na transformação do museu enquanto elemento conservador para uma noção enquanto meio de comunicação atractivo; incidindo nos problemas da comunidade e contribuindo para a transformação e desenvolvimento desta; sendo necessário criarem-se serviços educativos; tudo à semelhança do que defendia Georges Henry Rivière, ou seja, capaz de conceber, guiar e utilizar realidades com capacidade para a musealização.

A Declaração de Santiago do Chile é de uma importância revolucionária no campo da museologia. A humanidade atingira um elevado nível de progresso científico e tecnológico. Mas subsistiam desigualdades entre os países desenvolvidos e os que estavam ainda em vias de desenvolvimento. Reflectindo no papel dos museus na América Latina de então, produziu-se um conjunto de recomendações a sugerir mudanças de atitude nos museus, focando que as transformações sociais económicas e culturais eram um desafio para a Museologia; a existência de assimetrias entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos; a reflexão abrangente da sociedade e não só de uma elite; e o abrir os horizontes a outras áreas do pensamento, v.g. educação, agricultura, meio ambiente e urbanismo, onde deverá desempenhar papel activo nas questões sociais, económicas e culturais por meio de acções educativas, foram marcantes preocupações.

Um aspecto também inovador deste Encontro foi o do museu “integral”, termo que mais tarde se modificou para “integrado”, entendida esta expressão como melhor caracterizadora da ideia do que se pretendia transmitir.

O museu enquanto instrumento dinâmico de mudança e desenvolvimento social assume uma função social a génese da nova Museologia. O património, agora entendido e trabalhado de diversas perspectivas assume a característica interdisciplinar.

Realçou-se neste Encontro a ideia do Museólogo ter uma responsabilidade política no museu, e não continuar com um ser neutro, mas político na medida em que a partir do momento em que opta por tratar de um determinado assunto em detrimento de outro, perde a sua rentabilidade. Há sempre que seleccionar-se o que se irá retratar; há é que se estar ciente da forma como se faz essa selecção.

A Declaração de Québec, de 1984, é o resultado das propostas nascidas no “Ateliê Internacional de Ecomuseus”, permitindo a troca de experiências de ecomuseologia e da chamada nova museologia em comparação com a museologia tradicional. Sobressaiu neste Encontro, o reconhecimento formal de um novo movimento de renovação, a que se chamou “Nova Museologia”.

A Declaração de Québec é um documento que estabelece algumas noções inovadoras e fundamentais no âmbito da ideologia de nova museologia, tais como: a utilização de testemunhas materiais e imateriais serem passíveis de constituir colecções; a questão de ordem social tendo por base a investigação e a interpretação, encaminhando soluções e identificando problemas, o museu extrapolando os seus limites físicos do edifício propriamente dito, procurava a sua inserção nos meios desfavoráveis tentando gerar o desenvolvimento comunitário, criar postos de trabalho e, assim, ser um factor de revitalização da economia; a actuação da museologia como forma de proporcionar uma evolução democrática da sociedade; o facto de o processo de exposição museológica assumir o carácter de utilização permanente, enquanto instituição formativa rejeitando o carácter de contemplação até então instituído; o museu deve reconhecer e valorizar as culturas de todos os grupos humanos, inseridos na sua envolvimento.

A museologia assume, assim, uma postura de reconhecimento do direito à diferença.

De igual modo, se encara a necessidade de enveredar pelo caminho da interdisciplinaridade, contrariando as práticas correntes mono disciplinares que

veiculavam o saber isolado, absoluto e redutor da acção museológica tradicionalmente instituída.

Em suma, e de certo modo, reafirma-se um dos aspectos importantes de Santiago: a socialização do objecto museológico.

A Declaração de Oaxtepec, de 1984, reafirma a ideia da nova museologia, a importância da interdisciplinaridade e introduz a noção de que a nova museologia estabelece uma relação indissociável entre o indivíduo, o património e o território. Surge, então, matéria para aplicação de métodos de socialização e de partilha deste bem cultural.

A Declaração de Caracas, de 1992, retoma os princípios de Santiago do Chile, reflectindo-se sobre a missão do museu como um agente de desenvolvimento integral (integrado) de uma região.

Importante foi o ter aparecido a noção de que a comunicação e a informação são de suma importância para a abertura de novos rumos em direcção ao desenvolvimento das sociedades.

“*Integral*” para “*integrado*”;

Neste documento corrigiu-se a noção do museu entendendo-se que o museu está integrado na vida da comunidade, propondo acções e processos contemplem e considerem as questões específicas da realidade local, onde o museu actua e se situa esta alteração terminológica de “*integral*”, conotação mais dominadora e paternalista, enquanto o termo “*integrado*” transmite mais a noção de diálogo com a sociedade e a constituição de uma parte integrante dessa sociedade; tratando-se da ideia de parceria com outros, numa maior proximidade.

A Museologia vem a exigir ao museu que se transforme de uma instituição estática encerrada em si mesma, num espaço dinâmico e centrado na sociedade. Este movimento fez surgir os museus comunitários descentralizados, os museus de ar livre, os ecomuseus, os economuseus, *inter alia*, traduzindo uma tendência para a preservação *in situ*. Isto tornou-se possível pelo alargamento da noção do património, o que permitiu uma nova abordagem da noção de *objecto museológico*.

Esta inovadora abordagem confere aos museus uma nova função social, actuante a nível do indivíduo e do colectivo, procurando a participação e o envolvimento

comunitário, valorizando o saber do cidadão, acrescentando-lhe o espírito crítico, visando, assim o desenvolvimento quer do indivíduo quer comunitário.

Hugues de Varine produziu um quadro teórico-metodológico onde compara as ideologias da museologia tradicional e da nova museologia.

Enquanto na museologia tradicional subjaz uma função educativa num edifício onde existe a colecção disponível ao público, na nova museologia parte-se do princípio de uma função pedagógica, base para o desenvolvimento local de uma determinada comunidade participativa, baseada num determinado património inserido num contexto de um território.

Quadro 1: Os âmbitos de intervenção dos dois tipos de museologia, segundo Hugues de Varine

<u>Museologia Tradicional</u>		<u>Nova Museologia</u>
Edifícios	>	Território
Colecções	>	Património
Público determinado	>	Comunidade participativa
Função educativa	>	Função pedagógica entendida como base para o Desenvolvimento local

Fonte: Varine

Como se pode observar neste quadro, largamente utilizado por vários autores, em vez de trabalhar todo um edifício, a nova museologia propõe trabalhar um território; em vez de se trabalhar uma colecção, propõe trabalhar todo um património; alargar o âmbito da sua intervenção de um determinado público que visita o museu para toda uma comunidade alargada constituída, por sua vez, por vários subgrupos e por fim, funcionar como base para o desenvolvimento local em oposição a simplesmente educar o visitante numa determinada matéria.

Por fim, cabe referir com a nova museologia não pretende substituir ou extinguir as práticas da museologia tradicional. Propõe um alargamento da noção da museologia tradicional funcionando como complemento desta, passando a Museologia a fazer-se com a vida e não só com os objectos. A Museologia actualmente não ofusca outras

práticas, só alarga o seu campo de acção, abrindo caminhos para nova tipologia de museus: ecomuseus, economuseus, exomuseus ou museus *in situ*, entre outros.

Estes museus contemporâneos, segundo os pressupostos da IX Conferência do ICOM,

“um museu ao serviço do homem, actualidade e futuro: o Papel Educativo e Cultural”
(Paris e Grenoble, 1971)

construindo e analisando as histórias das comunidades, para que o cidadão possa agir e reconhecer-se na sua identidade cultural, utilizando novas técnicas museológicas para solucionar os problemas sociais e urbanos.

Por isso, o papel do museólogo será o de organizar um discurso museológico capaz de gerar a comunicação, promovendo a participação da comunidade para no final avaliar as acções do museu.

A Nova Museologia assume-se como um sistema aberto e interactivo, onde o museu despertará a consciência colectiva sob a realidade do património colocando-o ao serviço do entendimento dos cidadãos sobre a sua própria identidade e realidade cultural, colocando todos, inclusive os visitantes, em permanente diálogo.

A comunidade não será mais um conjunto de receptores de uma mensagem antes um elemento conhecedor da sua própria história e meio envolvente, passando o Museu a ser um meio em vez de um fim.

I.1.3. O Museu de Ar Livre

Os *Museus de ar livre* são considerados parques de dimensões consideráveis onde se encontram exemplares de arquitectura doméstica tradicional e regional de determinado país ou região, bem como todos os demais edifícios e instalações respeitantes à vida rural e das actividades artesanais dessa região.

Trata-se de exemplares originais que, após a devida investigação e estudo, são desmontados e reconstruídos no novo local com todo o seu rigor e forma original,

De acordo com *Georges Henry Rivière*, estes museus terão tido origem na Suécia (onde a sua expressão foi significativa) aquando da

“tomada de consciência da rápida decadência das culturas nacionais ditas tradicionais na Europa e da necessidade de incluir a sua experiência nas sociedades em plena transformação.” (Rivière, 1989, p.78).

Por nós, conhecemos um magnífico exemplo: O Ecomusee de la Grande Lande, em Marquèze, na Commune de Sabres, que nos fascinou.

I.1.4. O Economuseu

O economuseu é uma instituição museológica que alia os pressupostos do ecomuseu à rentabilização económica da instituição através da venda dos produtos aí produzidos decorrentes da sua actividade, um exemplo de sucesso de um economuseu será o Museu de *Hagen*, na Alemanha.²

Trata-se de uma instituição museológica, vocacionada para as escolas, que baseia a sua temática na preservação dos saberes e técnicas de fabrico tradicionais de variadíssimos objectos e artigos tão diversos como o tabaco, pão, tecidos, corda, pregos, alfaías agrícolas, ferramentas, papel e a moagem (para dar apenas alguns exemplos).

A intenção principal desta instituição é não deixar perder as técnicas e conhecimentos dos processos de fabrico do passado. Uma vez que é um museu onde se produzem objectos ao vivo e se aplicam as respectivas técnicas para o visitante poder aprendê-las e conhecê-las, toda a produção resultante desse trabalho é vendida nas lojas, fazendo com que este museu se auto-financie.(valerá a pena fazer-se semelhante, criando-se produtos de lã, de linho, olaria e outros, na nossa Região?)

É um museu com um corpo de profissionais completo com investigadores em que os serviços são de extrema eficiência e diversidade.

Ao ter conhecimento desta realidade, considerámos que este seria provavelmente, o expoente máximo do que deverá ser o ecomuseu. Utiliza na perfeição o conteúdo abstracto do património que são as questões de “*como se faz*”, “*de que se faz*” e “*que técnicas são usadas*” juntando o conteúdo concreto do património que é o objecto em si para obter uma mensagem completa sobre um património concreto.

² (Tinoco, Alfredo (2006/2007). Material didático in Seminário do Mestrado em Museologia. Lisboa: ULHT

Com este modelo de museu, proporciona-se uma educação patrimonial: a partir do património, fornece-se mais informação transformando o visitante em criador. Este processo auxilia a interiorização e consciencialização dos assuntos propostos para, em seguida, criar ou aplicar esses novos conhecimentos. Trata-se de uma aprendizagem complementar: o *saber-fazer*, o manuseamento de objectos, a criação de objectos que as escolas já não ensinam.

I.1.5. Um Modelo de Desenvolvimento Sustentável

I.1.5.1.O Património ao Serviço do Desenvolvimento Local

Expostas que foram as responsabilidades das Autarquias locais quanto à salvaguarda do património cultural e considerando os pressupostos da Nova Museologia constata-se que, com a intervenção das Autarquias locais aparece um enorme potencial disponível conducente ao desenvolvimento local.

Ignora-se muitas vezes a existência de valores culturais no mundo rural, porquanto se reputa ser nas grandes cidades e territórios desenvolvidos o local ou o lugar de acesso ao património histórico, cultural e artístico, por aí se encontrarem os grandes museus e os monumentos emblemáticos da nação.

Todavia, e de uma forma genérica, o mundo rural detém um património cultural vivo, diversificado e dinâmico, como são as tradições, as memórias e os artefactos que, por vezes, não são reconhecidos como cultura.

Num mundo onde a globalização tem trazido graves problemas pela perda das identidades locais, os museus têm uma importância vital para a preservação destas, contribuindo simultaneamente para que essas identidades permitam aos cidadãos reflectirem sobre a *sua* sociedade, e sua identidade e sobre os problemas do quotidiano por eles mesmos vividos.

Urge proceder-se à salvaguarda do património cultural local, apoiando o desenvolvimento e procurando o equilíbrio entre a protecção do património e esse desenvolvimento, de modo a envolver as respectivas comunidades numa proposta de desenvolvimento *integrado* do local.

O património, nas suas diversas vertentes, deverá assumir um papel de promoção de um desenvolvimento sustentado, recorrendo à memória colectiva como um *recurso*

endógeno a ser rentabilizado, reforçando a consciência da própria identidade que poderia ser esvanecida num museu centralizado.

Já referimos o nascimento da noção do *museu integral*, ao aludirmos à Declaração de Santiago do Chile, onde se encara o museu como um instrumento de mudança social, instrumento de desenvolvimento sustentável, para proporcionar à comunidade uma visão de conjunto do seu meio material e cultural, assumindo-se como agente de desenvolvimento local, agindo com a comunidade participativa e consciente do que é o património cultural inserido no seu território e como ele retrata as suas singularidades e memórias.

A Recomendação Sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002) que defende a diversidade cultural como património comum da humanidade, encara aquela como motor de pluralismos e intercâmbios culturais, de desenvolvimento integrado, promotor de criatividade.

O Apelo de Granada, no âmbito do Concelho da Europa, sobre o tema *Arquitectura Rural no Ordenamento do Território*, de 1976, alerta para os saberes e os fazeres tradicionais e expressa que uma conservação integrada do património, deve ter em conta a fixação humana e a sua influência nessa comunidade. A Conservação, tem também a ver com a influência nas pessoas, possibilitando o desenvolvimento integrado a partir do património, contribuindo para esse desenvolvimento, nos aspectos económico, cultural e social *inter alia*.

I.1.5.2.Dos Recursos Patrimoniais dos Municípios:

Neste ponto serão identificados muitos elementos patrimoniais (tangíveis e intangíveis) importantes, passíveis de serem utilizados como recurso para a implementação de uma rede museológica, promotora do turismo e do desenvolvimento sustentável, nas partes que respeitam ao Território do Museu do Território do Vale da Paiva e Serras, nos aludidos concelhos de Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva.

Importa referir que todos estes concelhos estão dotados de elementos patrimoniais que tradicionalmente se poderão considerar relevantes, e considerando somente o Território, destacamos Mosteiros, Conventos, Solares, Castros, Dólmens, *Tumuli*, Museus, edifícios e construções de natureza religiosa, civil e industrial, de notáveis

conjuntos naturais e paisagísticos e bens patrimoniais intangíveis de significativa importância. Neste ponto, aliás, caberá fazer constar as festas e romarias que se levam a efeito em todas as aldeias e vilas, todos os anos, na Festa do seu Santo Patrono, com procissões, andores, anjinhos, promessas, música, foguetes e refeições tradicionais; os quais têm sempre mais cor nos Santuários e Ermidas das serras que as gentes demandam em romaria, v.g. em Arouca, as grandiosas Festas da Colheitas, a Senhora da Mó, na Serra da Mó, a Senhora do Monte em Alvarenga a 8 de Setembro, em Castro Daire, a festa da Senhora da Ouvida, no caminho para Lamego e a Festa da Senhora do Fojo em Gosende, ambas nos princípios de Setembro, a Senhora da Lage, na Freita. Em São Pedro do Sul a romaria de São Macário (local-pólo do nosso museu), no último domingo de Julho e em Vila Nova de Paiva a festa da Senhora da Boa Sorte e as da Vila em 20 de Julho e a 17 de Agosto; bem como, há que referir as feiras que nasceram, na maior parte das vezes à sombra dos Conventos e Mosteiros, criadas por privilégios de reis ou grandes senhores e também, por vezes, no cruzamento de vias de comunicação; vindo muitas delas desde a Idade Média, sendo ainda a expressão das necessidades reais dos povos, da sua economia, da sua cultura e do seu regionalismo, sabiamente construído. São exemplos a Feira da Ouvida, em 3 de Agosto e a Feira do Fojo, no primeiro domingo de Setembro, no Concelho de Castro Daire e a das Colheitas em Setembro, Vila de Arouca, como acima se aludiu.

I.1.5.3.Dos Recursos Naturais dos Municípios

Damos como reproduzido o que escrevemos sobre a Geomorfologia do Território, dos contrastes dos verdes das várzeas com os cinzentos dos montes, das ricas formações geológicas, da variedade das paisagens, desde secas e rudes às ervas de lima, quais tapetes verdes, onde afloram de onde a onde mantas de rocha; bem como aos milhares de muros e muretes construídos pedra a pedra, ora de xisto ora de granito e outras rochas, a sustentar por vezes minguados nacos de terra; tudo criado pelo ser humano numa contínua luta para subsistir; o que nos faz sentir admiradores daqueles tantos homens, heróis obscuros que humanizaram tantas das únicas paisagens que enriquecidas nos foram legadas, resultado das características do Território e da Natureza, com múltiplos traços que se reportam à pré-história e que tantos Povos desde Lusitanos, Iberos, Romanos e Bárbaros, a Godos e Muçulmanos, particularizaram e caracterizaram, muito

depois dos Paleolítico e Neolítico, da Idade do Bronze e do Ferro, tudo nos mostrando desde há muitos milhares de anos até à actualidade, depois de passar pela Alta e Baixa Idade Média e de tudo perpassando maravilhas culturais intangíveis que temos agora de acarinhar.

Este Território, em grande parte, no aspecto patrimonial, resulta da obra dos seres humanos que o povoaram conjugadamente com a sua envolvente natural, a tudo conferindo um valor excepcional do ponto de vista histórico, artístico, científico, estético, etnológico, até antropológico, que há que preservar-se a todo o custo

Aqueles socalcos, nas aldeias serranas, parecendo desprovidos de valor histórico, arquitectónico e sendo rudimentares, possuem um valor real porque conferem aos sítios uma ambiência e características que os tornam únicos, reflectindo-se num *modus vivendi* particular de um povo que soube adaptar-se à sua realidade local, constituindo uma paisagem etnológica e humanizada. As choupanas dos pastores e as suas histórias....

Este Território engloba em si características geomorfológicas únicas, com uma grande diversidade, quer em flora quer em fauna e justificaram que as suas serras estejam classificadas na *Rede Natura 2000*.

I.1.5.4.Das Identidades Sociais e Culturais Deste Território

Pretendemos, neste espaço, identificar os símbolos unificadores que contribuem para o sentimento de pertença colectiva, do grupo, porquanto a Museologia utiliza esses mesmos símbolos, transformando-os em produto de desenvolvimento social.

Reitera-se em parte o já exposto quanto aos elementos principais que, entre outros, marcam a identidade social destes concelhos: gastronomia; paisagens das serras humanizadas; geomorfologia; as “pedras parideiras”, as “trilobites” ; arqueologia e o megalitismo, orcas, castros, mamoaas; arqueologia industrial (moinhos, azenhas, pisões, minas); ermidas, santuários e mosteiros; outras artes e ofícios tradicionais, a música, os museus, as lendas, etc..

Em parte, porém, aceita-se que a identidade social deste Território, embora em pequeno grau, foi alterada devido a parâmetros de modernidade, isto é, devido à melhoria da qualidade de vida das suas populações (reformas, abonos, pensões, etc.), à

evolução do grau de habilitações literárias e também devido à fuga de jovens para as grandes cidades; factores estes que aliados ao envelhecimento das populações, determinaram o enfraquecimento do trabalho agrícola e a uma identidade social mais diversificada.

Actualmente, pode afirmar-se que a identidade social deste Território, está fortemente vincada no ambiente natural dos concelhos; ambiente e recursos naturais que marcam presença e se revestem de grande valor.

Toda a paisagem serrana, a riqueza da flora e fauna, a intervenção humana e todas as manifestações geomorfológicas e monumentais marcam o contexto vivencial das populações, sendo algumas especificidades únicas do território onde vivem.

Assim, como o património cultural tem um valor identitário essencial, a identidade deve entender-se como realidade dinâmica, em permanente actualização e renovação. A protecção, a recuperação e a valorização das paisagens (nas serras e nos rios) e do património cultural, constituem vectores importantíssimos para a qualificação do Território e melhoria da qualidade de vida das suas populações; sabendo-se que não existe uma cultura isolada, sendo norma a influência territorial das culturas vizinhas.

A cultura beirã, se assim se pode dizer, tem traços próprios, determinados pelo seu contexto geográfico e histórico, sendo o caso deste Território de semelhante percurso, só que revestido de especificidades próprias; isto é, se houve absorção ou partilha quanto a elementos comuns com focos culturais vizinhos, é certo que este território detém os seus traços vivos, quer sejam ou não partilhados com outras comunidades.

A gastronomia, produto cultural da sociedade, tem aqui um cunho muito tradicional. É, muitas vezes, associada a produtos naturais como o mel (de elevada categoria, v.g. alecrim, rosmaninho, urze, carqueja, tojo, etc.), ou outras ervas aromáticas ou ainda outros elementos como enchidos, castanhas. etc.

Não podemos também deixar de considerar o peso do sector primário no nosso território, pelo que representa de identidade cultural de uma significativa parte de população residente e em consequência na caracterização e identificação do seu espaço físico, porquanto esta marca rural emite sempre um padrão identitário local que não é de todo abandonado não obstante a inclusão de novos hábitos. A agricultura constitui uma fonte de preservação da unidade da paisagem e esta, no território, é em grande parte

produto da actuação do ser humano sobre o meio; mesmo que, e é facto, a sociedade se tenha modernizado e ganho alguns novos hábitos de consumo.

A olaria, sobretudo em Ribolhos; a tecelagem manual, sobretudo nas aldeias montemuranas, e na Serra de Freita, são, ainda hoje, marcos importantes da identidade destas gentes que importa preservar pelo seu forte enraizamento no imaginário popular local.

Em suma, a identidade do território é marcada também por elementos naturais e etnográficos; confirmando-se que o património cultural tem mais ênfase na definição da sociedade social local, pois elementos como a paisagem, a ruralidade e os recursos naturais são os que mais significado trazem à identidade social ainda que o património edificado e etnográfico para ela contribua.

A diversidade, a qualidade e a originalidade das paisagens do território são um activo crucial para este mesmo território. A identidade deve ser entendida como realidade dinâmica, em permanente actualização e renovação. Assim, a protecção a recuperação e a valorização das paisagens e do património cultural, tangível e intangível, constituem vectores importantíssimos para a qualificação do território e para a melhoria da qualidade de vida das suas populações; o que pode e deve ser feito através do processo de musealização.

I.2.Proposta de Programa Museológico do Museu do Vale da Paiva e Serras

I.2.1.Apresentação de um novo Projecto Museológico para o Território considerado

O Museu do Território do Vale da Paiva e Serras é um projecto que visa envolver cada munícipe e visitante no conhecimento da diversidade do território, tirando deste o proveito do seu potencial patrimonial, ao mesmo tempo que se promove o desenvolvimento sustentável da comunidade e da economia local. É um plano de acção interventivo sobre o território que gira em torno da criação e funcionamento de um Museu com sede em Além do Rio, Gafanhão, concelho de Castro Daire e de vários núcleos museológicos que criarão uma rede dentro do perímetro territorial. Esta rede museológica virá representar, simbolizar e reforçar a identidade social, presente neste Território, de forma sustentada, porquanto coloca o património material e imaterial ao serviço da comunidade que serve e do seu desenvolvimento social e económico.

O Museu do Território pretende ser um meio difusor da cultura das áreas que ocupa nestes concelhos do território, assim como um representante simbólico da identidade local. A identidade é, aliás, o pilar destes núcleos museológicos visto que cada um representa um aspecto particular da vida social dos concelhos, e por isso, estes museus relacionam-se intimamente. A concretização desta rede museológica vem dar seguimento à estratégia de intervenção delineada pelos PDM. Assim, a esta ambição vem-se agora juntar a preparação de mais Museus que se afirmem em todo o Território. A ideia é agregar e relacionar estes Museus de modo a que dêem uma “fotografia” global e proveitosa desses concelhos. Poder-se-á pensar este território, como “Vale da Paiva e Serras, terra Museológica”.

Esta rede museológica terá também uma postura pedagógica junto da população local, pois será um instrumento para aproximar o património às pessoas e explicar-lhes a razão de ser e o valor desse património para que o entendam e o interiorizem como parte integrante da sua identidade cultural. Será necessário aproximar os Museus das comunidades para fazer chegar uma tradução clara e emocionante desse património. O importante é reconhecer que existe um fio condutor que relaciona e interliga estes Museus. Este fio condutor é a cultura social desta região, e o turismo é o que o dá a conhecer a todos os que queiram ver ouvir e desfrutar.

Cada um dos museus apresentados representará aspectos específicos da cultura. Assim, compreende-se que, no produto museológico em projecto, estarão todos interligados por uma relação cultural e social, com influências de elementos que determinaram essa cultura, como é o caso da água, do rio e da geografia (as serras e o planalto). Todos estes preciosos elementos da natureza condicionaram as actividades culturais, desenvolvimento das populações, enfim, toda a realidade territorial. Essa realidade está representada em cada um dos museus (por exemplo, os grupos etnográficos locais evidenciam estas marcas no modo de vestir, pelos conteúdos do vestuário, pelos objectos exibidos, pela letra das músicas, *inter alia*. São manifestações culturais influenciadas pelas actividades e religiosidade das populações. São representativos do resultado de uma interacção social determinada pelas condicionantes locais). Esta rede de museus vem, assim, interpretar a história e a razão de ser para que as indústrias, as povoações e os factores naturais existentes se desenvolvem, criando um lugar único.

Deste modo, cada um dos núcleos museológicos desta rede irá divulgar, interpretar e afirmar a identidade social local.

Torna-se óbvia a grande utilidade e contribuição que esta rede museológica poderá prestar ao turismo de Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva e ao futuro destes concelhos. Estes núcleos museológicos são um trunfo, um meio precioso para alcançar os resultados pretendidos, pois, além de preservarem a memória e o património que a ilustra, reforçam identidades, prestam um serviço social e público útil através da disponibilidade de informação, interpretação, transmissão de conhecimentos, disponibilidade de momentos e locais de reflexão social, bem como espaços de dinamismo cultural.

Pode dizer-se que o museu educa muito a curto prazo e gera riqueza a longo prazo. Esta rede será uma forma dos municípios se servirem do património natural, humano, cultural e industrial para promover não só o turismo no município, como proporcionar uma forma de desenvolvimento sustentável nos concelhos, baseado no património. Assim, percebe-se que esta rede irá servir o património (no sentido da sua conservação e revitalização) e do mesmo modo proporcionará um desenvolvimento sustentável para o concelho, diversificando a economia local através da viabilização do turismo.

Um destino que se queira afirmar no mercado turístico só se pode fazer valer pelos recursos autênticos e singulares que possui, diferenciando-se dos demais destinos. Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva, estão englobados numa região rica em cultura etnográfica mas também rica em elementos naturais singulares, no País e no Mundo. Portanto, a concentração, o tratamento turístico e a valorização de todos os patrimónios concelhio, reunidos e tratados nos Museus temáticos (relativos a vários aspectos da identidade cultural da região), são potencialmente uma bandeira que dará voz e visibilidade a Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva no panorama nacional do turismo. Assim, é perfeitamente compreensível a implantação desta rede polinucleada.

A diversificação cultural é uma arma contra a homogeneização dos produtos turísticos oferecidos na maioria dos destinos turísticos. A realização desta rede atrairá prestígio e rendimentos aos concelhos referidos que ganharão exclusividade cultural, afirmando a sua identidade ao serviço do turismo. Certo é que estes museus irão preservar quer o património tangível quer o intangível produto de todo o processo histórico local. O que também é muito provável e esperado é que este projecto museológico faça *“um apelo à estadia no território”*. Esta rede museológica, sem sombra de dúvida, incita à prática de turismo e ao desenvolvimento dos serviços prestados ao turista no território. Por consequência, esta rede museológica incita ao desenvolvimento social e económico.

Programas de Financiamentos Disponíveis:

Para que se possam concretizar as acções do projecto do Museu do Território e das orientações estratégicas definidas para o território as autarquias poderão recorrer a programas de financiamento e/ou ajudas de custo que estão disponíveis, quer a nível comunitário, quer a nível nacional. Alguns dos programas mais indicados para o efeito:

- SIVETUR (Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica). Este programa contempla as seguintes tipologias de projectos:
 - Projectos de turismo sustentável (localizados em áreas protegidas);
 - Projectos de recuperação de património classificado;

- Projectos de empreendimentos de campos de golfe, centros de congressos e parques temáticos;
(Portaria 1214-B/2000 de 27 de Dezembro e Portaria 59/2005 de 21 de Janeiro)
- POC (Programa Operacional de Cultura).
- QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional). Programa que deve ser prioritário na candidatura destes projectos. Aguarda-se lançamento do programa pelo Governo.
- RPM (Rede Portuguesa de Museus). Este órgão é dependente do Instituto Português dos Museus e Conservação. Os museus podem solicitar a sua adesão à RPM sendo para isso necessário: o cumprimento da função social do museu; a preservação e valorização das colecções e dos acervos; e a Sustentabilidade do museu (aspecto pessoal e financeiro) às candidaturas são prestados apoios financeiros e técnicos, no âmbito de vários programas.
- FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural). Este programa define orientações estratégicas comunitárias para o desenvolvimento rural para o período 2007-2013. Este documento está interligado com os Planos Estratégicos Nacionais (PEN), os quais, por sua vez, constituem o quadro de referência para os Programas de Desenvolvimento Rural (PDR).
- PITER (Programas Integrados Turísticos de Natureza Estruturante de Base Regional). Os PITER são compostos por diferentes projectos de vocação turística (de natureza pública), sendo coerentes de projectos de investimento complementares entre si e implementados num horizonte temporal limitado.

Estes programas têm como objectivos estratégicos alcançar alterações estruturais na oferta turística local ou regional de impacte económico-social significativo na área territorial em que se inserem. Trata-se de um programa que abrange projectos desenvolvidos num determinado Território de intervenção (um ou vários concelhos), possibilitando a associação de investimento de natureza privada ou pública e proporcionando a dinamização de parcerias locais e regionais.

I.3.Património e sustentabilidade

O vasto leque de bens que se englobam na noção de património deverá ser posto ao serviço do turismo, que constitui, sem dúvida, uma das formas da sua valorização. Porém, a sua aplicação e utilização turística nem sempre produz efeitos benéficos se não houver lugar a uma exploração sustentável. É para assegurar o uso adequado e continuado do património que se introduz a noção de sustentabilidade no uso dos recursos patrimoniais. Ou seja, estes devem ser geridos segundo parâmetros de sustentabilidade para que possa continuar a existir junto das gerações vindouras.

Para esta finalidade, não será apenas os bens patrimoniais em si que serão o alvo das atenções, mas também todo o seu contexto e envolvente, isto é, o ambiente natural em torno do qual teve origem deverá, à partida ser conservado, pois a envolvente é uma importante parcela do valor cultural.

Mas não será apenas um elemento ou segmento patrimonial que pode ser alvo de sustentabilidade, também as áreas territoriais urbanas e rurais são motivo de desenvolvimento sustentável. A noção de espaço urbano sustentável remete para o modo de utilização do solo. O modo como o solo urbano é utilizado e o território de um concelho em geral, determina o carácter da sua interacção ambiental e a qualidade de vida que oferece aos seus habitantes. As actuações sobre o solo de um território devem proteger a identidade social, a sua História, os seus espaços verdes e a sua biodiversidade.

Por este motivo, falar em *sustentabilidade de um território é falar em continuidade existencial das características desse território*. Por vezes, o desenvolvimento desmedido de certas actividades económicas, de acessos rodoviários ou de aglomerados populacionais colocam em causa a existência de alguns recursos e testemunhos únicos. Por este motivo, o ordenamento do território e as medidas de salvaguarda e protecção deverão ser adequadas ao seu objectivo. Por serem elementos singulares e peculiares, deverá ser a autarquia a aplicar mais de perto estas medidas e a defender o desenvolvimento sustentável, obviamente guiado e apoiado por um plano nacional.

O património cultural é uma fonte preciosa para a continuidade e diversificação da oferta turística. Certo é que o turismo e o património estabelecem uma relação de sustentabilidade e de auxílio recíproco. O fenómeno turístico que se manifesta nos

nossos dias apela a produtos altamente qualificados aptos a dar resposta a turistas que querem realizar sonhos, viver experiências únicas, aprender com a cultura do “outro”, de forma agradável e reestruturadora de energias psicológicas.

Naturalmente, também os cidadãos deverão participar nesta protecção e valorização do património e seu meio-ambiente e na preocupação para com as medidas para a sustentabilidade, pois, só assim se poderá assegurar o acesso de todos os cidadãos, de todas as gerações, à fruição cultural, à vivificação da identidade comum das comunidades, ao mesmo tempo que se promove o bem-estar (social, económico), o desenvolvimento regional e local, bem como, a defesa da qualidade ambiental e paisagística. Esta participação dos cidadãos na protecção patrimonial para aplicação da sustentabilidade levará a uma responsabilização pelos processos de transformação do território, encontrando-se esta condição expressa na Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade (1994,6)

“cooperação entre todos os actores concertados, uma vez que desejamos assegurar a todos os cidadãos e grupos de interesse, bem como a oportunidade de participarem nos processos de decisão local”.

A atitude do turista também é decisiva para a contribuição para com os objectivos de desenvolvimento sustentável definidos localmente. O turista deverá demonstrar solidariedade, respeito pelos actores sociais locais e bens materiais e ambientais (Carta do Turismo Sustentável, 1995). O meio ambiente é o contexto para a dinamização entre a comunidade local, o património e os turistas, devendo beneficiar de satisfação. No caso dos turistas, para servir e satisfazer as necessidades e expectativas destes, deverão ser aplicadas normas para a qualidade conjugando os princípios de desenvolvimento sustentável e a capacidade de satisfação do turista. Também este objectivo deverá constar numa estratégia e projectos turísticos. Para o turismo se realizar saudavelmente é essencial que sejam adoptadas e postas em prática códigos de conduta que favoreçam a sustentabilidade por parte dos actores turísticos (Carta do Turismo Sustentável, 1995). Tais códigos podem constituir-se como instrumentos para a manifestação de actividades ambientais responsáveis.

I.4. Ambiente e sustentabilidade turística

As relações entre ser humano e o ambiente são complexas e muitas vezes conflituosas. Desde o final do século passado que tem surgido motes de discussão pública acerca do estado de saúde do planeta. As políticas adoptadas em matéria ambiental começaram a surgir na década de sessenta do Século XX para, numa primeira instância, controlar a poluição e corrigir problemas ambientais que se começavam a reconhecer, como por exemplo a limpeza dos rios. Na altura, foi desenvolvido o princípio da acção correctiva (que consistia na previsão do que poderia vir a acontecer). Por exemplo através da realização de estudos do impacto ambiental de um projecto, para avaliar o grau do impacto que iria desencadear, e assim tomar medidas para minimizar ou evitar esses impactos.

Entretanto, a problemática ambiental e as medidas a serem tomadas deixaram de se basear apenas na perturbação ambiental causada pelas actividades humanas e passou-se a cuidar o modo como a actividade humana se processa (na forma como actua sobre o ambiente) de modo a que se reja propositadamente para não degradar o ambiente. Os países desenvolvidos despertaram para o tratamento metodológico desse binómio: actividade humana versus preservação do meio ambiente.

A polémica dos impactos negativos nos ecossistemas dominou (e domina) este tema. Na actualidade, esta discussão não se restringe aos impactos percebidos a nível geofísico e socio-cultural, mas aos impactos sobre toda a humanidade e realidade terrestre. Discute-se sobre ecologia e sobre sustentabilidade. Estabelecem-se correlações, definem-se metas e barreiras, introduziram-se novos conceitos, um deles, é o turismo sustentável. Este termo é uma expressão democratizada que abriga infindos posicionamentos políticos e geoestratégicos sendo um tema sério e complexo mas também fluido em seus aspectos práticos.

Em 1992, foi feita a primeira reunião de líderes mundiais para abordar o domínio do ambiente: a Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro.

Desde então, estabeleceu-se que em cada 10 anos os líderes mundiais marcariam novo encontro em forma de cimeira, sendo que a segunda já teve lugar com a designação de *Cimeira do Desenvolvimento Sustentável* e que teve lugar na África do Sul em 2002. Esta noção de desenvolvimento sustentável, ou sustentado, é uma noção-

chave em ambiente. Na sua essência, esta noção, tenta conciliar o compromisso ambiental com as necessidades de desenvolvimento económico das sociedades.

Em 1995, realizou-se em Lanzarote (Ilhas Canárias), a “Conferência Mundial do Turismo Sustentável” que deu origem à *Carta do Turismo Sustentável*. Neste documento, os participantes tomaram consciência que o turismo é uma actividade que tanto pode aferir vantagens a nível socio-económico e cultural, como pode desencadear a degradação ambiental do local receptor e para a perda de identidade. O património utilizado pelo turismo é muitas vezes frágil, e a crescente procura pode originar a deterioração, a massificação desses recursos, podendo-os levar até à extinção. A fragilidade mencionada não se refere apenas aos recursos naturais, mas também respeita à cultura do povo acolhedor, pois o turista, ao inserir-se no espaço de outra comunidade, pode também provocar efeitos negativos sobre o espaço e sobre essa comunidade se não tiver uma atitude de respeito perante os mesmos. Para dar solução a este problema foi criado o *Código de Ética do Turista*. E por estes factores principais se faz alusão ao turismo responsável e ao turismo sustentável.

O desenvolvimento sustentável pressupõe a transmissão da nossa herança social, ambiental e cultural, às gerações futuras, sem pôr em causa as condições básicas de satisfação de suas necessidades. Sustentabilidade ambiental significa manutenção do capital natural. Este tipo de desenvolvimento é um processo prolongado no tempo, orientado pela gestão equitativa dos recursos de modo a assegurar durabilidade do património natural e cultural. Sustentabilidade ambiental significa também, que a taxa de emissão de poluentes não deve ser superior à capacidade de absorção e transformação, por parte do ar, de água e do solo (Carta das Cidades Europeias para Sustentabilidade:2). Além disso, a sustentabilidade ambiental garante a preservação da biodiversidade, da saúde humana e da qualidade do ar, da água e do solo, a níveis suficientes para manter a vida humana e o bem-estar das sociedades. Um ponto é irrevogável: todos os caminhos da planificação do desenvolvimento sustentável baseiam-se na melhoria da qualidade de vida da população na saúde do nosso planeta.

A relação entre turismo e ambiente é complexa e dinâmica. O turismo é um agente impulsionador de desenvolvimento e por isso as autoridades competentes locais deverão definir e aplicar uma estratégia de desenvolvimento turístico sustentável. O turismo na Europa é encarado como um sector multidisciplinar, que interage

significativamente com outras políticas, como a política dos transportes, do ambiente, do planeamento regional, da energia, do comércio, das tecnologias de informação, *inter alia*.

No caso da indústria do turismo, é essencial preservar-se o sector do ambiente, pois os recursos ambientais são uma componente fundamental na atracção dos destinos turísticos. Uma boa gestão do turismo exige garantir a sustentabilidade dos recursos (Carta do Turismo Sustentável, 1995).

Os elementos naturais, faunísticos, florísticos, hídricos entre outros, são em alguns destinos muito frágeis, e por isso, a “Política agro-ambiental”³ defendida no documento acima mencionado refere que: “*os valores ambientais constituem factores de qualidade de vida e de gestão equilibrada e duradoura dos recursos naturais*”. Se as actividades turísticas não forem desenvolvidas para respeitar esse equilíbrio, os impactos negativos serão inevitáveis, e o local irrecuperável. Para que o turismo se possa desenvolver de forma sustentável, deverá basear-se sobre a oferta de uma diversidade de oportunidades económicas para o local garantindo a integração dos turistas, da comunidade receptora e da própria actividade turística.

I.5. Políticas e iniciativas ambientais e desenvolvimento territorial sustentável

A gestão sustentável do ambiente recai também (e sobretudo) sobre o ordenamento do território. A sustentabilidade, a transversalidade, a integração, a equidade e a participação são os cinco princípios que fundamentam as políticas do ambiente, do ordenamento e do território para os programas governamentais. Estes princípios são concretizados através de um vasto conjunto de medidas de política orientadas para o desenvolvimento equilibrado e sustentado dos territórios, a preservação e diversidade dos recursos naturais e a qualidade dos ecossistemas. Na óptica do desenvolvimento das zonas rurais podem-se observar intenções de ordenamento que incluem: a criação de núcleos de desenvolvimento local e regional, de modo a inverter as tendências para a desertificação; o desenvolvimento ordenado do espaço rural e a modernização das acessibilidades; e a conservação e valorização do património natural (meios hídricos, solos e florestas e áreas de elevado valor paisagístico).

³ Sobre o desenvolvimento rural que decorre do período de 2007 até 2013

Neste contexto, o papel do estado é fundamental. Contudo nem só o Estado tem uma actuação decisiva, também os agentes económicos e a sociedade civil concretizam as ambições traçadas. É tarefa do Estado a salvaguarda e valorização de todo o património, devendo assegurar a sua transmissão através de instrumentos e medidas preventivas mas também o planeamento e aplicação de programas e políticas de ordenamento estratégico para este desenvolvimento integrado e sustentado.

É previsto que a Lei (criada pelo estado) deverá assegurar que o património seja dotado de qualidade ambiental e paisagístico, sendo que para o efeito o Estado, autarquias e outras entidades públicas, deverão promover a adopção de providências tendentes a recuperar e valorizar zonas, centros históricos, paisagens, parques e outros elementos naturais, arquitectónicos ou industriais integrados na paisagem (Lei nº 107/2001). O Estado é, *a priori*, o primeiro agente que deverá proteger o património cultural e ambiental como instrumento de realização da dignidade humana e alicerce da identidade social (Lei nº 107/2001), como já foi referido. As entidades competentes de gestão deverão definir uma política do turismo sustentável à escala local e nacional.

Assim, a sustentabilidade delegada ao poder é caracterizada como um processo criativo e equilibrado, medido à escala local alargado a todas as áreas da administração local. Um sistema de gestão assente na sustentabilidade leva a que as decisões tomadas tenham em conta, não só, os interesses das partes respeitantes, mas também os das gerações futuras (Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade:2). As autarquias locais devem estabelecer políticas de ordenamento do território que integrem uma avaliação estratégica dos efeitos de todas as iniciativas ambientais.

A política ambiental, estabelecida pelo Governo vigente ou por uma instituição supranacional competente, deve ser entendida como o conjunto de grandes linhas de orientação, de forma a traçar o “caminho ambiental” a ser seguido no panorama internacional ou nacional. Este caminho deve ser objectivamente explicitado num documento aprovado pelas autoridades competentes: a Política Ambiental. Já no Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht, 1992) são consideradas as preocupações ambientais, nomeadamente a aplicação de políticas ambientais no espaço comunitário europeu. A política ambiental da União Europeia baseia-se na convicção de que o crescimento económico, o progresso social e a protecção do ambiente ajudam a melhorar a nossa qualidade de vida. Os objectivos da Política Comunitária de Ambiente

incluem disposições que indicam a relação entre a Política de Ambiente e o desenvolvimento territorial.

Foi criada a rede ecológica europeia, *Natura 2000*, no âmbito da definição de zonas protegidas para o território comunitário, que se baseia na directiva sobre fauna, flora e habitat e é uma iniciativa de actuação territorial que deverá estar harmonizada com as políticas de desenvolvimento regional. Esta rede *Natura2000* liga entre si os sítios naturais e as áreas protegidas de importância regional, transnacional e comunitária. Através desta rede, preservam-se ainda os habitats de muitos animais (alguns em vias de extinção na Europa). Além das zonas protegidas existem várias zonas ecologicamente sensíveis, que detêm uma grande diversidade biológica (como as montanhas, as sebes, a orla costeira e as ilhas). Estes habitats são cada vez mais raros e por isso as entidades públicas com poder para actuar deverão assegurar a protecção destas áreas.

Nestes casos, o uso económico deve estar adaptado e em harmonia com a dinâmica biológica e ambiental presente. Assim, surge no desenvolvimento regional, perspectivas de actividades que sejam “amigas” do ambiente. Uma coisa tem de estar sempre presente: preservar o património natural. Os objectivos desta rede ecológica foram reafirmados no Conselho Europeu de Gotemburgo (Junho de 2001), pretendendo-se estancar a perda da biodiversidade até 2010. Todos os países da EU contribuem para esta rede sendo que em Portugal quem gere e quem tem competência sobre esta é o ICN (Instituto Conservação da Natureza). A Rede Natura2000 representa 21% do território continental e abrange 29 Zonas de Protecção Especial (ZPE).

Em territórios da Rede Natura todas as acções devem ser estruturadas sob parâmetros de desenvolvimento integrado.

A acção ambiental, por parte das entidades competentes, deverá ser precedida de estudos de impacto ambiental, planificação de acções preventivas e de viabilidade do turismo em relação a determinados projectos (projectos estes que deverão receber apoios e cooperação de diversas entidades/organismos supervisores), garantindo-se uma correcta aplicação do desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, fará todo o sentido apoiar o uso de energias renováveis por parte da actividade turística num local, investir na reciclagem e na minimização de resíduos resultantes dos estabelecimentos turísticos, neste caso, museus.

Relacionado com a sustentabilidade e as acções promovidas por entidades superiores de orientação e gestão da Comunidade Europeia estão por exemplo:

- *Agenda 21 ou Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local* – plano de acção local de planeamento a longo prazo com vista à sustentabilidade. A Agenda 21 é elaborada pela autarquia local e pressupõe a consulta do público em todas as fases de decisão e aplicação das iniciativas tomadas pelo poder local.
- *Carta do Turismo Sustentável* (abordado acima), Conferência Mundial realizada em Lanzarote em 1995.
- *Green Globe* - Programa que procura unir todos os sectores da indústria turística local num esforço para colocar prioridades ambientais na actuação das empresas turísticas. É um programa de certificação voluntária de gestão ambiental, criado em 1994, actuando actualmente independentemente (desde 1999), foi delineado para uma acção junto das actividades económicas do sector do turismo, ainda, oferece uma diversidade de serviços no âmbito do ambiente (www.greenglobe21.org).
- *Criação da Rede Natura2000* – explicitada acima
- *Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade (Carta de Aalborg)* – realizada em 1994, estipula a predisposição para o ordenamento urbano sustentável nas cidades. Estabelece meios e objectivos para se realizar o desenvolvimento sustentável assim como esclarece o modo de participação e princípios da Agenda 21.
- *Decisão da Comissão Europeia (14 de Abril de 2003)* – estabeleceu critérios ecológicos para a atribuição do rótulo ecológico comunitário a serviços de alojamento turístico e a Caertificação de Sistemas de Gestão Ambiental (norma ISO 14001 3 = faz parte de uma série de normas – ISO 14000 – sobre gestão ambiental, desenvolvidas no âmbito do Comité Técnico 207 da ISO (International Standards Organization) e EMAS).⁴

• ⁴ Regulamento comunitário de ecogestão e auditoria.

- *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)* – é uma estratégia de desenvolvimento num horizonte a longo prazo (até 2015). Esta estratégia responde a um desafio global e europeu (desenvolvimento de uma visão de longo prazo para o desenvolvimento nacional dos países da Comunidade Europeia), focando a articulação entre a dimensão económica, social e ambiental. Consolida-se, na ENDS, a articulação de diferentes estratégias sectoriais, numa visão de sustentabilidade do desenvolvimento nacional. Contudo, esta estratégia não substitui as diferentes estratégias nacionais sectoriais ou prioridades de curto e médio prazo de um país, mas dá-lhes um sentido orientador, enquadrando-as em valores e metas mais ambiciosas.
- *Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável (EEDS)* – A União Europeia aprovou pela primeira vez, no Conselho Europeu de Gotemburgo (2001), uma Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável, centrada nas alterações climáticas, riscos para a saúde pública, recursos naturais e transportes sustentáveis. Na sequência desta Estratégia, diversos países elaboram as suas Estratégias Nacionais e respectivos Planos de Implementação. Constituem objectivos-chave da EEDS a protecção ambiental, a justiça e coesão social, a prosperidade económica e o assumir as responsabilidades internacionais.
- *Programa LEADER* – incentiva a aplicação de medidas originais de desenvolvimento sustentável. Esta iniciativa faz novas abordagens para este tipo de desenvolvimento, completando a política de desenvolvimento da Comunidade Europeia. De modo geral, o programa LEADER é uma estratégia para o desenvolvimento integrado e sustentável de um território.
- *Agência Europeia do Ambiente (AEA)* – visa apoiar um desenvolvimento sustentável e contribuir para uma melhoria sensível e mensurável do ambiente na Europa. Esta agência coopera com a Rede Europeia de Informação e de Observação do Ambiente. A AEA é um organismo independente, cujo objectivo é proteger e melhorar o ambiente em conformidade com as disposições previstas no Tratado e nos programas de acção comunitários em matéria de ambiente, na perspectiva de um desenvolvimento sustentável na Comunidade.

Todos os planos e programas mencionados são instrumento realizados por instituições públicas para resolver ou atenuar problemas e territoriais do

desenvolvimento da actividade social. Já num momento mais recente, a 8 de Junho de 2006, foi discutida em Conselho de Ministros, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Esta estratégia assume como desígnio “*retomar uma trajectória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidades social*”.(Conselho de Ministros, 8 de Junho, 2006 in <http://www.portaldogoverno.org.pt>).

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável está organizada em torno de objectivos como: crescimento sustentado; competitividade à escala global e eficiência energética; melhor ambiente e valorização do património natural; maior conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território; um papel activo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional; uma administração pública mais eficiente e modernizada.

Essencialmente, para os meios rurais, a política de ordenamento, configura-se como uma questão essencial para a sustentabilidade dos espaços rurais, podendo contribuir para atenuar o isolamento destas zonas desde que a sua concepção envolva preocupações em harmonizar interesses económicos com preocupações ambientais e sociais. Nesta perspectiva, algumas medidas de ordenamento do território são importantes para os territórios rurais já que, além de poderem incentivar novas oportunidades de desenvolvimento, podem também ser responsáveis pela humanização da paisagem e influenciar, beneficemente, a qualificação dos espaços rurais. O ordenamento dos territórios requer coerência e articulação na aplicação dos instrumentos de planeamento e ordenamento disponíveis, proporcionando a promoção de um conjunto de práticas que não prejudiquem o meio ambiente, que valorizem os recursos e o património cultural, tornando atractivas para o investimento as regiões mais débeis e estruturalmente fragilizadas, criando sinergias e complementaridades com cidades de pequena e média dimensão.

Já nos meios urbanos, objectiva-se os meios de organização social como meio de acção para a sustentabilidade. Aqui a sustentabilidade tem de garantir a melhoria de qualidade de vida da população ao mesmo tempo que são satisfeitas suas

necessidades. Preconiza-se a construção de uma modernidade reflexiva acerca da globalização e da manutenção dos recursos primários, evitando a poluição, a sobre construção e outros meios de degradação do meio planeando estrategicamente a acção sobre o meio (por exemplo através de agendas de planeamento sustentável como é a *Agenda 21*). A dualidade entre desenvolvimento e sustentabilidade não pode mais ser descartada.

Neste contexto, se a criação e planeamento de destinos sustentáveis é um objectivo do planeamento em turismo (quer a nível de políticas de ordenamento, quer a nível de actuação directa sobre o ambiente), *então este deve ser um regulador que abrange não só o Governo, como a Indústria e o Turismo*. Mas deve alargar-se, ainda, à necessidade de conjugar a comunidade local e o interesse público. A actividade turística e a economia em geral, em matéria de meio ambiente devem ser dirigidas para o reconhecimento de que o crescimento económico, o crescimento turístico e a protecção do meio ambiente são objectivos compatíveis e complementares. Esta ideia pretende chegar a uma situação de equilíbrio permitindo ao sector do turismo funcionar com um critério de rentabilidade a longo prazo, mas não à custa dos recursos naturais, culturais ou ecológicos presentes.

Assim se pode perceber que *sustentabilidade é uma noção prática e útil, aplicável a diversas realidades, com o objectivo de as otimizar*. Uma dessas realidades transporta a sustentabilidade para a cultura, o conceito de sustentabilidade cultural é ainda muito recente e difícil de definir perante os conceitos que lhe dão forma. Para se explicar este conceito tem de se englobar diferentes perspectivas: sob a perspectiva da museologia, a sustentabilidade pode significar um acto de desenvolvimento renovável ou contínuo e de manutenção visível dos traços identitários da cultura social. Sob a perspectiva do turismo, perspectiva geralmente mais economista, o conceito de desenvolvimento sustentado supõe a capacidade de um destino manter a qualidade física, social, cultural e ambiental dos seus recursos turísticos, motivo de destaque vantajoso no mercado global. Contudo, a noção de sustentabilidade pode ser utilizado para expressar diversas realidades de acção.

Pode-se conceber a sustentabilidade sob as seguintes perspectivas:

1. *Sustentabilidade Social* – processo de desenvolvimento baseado do “ser” sustentado por uma maior equidade na distribuição do “ter”, nos direitos e nas

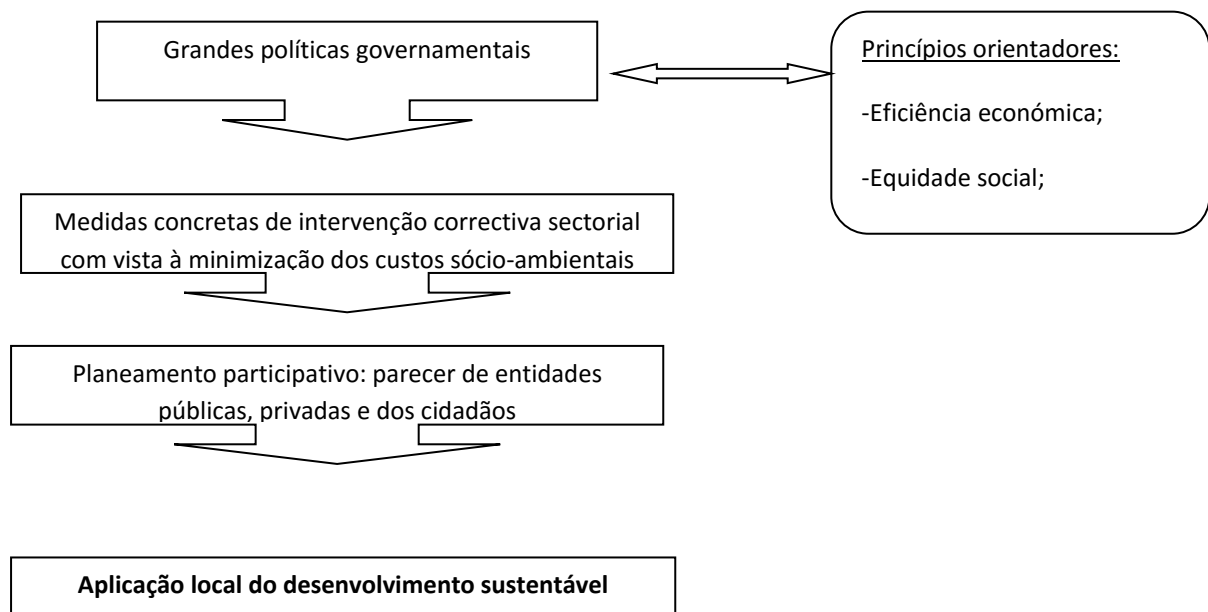
condições da vivência das populações. Atenuar as desigualdades sociais, promovendo a diversidade cultural e a identidade local.

2. *Sustentabilidade Económica* – possibilita uma melhor rentabilidade sem perca da gestão eficiente dos recursos, promovendo um fluxo regular do investimento público e privado. Esta perspectiva é macro-social, actuando de modo a reduzir os custos sociais e ambientais (não tem uma lógica puramente economista).
3. *Sustentabilidade Ecológica* – incrementa o aumento da capacidade de recursos naturais, limitando o uso de recursos não-renováveis ou ambientalmente prejudiciais, reduzindo o volume de poluição, intensificando a pesquisa de tecnologias limpas ou também chamadas “verdes”, e, definindo regras para uma adequada protecção ambiental e salvaguarda da fauna e da flora.
4. *Sustentabilidade Espacial* - sustentabilidade voltada para uma configuração rural/urbana mais equilibrada com ênfase nas seguintes questões: concentração excessiva nas áreas urbanas, promoção de projectos modernos de agricultura regenerativa e agroflorestamento, industrialização centralizada, criação de empregos rurais não agrícolas, e o estabelecimento de uma rede de reservas naturais e de biosfera para proteger a biodiversidade.
5. *Sustentabilidade Cultural* – abarca as raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, respeitando a continuidade das tradições culturais.
6. *Sustentabilidade Política* - privilegia a negociação da diversidade de interesses envolvidos em questões fundamentais desde o âmbito local ao global. A União Europeia baseia a sua intervenção política na cooperação e continuidade das políticas nacionais de cada Estado-membro, zelando pela sustentabilidade política.

Apesar desta multiplicidade de noções associadas à de sustentabilidade, *não se pode confundir “Sustentabilidade Ecológica do Turismo” com “Turismo Sustentável”*. A sustentabilidade ecológica pode ser comparada com qualidade ambiental, gestão ambiental ou desenvolvimento ambiental sustentável. A sustentabilidade ecológica é apenas um dos cenários da sustentabilidade do turismo. A qualidade ambiental pode se tornar também num ponto positivo na atractividade para a oferta.

Deste modo, a certificação ambiental vem se revelando um importante instrumento de política ambiental, auxiliando o consumidor na escolha de produtos e serviços menos nocivos para o meio ambiente, servindo de instrumento de *marketing* para as empresas que diferenciam seus produtos no mercado, atribuindo-lhes um *plus em sua qualidade*

Esquema: Procedimento para o desenvolvimento sustentável



Fonte: Elaboração própria 2009

A política ambiental, estabelecida pelo Governo vigente ou por uma instituição supranacional competente, deve ser entendida como o conjunto de grandes linhas de orientação, de forma a traçar o “caminho ambiental” a ser seguido no panorama internacional ou nacional. Este caminho deve ser objectivamente explicitado num documento aprovado pelas autoridades competentes: a Política Ambiental. Já no Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht, 1992) são consideradas as preocupações ambientais, nomeadamente a aplicação de políticas ambientais no espaço comunitário europeu. A política ambiental da União Europeia baseia-se na convicção de que o crescimento económico, o progresso social e a protecção do ambiente ajudam a melhorar a nossa qualidade de vida. Os objectivos da Política Comunitária de Ambiente

incluem disposições que indicam a relação entre a Política de Ambiente e o desenvolvimento territorial.

For criada a rede ecológica europeia, *Natura 2000*, no âmbito da definição de zonas protegidas para o território comunitário, que se baseia na directiva sobre fauna, flora e habitat e é uma iniciativa de actuação territorial que deverá estar harmonizada com as políticas de desenvolvimento regional. Esta rede *Natura 2000* liga entre si os sítios naturais e as áreas protegidas de importância regional, transnacional e comunitária. Através desta rede, preservam-se ainda os *habitats* de muitos animais (alguns em vias de extinção na Europa). Além das zonas protegidas existem várias zonas ecologicamente sensíveis, que detêm uma grande diversidade biológica (como as montanhas, as sebes, a orla costeira e as ilhas). Estes *habitats* são cada vez mais raros e por isso as entidades públicas com poder para actuar deverão assegurar a protecção destas áreas.

Nestes casos, o uso económico deve estar adaptado e em harmonia com a dinâmica biológica e ambiental presente. Assim, surge no desenvolvimento regional, perspectivas de actividades que sejam “amigas” do ambiente. Uma coisa tem de estar sempre presente: preservar o património natural. Os objectivos desta rede ecológica foram reafirmados no Conselho Europeu de Gotemburgo (Junho de 2001), pretendendo-se estancar a perda da biodiversidade até 2010. Todos os países da EU contribuem para esta rede sendo que em Portugal quem gere e quem tem competência sobre esta é o ICN (Instituto de Conservação da Natureza). A Rede Natura 2000 representa 21% do território continental e abrange 29 Zonas de Protecção Especial (ZPE). Em territórios da Rede Natura todas as acções devem ser estruturadas sob parâmetros de desenvolvimento integrado.

A acção ambiental, por parte das entidades competentes, deverá ser precedida de estudos de impacto ambiental, planificação de acções preventivas e de viabilidade do turismo em relação a determinados projectos (projectos estes que deverão receber apoios e cooperação de diversas entidades/organismos supervisores), garantindo-se uma correcta aplicação do desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, fará todo o sentido apoiar o uso de energias renováveis por parte da actividade turística num local, investir na reciclagem e na minimização de resíduos resultantes dos estabelecimentos turísticos, neste caso, museus.

Apêndice I B)

Como referimos no corpo da dissertação, a páginas 34, oferecemos um exemplo do desdobrável alusivo à exposição de Arte Luso-Brasileira, levada a efeito na Biblioteca José Saramago, no Instituto Politécnico de Leiria.



Introdução

Uma exposição marcante sobre a pintura e escultura portuguesa e brasileira dos últimos dois séculos. Foi este o desafio que nos foi lançado pelo Dr. Arménio Vasconcelos quando visitou a biblioteca José Saramago do IPL. Foi este o desafio que, com a Casa-Museu Maria da Fontinha, assumimos e é o resultado deste desafio que agora está à vossa disposição.

O formato que escolhemos trar-nos-á não uma, mas duas exposições: nas primeiras semanas, entre 1 e 13 de Junho, teremos presentes obras de autores portugueses. Obras importantes de autores emblemáticos como Malhoa ou Soares dos Reis. As últimas semanas da exposição, entre 15 e 28 de Junho, serão preenchidas com obras de autores brasileiros, de Ney Tecedor ou de Renato Bordini, por exemplo.

É sem dúvida um conjunto de exposições que honra o espaço e que honra a cidade, tanto pela qualidade das obras e dos autores, como pela circunstância de se poderem apreciar trabalhos contemporâneos de ambas as margens deste atlântico lusófono.

Este evento constitui um exemplo daquilo que pode ser, e que faremos com que seja cada vez mais, uma das missões do ensino superior: a da ligação à comunidade, a de difundir a ciência, a cultura e, neste caso, a Arte.

Queremos que a Biblioteca José Saramago se torne, cada vez mais, um sítio de excelência, um sítio que se torne habitual para os leirienses. Habitual como centro de documentação técnica, habitual como fonte de conhecimento, mas habitual também como sítio de fruição da Cultura, nas suas diferentes facetas.

Modéstia à parte, penso que se fez um bom trabalho. Julguem por vós.

Doutor Carlos Fernando Couceiro de Sousa Neves
Presidente do Conselho Directivo ESTG - Leiria

Carlos Reis
O Capidinho de gesso
Óleo sobre tela, 1929





De Arte

Um facto museal relevante é o que pensamos desta mostra.
A ARTE, adormecida no edifício-museu extravasa à busca do sol e ar e vem pousar neste pedaço de Parnaso, apelando à Mnemosine que enlevada, a louva, sorrindo às filhas-musas.
Um acto de liberdade, de memória e do poder da memória, permitido por Zeus, vencido, que acena do "Mouseion" em direcção ao Lis e ao Lena. Talvez com pena de não ter lido todas as virtudes com que somos presenteados.
A ARTE a indicar-nos caminhos para atingirmos o SUBLIME.
Sigamo-la e todos teremos "boa-viagem".

A.V.

António Carneiro
Crepúsculo
Óleo sobre tela
(cima)

Teixeira Lopes
A mãe
Bronze (esquerda)

Samia Zacour
Maria da Fontinha
Gesso
(esquerda centro)

Teixeira Lopes
A caridade
Bronze
(esquerda baixo)

Alfredo Keill
Paisagem de Colares
Óleo sobre tela
(direita)





Alves Cardoso | Carlos Reis | António Carneiro | Teixeira Lopes | Alfredo Keil | José Malhoa | Francis Smith | Alves de Sá | Francisco José de Rezende | Lourdes Abraços | J. Villaret | Lino António | Abela Salazar | Manuel Filipe | Tomás da Anunciação | Sousa Pinto | Isabel Silva | Barrias | Cândido da Cunha | Falcão Trigo | Bernardo Marques | Carlos Alberto Santos | Calderon | Roque Gameiro | Domingues Alvarez | Simão da Veiga | Luis Fernandes | Rubeiro Cristino | Domingues Sequeira | Celestino Alves | António Saúde | Eds Cavalcanti | Samia Zacour | Mandarin | Óscar Tecidio | Carlos Gomes | Sansão Pereira | Lucas Cabral | Glauco Chaves | Renato Bordini | Fátima Gomes | Sérgio Telles | Virgílio Dias | Heloíselena | Milton Passos | Haidè Morani | Vera Gonzalez | Isabel Nascimento | Vera Figueiredo | Jesus | Marly Bárbara | Sónia Rocha | Hildebrando Lima | Marta Urupukina | Majari Seidl | Tónia Oberlaender | Benigno | Ney Tecidio | Marice Prisco | Geraldo Aguiar | Dario Silva



Carlos Reis
Casa Cimeira da Fontinha, Óleo sobre tela, 1903 (cima)

Dario Silva
Easende com barco
Óleo sobre tela (baixo)

Alves Cardoso
Confidências, Óleo sobre tela, 1923 (capa cima)

Edi Cavalcanti
Motivos brasileiros, Óleo sobre cartão (capa baixo)

Organização
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria
Colaboração
Casa-Museu Maria da Fontinha
Elos Clube de Leiria
Criação Gráfica
Folheto Edições & Design

Apêndice II

II.1.Bens patrimoniais móveis

Simonetta Luz Afonso definiu como *bens culturais móveis* (patrimoniais) o seguinte:

- *Bens de significado cultural que representem a expressão ou o testemunho da criação humana ou da evolução da natureza ou da técnica, neles incluindo os que se encontram no interior de imóveis ou deles tenham sido retirados ou recuperados, bens soterrados ou submersos ou os que forem encontrados em locais de interesse arqueológico, histórico, etnológico ou noutros locais;*
- *Obras de pintura, escultura e desenho, têxteis, joalharia, ourivesaria, azulejo, cerâmica, vidro, mobiliário, espécies organológicas, utensílios ou outros objectos de valor artístico, histórico, científico, técnico ou etnográfico;*
- *Manuscritos, incluindo cartas geográficas e partituras musicais, livros raros, gravuras estampas, documentos e publicações de interesse especial;*
- *Espécies fotográficas, cinematográficas e registos sonoros;*
- *Meios de transporte com mais de cinquenta anos;*
- *Colecções e espécies de colecção de interesse histórico, etnográfico, tecnológico e científico;*
- *Outros objectos de natureza religiosa ou profana que se revistam de interesse histórico, artístico, etnográfico, técnico ou científico.” (Afonso, 1996, p.521-522).*

Acompanhamos este raciocínio ao longo do nosso Trabalho.

Apêndice III

III.1.Documentos do Direito Internacional adoptados pela legislação portuguesa

- Convenção do UNIDROIT sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados (Roma, 1995).Convenção Cultural Europeia do Conselho da Europa (Paris, 1954);
- Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (1969);
- Convenção para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural da UNESCO (Paris, 1972);
- Carta Europeia do Património Architectónico (Outubro de 1975);
- Convenção para a Salvaguarda do Património Architectónico da Europa (Granada, 1985);
- Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (LaValette, Janeiro de 1992);

Apêndice IV

IV.1.Considerações sobre a legislação quanto à salvaguarda do património

No Século XVI, já *André de Resende*, *Damião de Góis* e outros, se preocupavam com a valorização do património monumental, como documento e preservação do passado.

D. João VI legislou sobre a salvaguarda de objectos patrimoniais, sancionando-se quem destruísse qualquer património ou mesmo vestígios de povos antigos.

Alexandre Herculano escreveu relevantes textos na revista “O Panorama”, em que ressaltavam preocupações sobre o nosso património.

A *Portaria de 10 de Abril de 1901* atende à importância dos elementos que possam contribuir para o conhecimento da nossa história antiga e recomenda a não destruição de edifícios ou monumentos de certa grandeza, mesmo que em ruínas.

O *Decreto Orgânico de 24 de Outubro de 1901*, foi o primeiro conducente às futuras classificações; vindo o *Decreto de 30 de Dezembro* desse mesmo ano, a definir quais os imóveis passíveis de serem classificados daí em diante, considerando-se como um progresso legislativo na defesa do Património Nacional.

Apêndice V

V.1.Leis vigentes, criadas após o Decreto 20.985, de 7 /3 / 32 e da Lei 13/85:

- Lei de Bases do Ambiente – Lei nº 11/87, de 7 de Abril.
- Responsabilidade, Vias de Classificação e Zonas de Protecção – Decreto Lei nº 205/88, de 16 de Julho.
- Património Cultural Subaquático – Decreto-Lei nº 164/97, de 27 de Junho.
- Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo – Lei nº 48/98, de 11 de Agosto.
- Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro.
- Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – Decreto-Lei nº 177/2001, de 4 de Junho.
- Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural – Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro.*
- Criação e Gestão de Parques Arqueológicos – Decreto-Lei nº 131/2002, de 11 de Maio.
- Lei - quadro dos Museus Portugueses – Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto.

* Descretos-Lei 138, 139 e 140/2009, de 15 de Junho, já referidos.

Apêndice VI

VI.1.Relação dos Organismos competentes para a salvaguarda do património

(Decreto Lei 215/2006, de 27 (2) de Outubro)

- Ministério da Cultura (Dec. -Lei nº 215/2006, de 27 de Outubro);
- Secretaria de Estado da Cultura;
- Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) – (antiga Biblioteca Nacional);
- Direcção-Geral de Arquivos (DGARQ) – (ex - Torre do Tombo e Centro Português de Fotografia);
- Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR, I.P.) – (ex – Instituto Português de Conservação e Restauro, Instituto Português de Museus, Rede Portuguesa de Museus);
- Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, I.P. (CP-MC,I.P.) – (antiga Cinemateca);
- Direcção-Geral das Artes (DGARTES) – (antigo Instituto das Artes (I A) e o Centro Português de Fotografia;
- Direcção-Geral do Livro e da Biblioteca (DGLB) – (antigo Instituto Português do Livro e Bibliotecas – IPLB), as Direcções Regionais de Cultura;
- Instituto do Cinema e do Audiovisual I.P. (ICA,I.P.) – Cinema e Audiovisual)
- Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural – Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro.*
- Criação e Gestão de Parques Arqueológicos – Decreto-Lei nº 131/2002, de 11 de Maio.
- Lei-quadro dos Museus Portugueses – Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto

(2) Decreto-Lei nº 215/2006 de 27 de Outubro.(2006).Diário da República. I Série-A .

Apêndice VII

VII.1.Lendas e Narrativas

São muitas as lendas que se contavam aos serões, quando no lume crepitavam as chispas, nas noites frias de Inverno e os nossos olhos já piscavam:

1.º - A da Cruz do Penedo da Saudade.



Quando visitar este núcleo museológico, encontrará incrustada no Penedo, uma cruz a encimar uma espécie de rectângulo, pretensamente a umas “alminhas”, dizendo-se da mesma o seguinte: era uma vez, há muito tempo, vinha um rapaz de Lubízios namorar uma moça de Além do Rio. Um dia, depois de muito bailar, na Sala Grande da Casa do Rei, à luz de cadeia de azeite, voltava ele para sua casa. Era noite alta e nevava. Por alturas do penedo foi assolado por uma alcateia de lobos esfomeados que o atacaram. O rapaz foi vencido e morto. No dia seguinte, porque não havia aparecido em casa vieram os seus familiares em sua demanda e preocupados ficaram quando souberam que ele havia empreendido o caminho. Deparara-se-lhes vestígios de sangue e procurando no meio das fragas, encontraram os restos do seu corpo que logo reconheceram, pelas botas que calçava.

Em sua homenagem, marcaram aquele local e aí apuseram a cruz, para que todos os viandantes orassem um Pai Nosso e uma Avé Maria pela sua salvação.

Ainda hoje existem pessoas que ali oram.

2º - O morto que matou dois



Na Pena, mais concretamente na Penha, no penhasco visível entre aquela e Covas do Rio, existe uma vereda, carreiro centenário por onde as pessoas, sempre em fila indiana, se forem várias, têm de calcorrear. Não havendo, naquele tempo, cemitério nem capela na aldeia da Pena, os seus mortos eram sepultados no de Covas do Rio.

Seguia o féretro, com muitas pessoas, porque o defunto era muito conhecido nas redondezas. Em certo local e momento dois homens que carregavam o caixão, tropeçando um, não conseguiram sustentar a urna pelo que esta de imediato caiu para uma cota inferior, sensivelmente no meio da corrente de pessoas, atingindo duas das que faziam parte do cortejo, as quais tiveram morte imediata, restando a urna aberta com o morto, direito, esboçando um leve sorriso aguardando que o levassem, finalmente, para o descanso eterno.

3.º - As brasas na mão de São Macário



Consta-se que São Macário (Macário, Macairo, Magaio), ainda não tido por Santo mas já para lá caminhando, vivia como eremita no *Mons Magaio*.

Ainda somos do tempo em que nas lareiras, mesmo das casas mais nobres e ricas, se deixavam incandescentes as brasas, no fim do Serão, cobrindo-se as mesmas com muita cinza ou outra moinha, com vista a não se gastar o fósforo, para a reacender, na manhã seguinte; bastando então um pouco de caruma seca, uma chamiça, uma carqueja, para dar vida ao fogo, após uns sopros mais ou menos bem dados. Voltando ao São Macário, este viria lá do *Mons Magaio* até às casas de Posmil, entre Villa Salla (Sá) e o Souto e aí pedia algumas brasas que tinham dormido durante a noite. Na posse delas, pousadas nas suas mãos, levava-as para o cimo do monte e aí acendia a sua fogueira.

Não consta tivesse recebido quaisquer curativos por queimadelas.

Um dia, porém, ao passar pela bela Fonte dos Terreiros, Fonte Romana, situada a meia encosta, viu o “Santo” uma linda moçoila com as saias levantadas quanto bastava, a lavar as suas pernas naquelas águas límpidas e frias, após ter feito a monda do milho. O “Santo”, olhou, olhou bem. Nunca disse o que pensou, mas que então, se queimou, queimou. Desconhecemos quem lhe terá tratado da enfermidade.

4.º - Lenda do Frei Leovigildo



Algo já foi dito quando, supra, nos referimos à Igreja de Nossa Senhora de Rodes. Leovigildo de Almendra, ou de Almeida, ou Pires, nasceu em Reriz, pela segunda metade do Séc. XI. Andou pelo Monte Cabeço, perto de Castro Verde e de Ourique,

praticando orações e penitências. Com ele sonhou o nosso Rei Primeiro e por sua sugestão, porque nele confiou e reconheceu do sonho, deslocou-se ao Monte Cabeço, “encontrando-se” aí com Cristo que lhe deu garantias de vitória perante os “infiéis” e lhe afirmou, que debaixo da sua coroa, quinze gerações criariam e desenvolveriam um grande império.

E assim se introduziu o mito do V Império, que vinha de Nabucodonosor depois da queda de Jerusalém em que se refere o profeta Daniel.

Haviam perecido os quatro reinos terrenos, nascia agora o V, de natureza intemporal. Através deste episódio, muito escreveram e vaticinaram Bandarra, Padre António Vieira, Fernando Pessoa, António Sérgio, António Quadros, Sampaio Bruno, Agostinho da Silva, Eduardo Lourenço, Natália Correia e o centenário Manoel de Oliveira.

Que foi lenda, foi. Que é lenda é. E por Leovigildo e a Igreja que edificou, nos últimos dias da sua vida, era e está na nossa Terra, esta lenda é, por isso tudo, nossa.

5.º - A Capela das Portas do Montemuro



Manuel das Cabras, natural e residente em Várzeas, Alvarenga, foi um homem, quase lendário, que deixou em todas as aldeias de todos os concelhos próximos, um total de mais de 100 afilhados. Como é de calcular, foram dezenas os compadres e amigos, residentes naqueles lugares, à altura ainda mais inóspitos, das Serras da Freita, de São Macário e de Montemuro, em terras dos concelhos de Arouca, Cinfães, Resende, Castro Daire e São Pedro do Sul que, no interesse de ambas as partes, lhe compravam e

guardavam gado e ou o transportavam para a sua casa da Várzeas, onde aguardavam por vezes durante dias, a sua chegada.

Manuel das Cabras ou Manuel de Várzeas ou Manuel de Alvarenga, como foi conhecido, andou mais de 50 anos a cavalo por todas aquelas serras e aldeias, sendo querido e respeitado. Ainda hoje, quase 40 anos passados do seu falecimento, é apontado, em todos esses lugares, pelos mais idosos, como um Homem de palavra, sério e de honra.

Subia ele um dia de Bustêlo para as Portas quando, repentinamente, um enorme nevão cobriu por completo toda a serra. Em poucos minutos, a altura da neve impedia a progressão da égua em que se transportava. Contou, então, por nove, os lobos, subdivididos por duas alcateias de 5 e de 4, que se iam aproximando.

Já perto da Capela, Manuel das Cabras tomou uma decisão. Forçou a porta até dobrar a lingueta da fechadura, introduziu na capela a “Formosa” que era o nome da sua querida égua, puxou alguns pedregulhos para o interior. Forçou de novo, então a porta para fora e encostou os pedregulhos à mesma. Rezou. Pediu a licença do Senhor e com a beata e o tabaco de pacote, fez um cigarro. Pediu de novo licença, fez uma promessa e fumou este primeiro, seguindo-se muitos outros.

Passadas horas, apertando o frio, levantou umas tábuas e fez uma pequena fogueira, suficiente para aquecer todo o ambiente. Dormitou e ao acordar, ouviu pássaros a cantar e pelas nesgas compreendeu que o sol raiava. Esperou mais algum tempo para que a neve derretesse o suficiente para poder prosseguir. E depois de tudo cuidar voltou a casa, por cima do Montemuro, até Moimenta de Cabril, onde almoçou em casa de um compadre, retornando a sua casa.

Uma semana depois a Capela encontrava-se restaurada, limpa e asseada. Talvez este acontecimento de que Miguel Torga soube, muito mais tarde, quando andava à caça no Montemuro, tenha servido para este grande contista escrever o seu Conto de Natal em que o pobre consoou, na companhia de Nossa Senhora, naquela capelinha dum Monte.

6.º - A Gruta de São Macário de Baixo



Na Capela de São Macário de Baixo, existe uma gruta que se inicia à direita do altar-mor e prossegue até uma porta, no tardo. A sua altura média será de aproximadamente um metro e por ela só passa uma pessoa de cada vez. Sendo São Macário, entre outras qualidades que possui, o padroeiro dos “maluquinhos” e dos “sem juízo”, todo e qualquer humano que queira passar por aquela gruta terá de o fazer com um especial cuidado e sem minimamente tocar o tecto da mesma. Se não o fizer assim, tem de admitir como penitência o voltar a tentá-lo, pelo menos, durante mais 7 anos, no dia da sua Festa. É obra o que esta lenda tem exigido. E muitas foram.

7.º - Pedidos a São Macário



Em frente à Capelinha de Baixo existe uma parede, em xisto, cujas reentrâncias, que são muitas, permitem que nelas se introduzam pequeninos pedaços de lousa.

Então, há já alguns anos, alguém deu início à seguinte acção: escreve o seu nome na lousinha, com outra pequena lousinha, bem assim o dia actualizado. Formula então um desejo e, confiante, introduz a lousinha escrita numa das muitas concavidades existentes.

Tal como no Muro das Lamentações, mas aqui em papel geralmente, espera-se que o Santo atenda o pedido.

E já vemos muita gente a fazer pedidos.

8.º, 9.º e 10.º Acerca do Juíz de Barrelas



Sobre este caricato e honesto Juíz escreveram Manuel Fonseca da Gama, Júlio de Sousa, Inácio Nuno Pignatelli e Aquilino Ribeiro.

Primeira do Sr. Juíz: Tendo o Ministro pretendido que o nosso Juiz de Barrelas que vivia em Fráguas, alterasse uma decisão condenatória de um certo fidalgo, sabe-se que recebeu a seguinte resposta:

“Sr. Ministro: se o cargo que ocupo de Juíz eleito pelo povo, permite a Vossa Mercê tratar-me por tu, cuspo (?) para o cargo; se a minha condição humilde mas honesta, permite a Vossa Mercê tratar-me por tu, cuspo (?) para mim; mas, se nem uma coisa nem outra consentem semelhante linguagem, cuspo (?) para o tratamento. Peço, pois, a Vossa Mercê me informe sobre estas particularidades, para saber ao certo se devo então cuspir (?) em Vossa Mercê. Aqui, a justiça é feita em nome de El-Rei e para seu prestígio”

Várias lendas mais se contam do Juíz de Barreiras, realçando-se a da sua famosa sentença: acusado um inocente contra quem as provas circunstanciais, embora não verdadeiras, o acusavam manifestamente, e tendo, por coincidência, o nosso Juíz assistido ao facto, mas não podendo ser dele testemunha, devido às funções que desempenhava, sentenciou:

*“vi e não vi; sei e não sei; corra a água ao cimo; dê-se laço em nó que não corra; deite-se fogo ao que está queimado...
Por tudo isto, e em face da plena prova produzida, condeno o réu na pena de morte. Mas dou-lhe 100 anos de espera para que se arrependa do seu pecado. Cumpra-se.
Juiz de Barreiras”*

Tendo de responder perante os seus superiores, no Desembargo do Porto, para apresentar justificação desta sentença, o nosso Juíz, homem simples, rural, positivo, embora sempre senhor da sua autoridade e responsabilidade, levou, para suprir o frio a sua capucha ou capa de burel. Junto à Relação, sentou-se em cima desta sobre uma pedra. Tendo-lhe sido comunicado que o caso estava esclarecido e que os Corregedores haviam louvado a sua imaginação, levantou-se e foi tranquilo. O Meirinho, pegando na capa sobre as pedras, correu atrás dele, para lha entregar.

Como a gente da cidade não lhe tinham oferecido uma cadeira, este respondeu:

“cadeira onde o Juiz de Barreiras se sentou nunca a levou!”

11.º A Lenda do Rego do Boi



Existiu sempre rivalidade entre a freguesia de Alvarenga e a vizinha de Nespereira, esta do concelho de Cinfães. Foram muitas as rixas entre ambas.

Mas havendo um só local onde poderiam ambas buscar a água suficiente para a rega dos seus campos, a nascente do Ardena, afluente da Paiva, na serra de São Pedro do Campo, ambos os povos lutavam pela sua posse.

Um dia fizeram um acordo: “a água será da freguesia que primeiro fizer um rego, tirar e levar a água e puser um moinho a andar em menos tempo”.

Os de Nespereira, com o declive do terreno a seu favor, foram abrindo o rego e construindo o moinho. Os de Alvarenga, pelo contrário, nem se mexiam. Os de Nespereira até se convenceram que os rivais tinham desistido, continuando, lentamente e sem preocupação, os seus trabalhos.

Enquanto isso, entre a Senhora do Monte e Bustêlo, via-se uma mulher, com umas ovelhas a pastar, a qual passava o dia a fiar. Mas não era de uma mulher que se tratava.

Era antes um homem disfarçado (um bem parecido “travesti”), que, calmamente, ia marcando as cotas por onde passaria o futuro rego. E a marca era a linha que do rolo ia desfiando.

Depois deste trabalho feito, o povo de Alvarenga juntou-se todo e numa noite escura e antes da aurora tinham aberto um rego para transportar água suficiente para que o moinho andasse. A população de Alvarenga pôs um rodízio com uma mó assente sobre uma grade de ferro, a qual com a água que chegava, começou a andar cumprindo-se à “letra” o acordo.

Os de Nespereira viram o rego, ficaram espantados mas não compreendiam e, por isso, nem se preocuparam; até porque os de Alvarenga não haviam construído nenhum moinho, como eles estavam fazendo. Os de Alvarenga afirmaram que já estava tudo feito. Houve discussão pois o moinho não estava a moer, mas só a andar.

O que estava escrito era pôr o moinho a andar e isso verificava-se. Nespereira perdeu assim a aposta com Alvarenga.

O Vale de Alvarenga dispunha de água suficiente para regar os seus campos. E para festejar isso foi assado um boi dos maiores da freguesia, e tudo bem regado com bom vinho, fez nascer a lenda que se conta.

O Rego do Boi é o que sempre moveu os moinhos da Carreira dos Moinhos, construídos estes a seguir àquele que não moía e só andava.

Ainda hoje se diz quando o caudal é muito grande que até parece “o Rego do Boi”. E nós acreditamos que o repasto teve bom sabor, não fossem os bifes de Alvarenga inigualáveis.

Muitas mais são as lendas que aqui se contavam e contam de bruxas, de moiras encantadas, de almas penadas, de visões e de milagres, de fantasmas e casas assombradas, de diabos à solta, de lobisomens, do inferno, de vassouras que voam, de luzes que andam sozinhas, de vozes que amedrontam, enfim do sobrenatural e do fantasmagórico que em todos os lugares do mundo fazem parte do acervo cultural. Aconselhamos a ler, quanto a esta matéria, as obras escritas por Abílio Pereira de Carvalho “*Lendas de Cá Coisas do Além*” (ed.do autor, 2004) e “*São Macário e a Bruxa Voadora*”, de 2003.

Somadas umas às outras já se dispõe de matéria para muitas noites de Serão...

Apêndice VIII

VIII.1. Mais alguns Geossítios, do Geoparque de Arouca

Neste ponto, apelamos para o livro “*Geoparque Arouca – Um projecto para o desenvolvimento da região – Edição da C.M. de Arouca,*” o qual é apresentado por Artur Abreu Sá, 2007.

Socorremo-nos de todo o teor nele explanado, porquanto o reputamos de grande utilidade para todos os que desejem tomar contacto com as realidades do Geoparque de Arouca, conhecer os seus 35 sítios, dos quais, com a devida vénia, reproduzimos duas das suas fotos (Campo das Dobras da Castanheira e Cascata das Aguieiras).

a) Campo de Dobras, da Castanheira, freguesia de Albergaria da Serra



A área aqui inventariada, apresenta diversos afloramentos nos metassedimentos ante-ordovícicos fortemente dobrados. Correspondem a micaxistos formados por moscovite, biotite, quartzo, e ainda pequenos cristais de andaluzite, estauroлите e, por vezes granada. O grau metamórfico que apresentam é o correspondente ao da zona da estauroлите (Valle Aguado, 1992). Estas rochas apresentam abundantes intercalações de metagrauwaques e veios e filões de quartzo, que tornam muito evidentes as numerosas dobras que ocorrem aqui a diversas escalas. As dobras têm um plano axial NW-SE com elevadas inclinações, geralmente superiores a 65° para SW e NE. O eixo das dobras inclina entre 10° e 20°, sistematicamente para SE. A última geração de dobras foi atribuída à 3ª fase de deformação varisca, embora num dos afloramentos se observe uma dobra atribuída à 2ª fase (Valle Aguado, 1992; 2006). Neste sentido, esta é uma área de extrema importância para o testemunho do polifásico da deformação varisca.

b) Panorâmica da Costa da Castanheira, freguesia de Albergaria da Serra



Ponto Panorâmico junto à vertente Sul da Serra da Freita. O geossítio corresponde a um local alto e aplanado pela erosão, donde se vislumbra a Sul as Serras do Aresta, do Caramulo e da Estrela e o vale do Vouga; a Poente e a Norte, observa-se o Atlântico e a linha de costa da região de Aveiro a Norte e Nascente temos uma panorâmica sobre a zona planáltica da serra, drenada pelo rio Caima. As rochas aflorantes aqui encontram-se fortemente deformadas.

c) Complexo mineiro da Poça da Cadela (Regoufe), freguesia de Covêlo de Paivó



O geossítio aqui descrito encerra em si numerosas vivências passadas que lhe conferem grande interesse mineiro, histórico e patrimonial. Todos eles se encontram relacionados com a exploração do volfrâmio, em meados do século passado. Desde começos do Séc. XX que os “Manifestos de Minas” declararam numerosas áreas de interesse metalífero na freguesia de Regoufe, que a 9 de Janeiro de 1915 obtém o alvará de exploração para a “Mina de Regoufe” ou Poça da Cadela sobre a alçada do francês

Gustave Thomas. Em 1941 foi constituída a Companhia Portuguesa de Minas, que funcionava essencialmente com capitais e administração britânicos. Ficou conhecida como a “Companhia Inglesa” e a ela se deve importantes melhoramentos na região, como a abertura da estrada a partir da Ponte de Telhe e a instalação de electricidade e telefone nas minas. Com ela relacionado está Agostinho Gralheiro e com todas ...os infelizes que a “silicose levou.

A Poça da Cadela possuiu uma área de exploração de volfrâmio e estanho associados, de cerca de 57 hectares, e integra tanto as instalações técnicas e administrativas, como as residências e diversas entradas de galerias. Foi a concessão mais rentável em Regoufe. Encontramos aqui diversas galerias e escomboreiras espalhadas por toda a zona central.

d) Cascata das Aguieiras, freguesia de Alvarenga (contudo o seu ponto de vista privilegiado situa-se em Canelas)



A Cascata das Aguieiras forma-se a partir da queda de água da ribeira homónima, que após percorrer Alvarenga cai vertiginosamente sobre as escarpas que ladeiam a Paiva. Esta é bem apreciada deste ponto panorâmico, situado na sua margem esquerda, no Alto do Pereiro (freguesia de Canelas), sobre rochas metassedimentares ante-ordovícicas, aqui altamente metamorfizadas. A cascata é condicionada pela fracturação ortogonal do maciço granítico, desconhecendo-se a existência de elementos estruturais associados ao granito que justifiquem o acentuado desnível da queda de água. É contudo um local de uma rara beleza estética, pois vislumbra-se todo o Vale de Alvarenga, com a Serra de Montemuro como cenário de fundo e depois a Queda de água a cair majestosa sobre a Paiva.

e) **Garganta da Paiva, freguesias de Alvarenga / Canelas**



O geossítio localiza-se sobre a Ponte de Alvarenga, para jusante da Paiva.

A Ponte foi concluída em 1701 e é composta por três arcos, tendo sido precedida por uma outra, romana, datada de 110 A.D. Daqui é possível observar-se o encaixe sinuoso da Paiva e a incisão do vale que a circunda.

No sítio propriamente dito há o maior estrangulamento da Paiva, devido a constrangimentos de natureza petrológica. *(Medeiros e tal. (1964) apresentam na Notícia Explicativa da Folha 13-B da Carta Geológica de Portugal uma descrição mineralógica sucinta destas litologias).*

VIII.2. A importância do Geoturismo

Geoturismo: Turismo que sustenta ou estimula as características geográficas de um local, tal como a natureza, a beleza, património cultural e o bem - estar das pessoas.

- Princípios da National Geographic sobre o Geoturismo.

Apêndice IX

IX.1. Património Paisagístico



Carqueja



Urze



Urze e Carqueja



Tojo



Tulha Nova



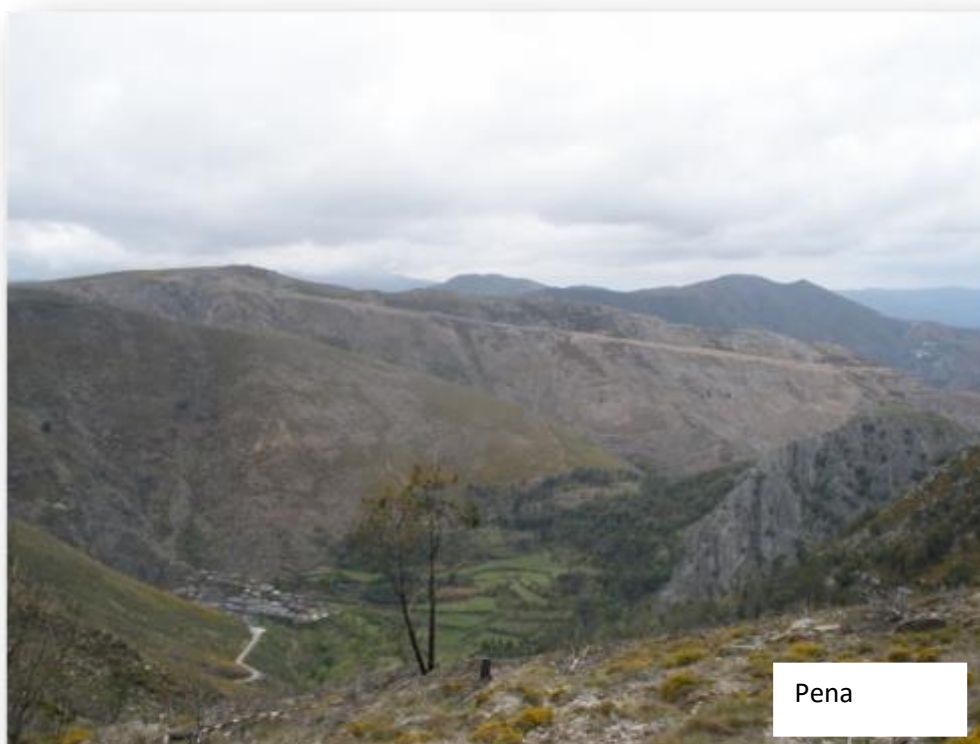
Regoufe



Cabril



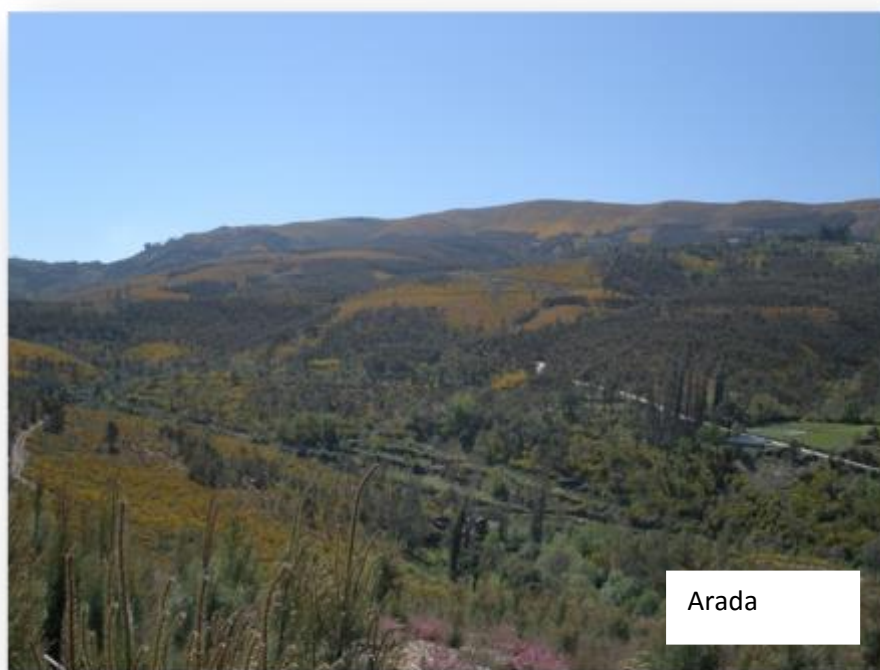
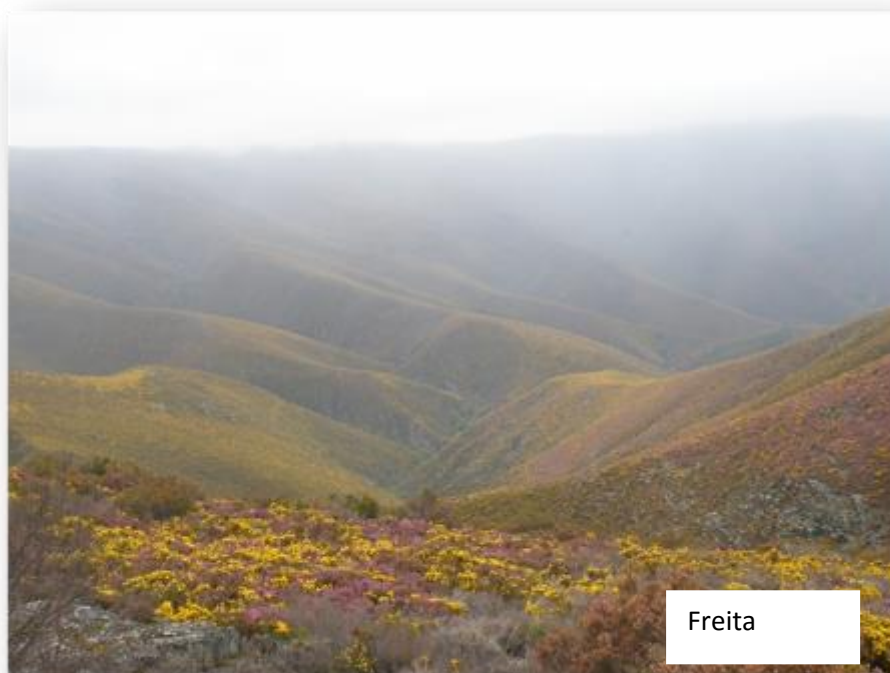
A velha ponte de Cabaços



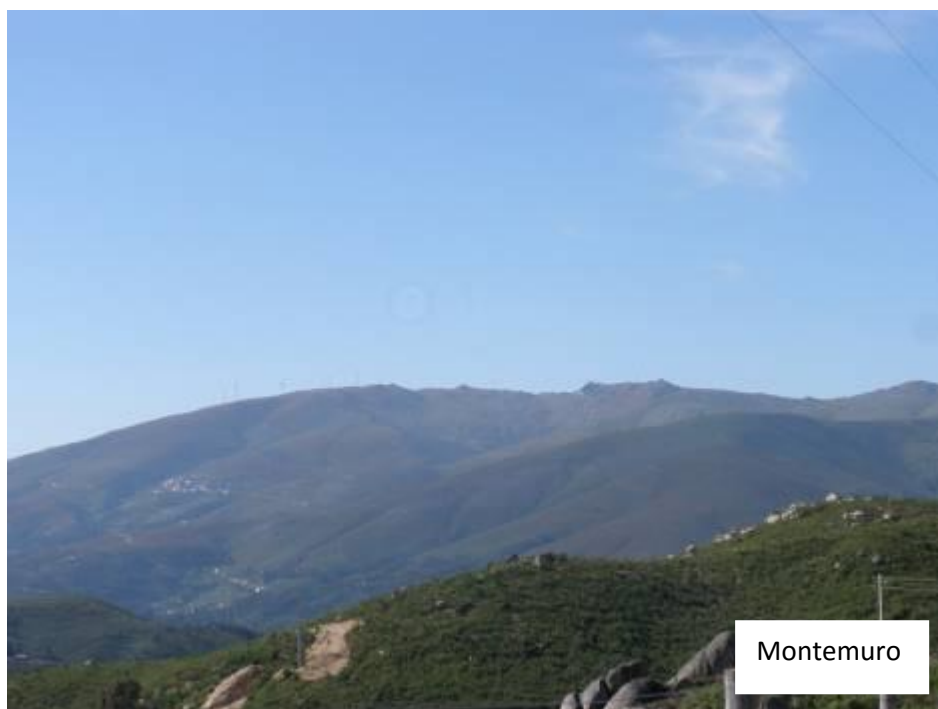


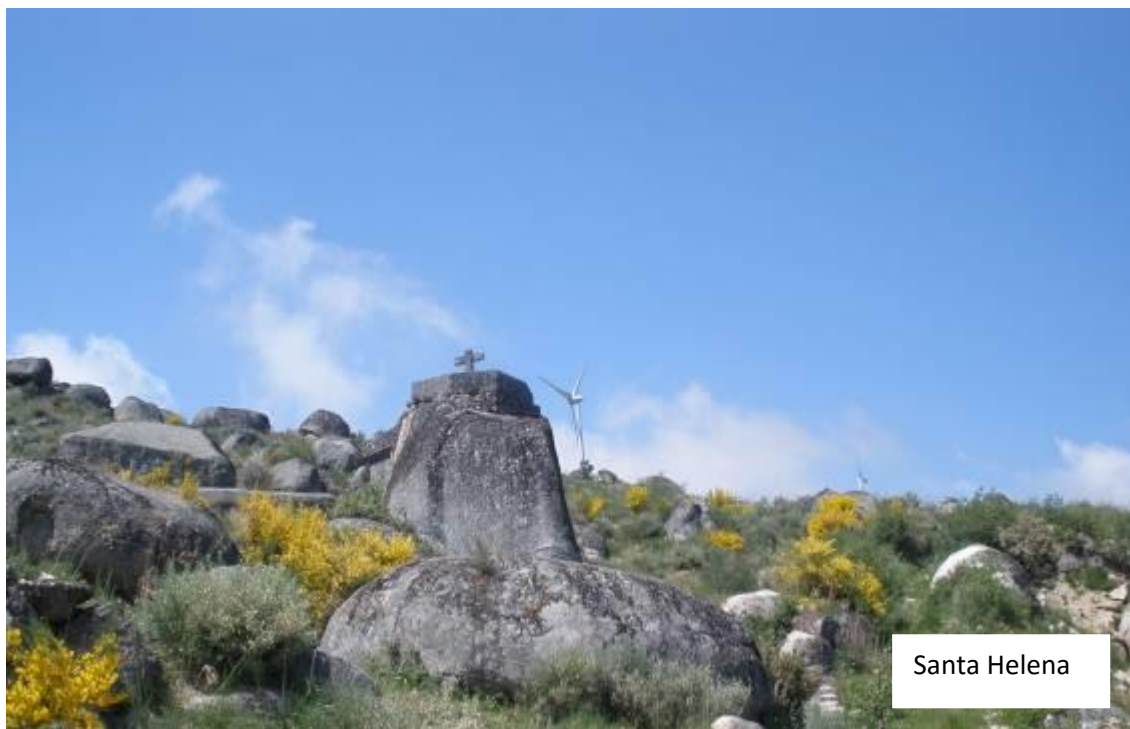
Os tapetes
das serras











Santa Helena - Picão



Muro das Portas



Muro das Portas



Moinho no Bioparque



Pôr-do-sol na Freita



Aldeia das Levadas



Na Ponte de Cabril



Só, no São Macário



Na São Macário



De volta a casa – Covas do Monte



A “Formosa” ruminando



A “Cabana”, atenciosa



A “Bonita” à espera do autocarro



O escurecer na Garganta da Paiva

Toda a Região abrangida pelo Museu do Território dispõe de um riquíssimo património paisagístico e notáveis exemplares, dignos, só por si, de serem conhecidos pelos amantes da Natureza.

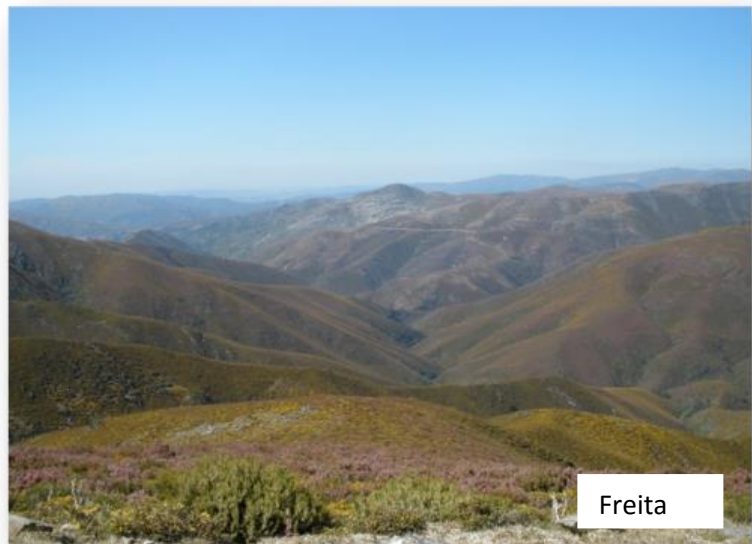
Sejam Serras, como a Freita, a Gralheira, a Arada, a São Macário, a Montemuro, a Nave, sejam os rios e seus pequenos afluentes de que se realça a pura e cristalina Paiva, sejam as figuras antropomórficas e zoomórficas que a Natureza, por meros caprichos, muitas vezes nos apresenta, seja ainda pelo trabalho dos humanos que um sobre o outro edificaram milhares de socacos para sustentação das estreitas nesgas de terra onde fabricavam o pão, sejam os muros, pedra sobre pedra, as choupanas dos pastores disseminadas pelos montes ou ainda os extensos tapetes de amarelos, dourados e matizados que nos são oferecidos, depois de ‘tecidos’ com flores de carqueja, de giesta, de tojo, sejam os enfeites ricos que pela mesma Mãe Natureza nos são oferecidos depois de compostos pelos magentas, brancos e lilases, das urzes e da queiró, tudo, tudo, nos incita a escrever:

“um minuto aqui vivido, sentindo o que se sente, é uma eternidade de prazer”

Antes, na tarde primaveril, extasiado e comungando com a Natureza que se nos apresentava, parámos, olhámos todos os vales e todos os montes, as cores de que se vestiam e, no silêncio que nos agasalhava, escrevemos:

Serra da Minha Terra

A brisa alerta-me
Tocando-me o rosto e o peito.
A minha montanha é uma mulher,
Deitada a sonhar,
Com o colo macio,
Sensual,
Coberta com o manto
Dourado, diáfano,
Do pó de ouro
Que lhe cai dos nimbos.
Vejo colares, jóias
Lilases, magentas
Salpicados
Sobre a minha montanha.
São tojos, giestas, carquejas
De variegados dourados
A serem beijados
Por alegres urzes brancas e lilases.
A minha montanha
É bela, macia,
Sensual,
Adormecida, sorrindo
.... A deixar-me ver o horizonte
Longínquo
Azulado...
Para os lados do mar...



Apêndice X

X.1. Alguns Autores representados no Museu Maria da Fontinha

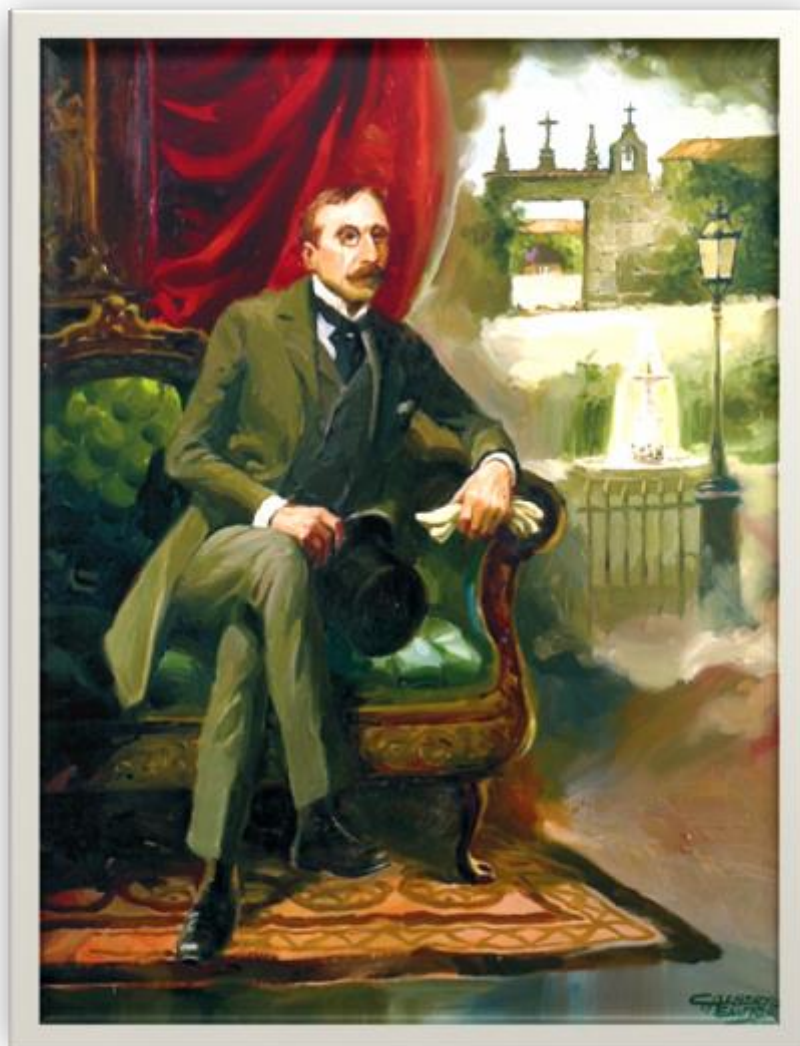
Abel Salazar, Acácio Lino, Alfredo Keil, Alves Cardoso, Alves de Sá, Agripina Rugiero, Amorelli, A. Cova, A. Sousa, Alvarez, António Carneiro, António José da Costa, António Lino, António Paiva, A.G. Anacleto, A. Nunes, Adália Alberto, Adelino Ascenso, Adélio Amaro, Adriana Jones, Afonso Freitas, Alberto de Sousa, Alberto José, Alexandre Serra, Alfredo Baptista, Alfredo Keil, Alfredo Luz, Alfredo Moraes, Almeida e Silva, Álvaro Matos, Alves Cardoso, Alves Martins, Alzira Rocha, Américo Dinis, Ana M^a Almeida, Anabela Cardoso, Anatólia Asp, Ângela Belgama, Anjos, António Bouça, António Passarinheiro, António Ruggiero, António Duarte, António Santos, António Saúde, António Soares, Anunciação, Arlindo Rocha, Arménio Reis, Arménio Vasconcelos, Arpad Szenes, Artur Bual, Artur Franco, Artur Pratt, Augusto Pinheiro, Augustini, Aurélia de Sousa, Aurora Vasconcelos, Benedito Luís, Benigno, Bernardino, Bernardo Marques, Botelho da Silva, C. Pinto Ramos, Calderon, Camões, Cândido da Cunha, Cannone, Carlos Alberto Santos, Carlos Amaral, Carlos Botelho, Carlos Gomes, Carlos Meireles, Carlos Ramos, Carlos Reis, Carlos Reys, Celeste Ferreira, Celestino Alves, César Abbott, Cláudio Vera, Clementina Manta, Clementina, Columbano, Constâncio, Cordélia Andrade, Cossa, Costa Coutinho, Cunha Rocha, D. Fernando II, Dario Silva, Davi, Dali, David Almeida, De Dome, De Mar, Delfim Maia, Delfim Vieira, Delfim, Di Cavalcanti, Dias Coelho, Ditino, Domingos Pires, Domingos Sequeira, Duarte Pimentel, Dutruc, E. Vela, E. Vieira, Edite Martins, Edmundo Cruz, Eduarda Lapa, Eduardo Freitas, Eduardo Malta, Eduardo Nery, Eduardo Viana, Elisangela Jardim, Ernesto Luís, Estrela Faria, F. Curado, F.J.Costa, Falcão Trigo, Fátima Bravo, Fátima Gomes, Fernando Falé, Fernando Marques, Filipe Abreu, Firmino, Francis Smith, Francisco Gaia, Francisco José de Rezende, Fred Kardofeln, Frédéric Duhamel, Frederico Martins, Gordillo, Guilherme Correia, Haidê Morani, Heberlein Chprecht, Hébil, Heitor de Pinho, Heloiselena, Henrique Medina, Henrique Medina, Henrique Pinto, Henrique Pousão, Hildebrando Lima, Hipólito Andrade, Hosanah, Hugo Maia, Isaac Serruya Torres, Isabel Nascimento, Isabel Silva, Israel Macedo, J. A. C., J. Moreno, J. Ramos, J. Sousa, J. Villaret, Jean Soller, Jesus, Joana Vasconcelos, João Barata, João Califórnia, João Correia, João Cutileiro, João Mário, João Reis, João Vaz de Carvalho, João Vaz, Joaquim Correia, Joaquim Lopes,

Jomalveiro, Jorge Barradas, Jorge Maltieira, José Abrunheiro, José Barrias, José Birra, José Contente, José Daniel Abrunheiro, José de Guimarães, José de Lemos, José de Sousa, José Franco, José Joaquim Ramos, José Malhoa, José Maria de Almeida, José Penicheiro, José Ribeiro, José Rodrigues, Júlio, L. M. Pinto, L. R. ., Lança Gomes, Lázaro Lozano, Lazarino, Lino António, Lourdes Abraços, Lucas Cabral, Lúcia Amaral, Lucília de Brito, Lúcia Simões, Luís Carlos, Luís Fernandes, Luís Queimadela, Luísa Aleixo, Maga, Manoel Costa, Manuel Cargaleiro, Manuel coelho Pinto, Manuel Ezequiel Pereira, Manuel Ferreira Júnior, Manuel Filipe, Manuel Maria Bordalo Pinheiro, Manuel Tavares, Maria Adelaide Lima Cruz, Maria Adelaide Simões, Maria Alcina, Maria Alice Antunes, Maria Claro, Maria do Rosário Silva Santos, Maria Fernanda Amado, Maria Helena Leite, Maria João Portelo, Maria Luísa Reis, Maria Lurdes Paes, Maria Margarida Vigoço, Maria Vasconcellos, Maria Vinhal Costa, Marianela, Marice Prisco, Mário Eloy, Mário Salvador, Mário Silva, Marisa Leal, Marly Bárbara, Marques de Freitas, Marques de Oliveira, Marta Urupükina, Martim Maqueda, Martine, Martins Gomes, Mateus, Medina, Mestre Albino, Mestre José Maria de Ribolhos, Mestre Libânio, Mila Reis, Moura Girão, Milton Passos, Narciso Morais, Ney Tecídio, Nilton Bravo, Noémia Travassos, Norvinda, Nunes Santos, Nuno, O. Nunes, Ofélia Marques, Onório Peixoto, Ortiz Alfau, Oscar Tecídio, Paoletti, Paolo, Pedro Calapez, R. José Couto, Rafael Bordalo Pinheiro, Ramires, Ramos Castaño, Renato Bordini, Ribeiro Cristino, Rizú, Ricardo Hogan, Rocha Pinto, Roque Gameiro, Rosa Mendes, Ruth Tavela, Salvador Dali, Samia Zaccour, Sansão Pereira, Santa Bárbara, Sérgio Telles, Sidi, Silva Lino, Silva Porto, Simão da Veiga, Soares dos Reis, Solemar, Sónia Rocha, Sorensen, Sousa Lopes, Sousa Pinto, Stuart, T. Brasil, T. S. Cooper, Teixeira da Silva, Teixeira Lopes, Teresinha Hillal, Thiers Filhagossa, Tiana, Tónia Oberlaender, Torres, Túlio Vitorino, V. Silva Santos, Vânia Rosa, Varela Aldemira, Vasco Berardo, Vera Figueiredo, Vera Gonzalez, Verónica Haikal, Victor Câmara, Victor Matias, Victor Ramos, Virgílio Dias, Virgílio Raposo, Viriato, Visconde de Faro, Visconde de Menezes, Viscondessa de Alte Mearim, Wagner Fráguas, Walz, Yela de Cangal, Zaida e Zeferino...

X.1.1. Colecção de Pintura – Alguns exemplares



**Maria da Fontinha
Por Maria Alcina**



**Eça em Tormes
Carlos Alberto Santos**



O cupidinho de gesso
Carlos Reis



O funeral de Egas Moniz
Acácio Lino



Baía
E di Cavalcanti



Confidências
Alves Cardoso



Paisagem de Colares
Alfredo Keil



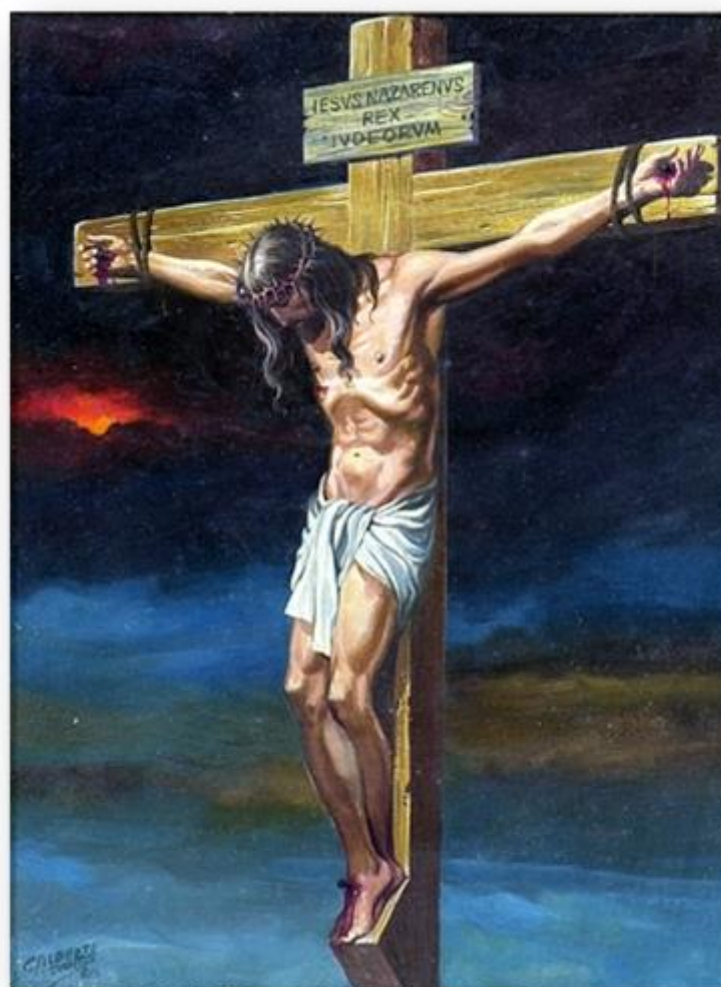
Mar Salgado
Frédéric Duhamel



Rapazinho das colheres de pau
Tomás da Anunciação



Lavrador da Malveira
Alves de Sá



Crucificação
Carlos Alberto Santos



Passeio da Rainha D. Amélia de barco
F. J. Rezende



As duas amigas
Francis Smith
Universidade de Évora
Departamento de História - Museologia



Enseada
Domingues Alvarez



Na foz do Tejo
Narciso Morais
Universidade de Évora
Departamento de História - Museologia



Camélia
António José da Costa



Mulher
Lino António



Crepúsculo
Cândido da Cunha



Rebanho na Serra da Estrela
Sousa Lopes



Figuras na praia
Sansão Pereira



Paisagem da Lousã
Falcão Trigo



Rosas
J. Vilarett



Amanhecer
António Carneiro



A volta do trabalho
Sousa Pinto



Monsanto
Bernardo Marques

Cravos
Eduardo Malta



Rio Lis
Ortiz Alfau





A aposição do corpo do soldado desconhecido no Mosteiro da Batalha
Ribeiro Cristino



Paisagem da Lousã
António Saúde



Marinha
Edmundo Cruz



Mosteiro da Ermida
Maria Alcina



A minha aldeia
J. Sousa



Brasil
Solemar
Universidade de Évora
Departamento de História - Museologia



Búzios
Lucas Cabral



Seara
Simão da Veiga



Leiria
José Barrias



Casa de Figueiró
José Malhoa



Ansião
Alfredo Morais

Pescando
Glauco Chaves



Nas margens do Lis
Calderon



Paisagem
Joaquim Lopes



S. Pedro do Sul
Salvador



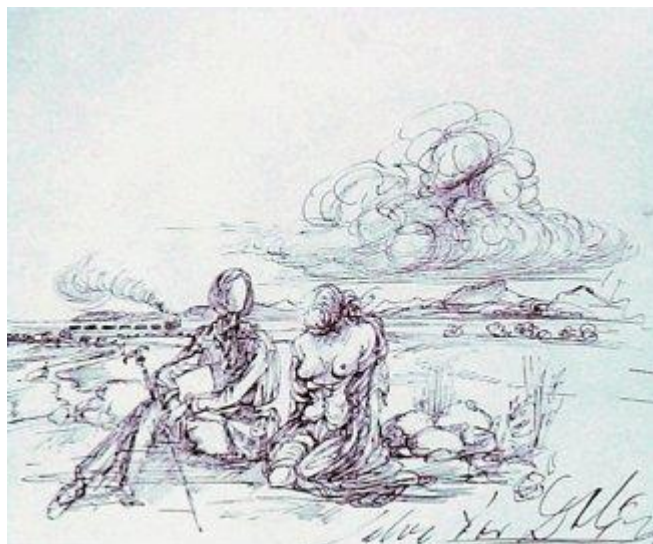
Paisagem com vacas
Manuel Ezequiel Pereira



No Calvário
José Penicheiro



Paisagem
Benedito Luisi



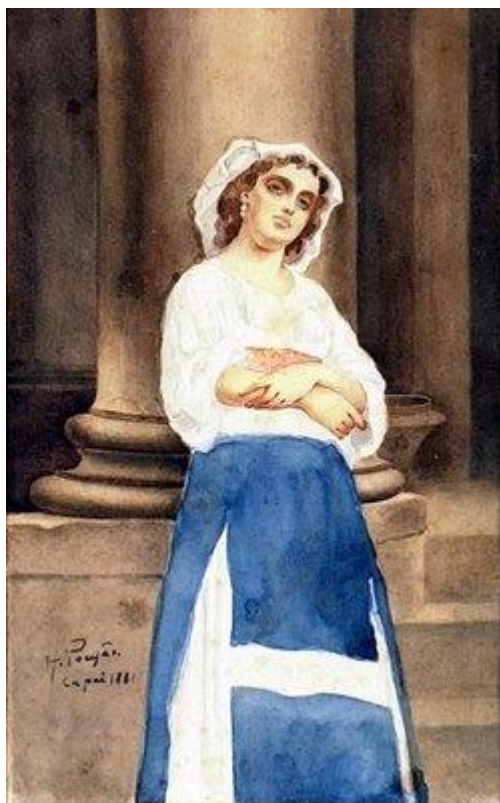
Descanso (Desenho)
Dali



Aguadeira
Abel Salazar



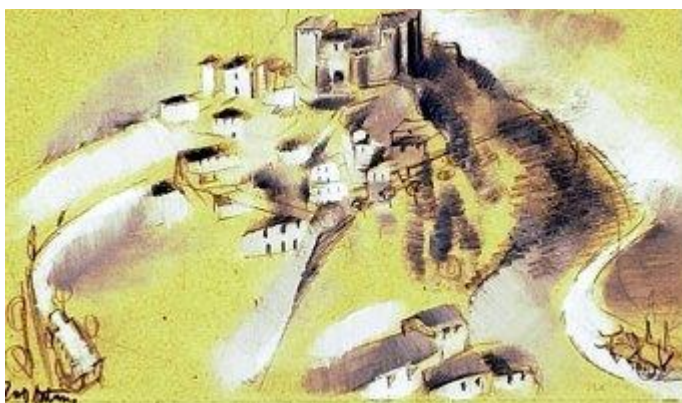
Castro Daire
Delfim



Mulher de Capri
Henrique Pousão



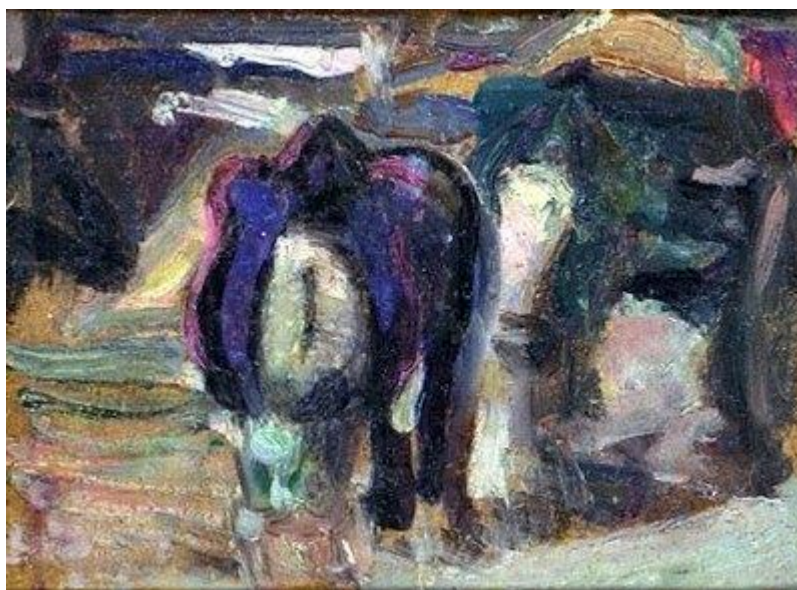
Luis Fernandes



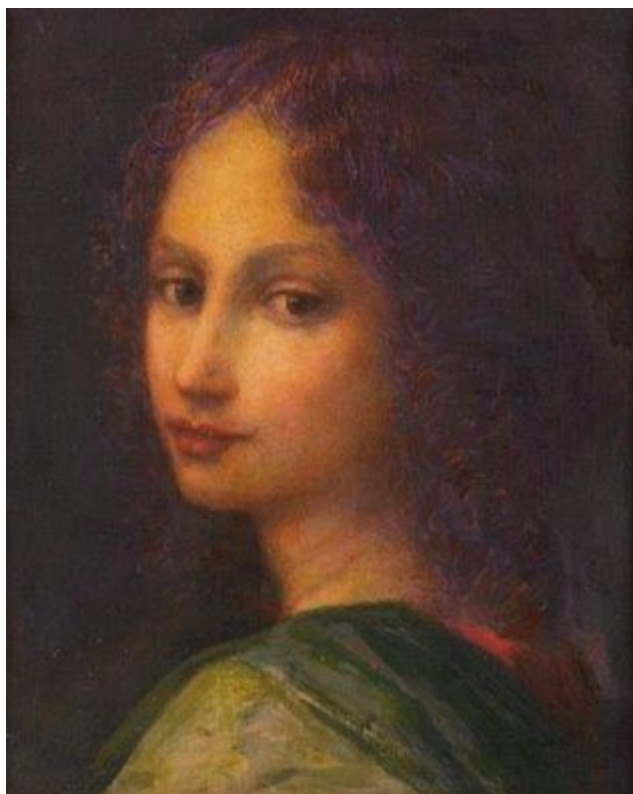
Leiria
Lino António



Casario de Tiradentes
Ney Tecídio



Vacas
Eduardo Viana



Escola Italiana



Na praia
A. Ramos



Vacas
T. S. Couper

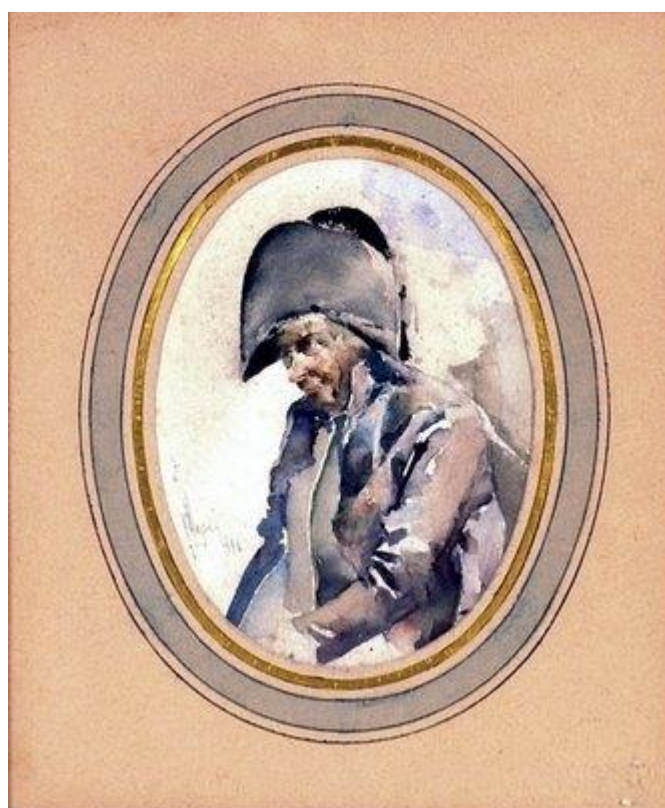
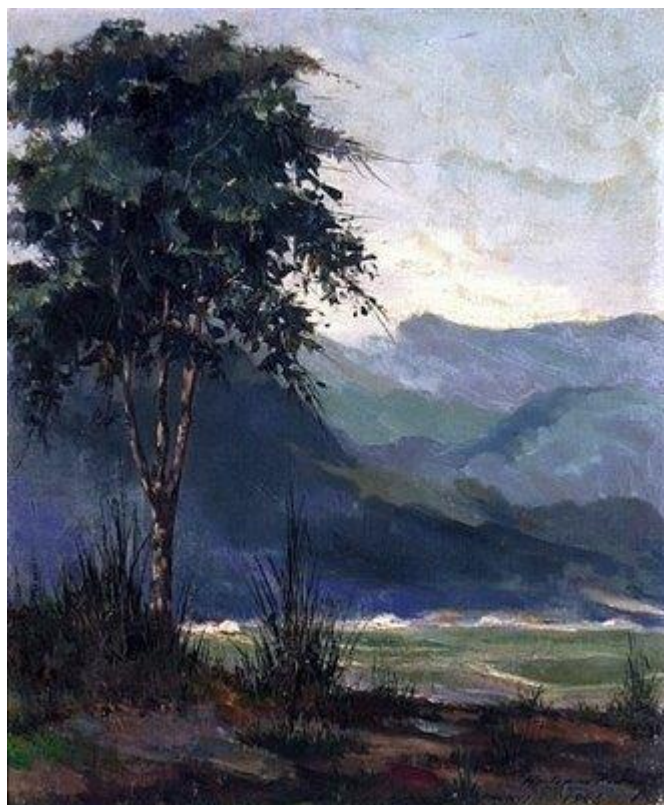
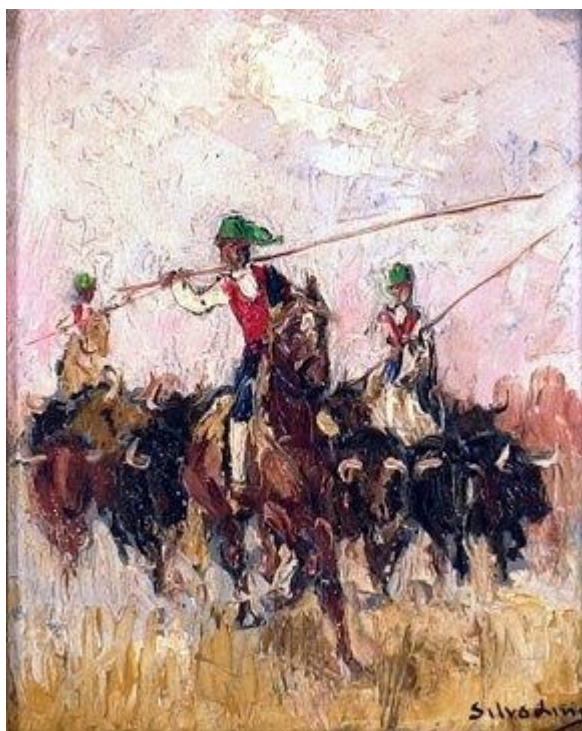


Figura de homem
Ricardo Hogan



Mar e serra
Heitor de Pinho



Campinos
Silva Lino



Camponesa
Edmundo Cruz



Casario
Maria Adelaide Lima Cruz



Figura de mulher
Escola Francesa
séc. XVIII



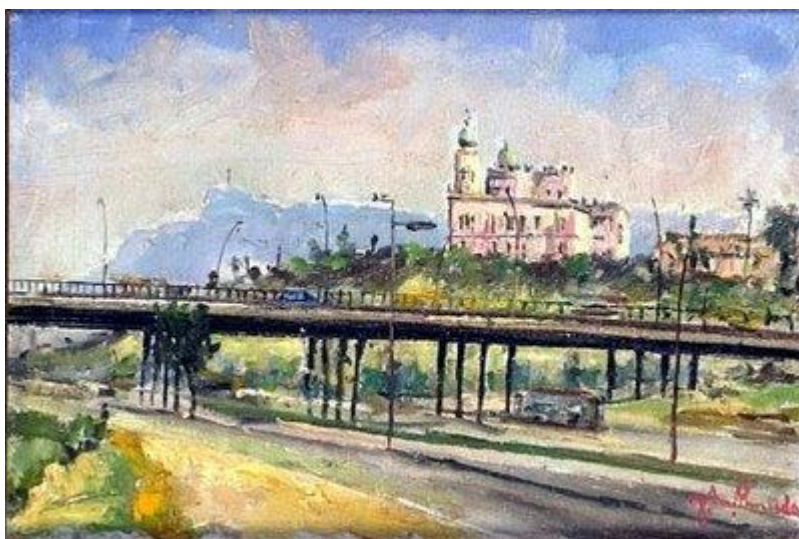
Casario
Maria Luísa Reis



Açude
João Mário



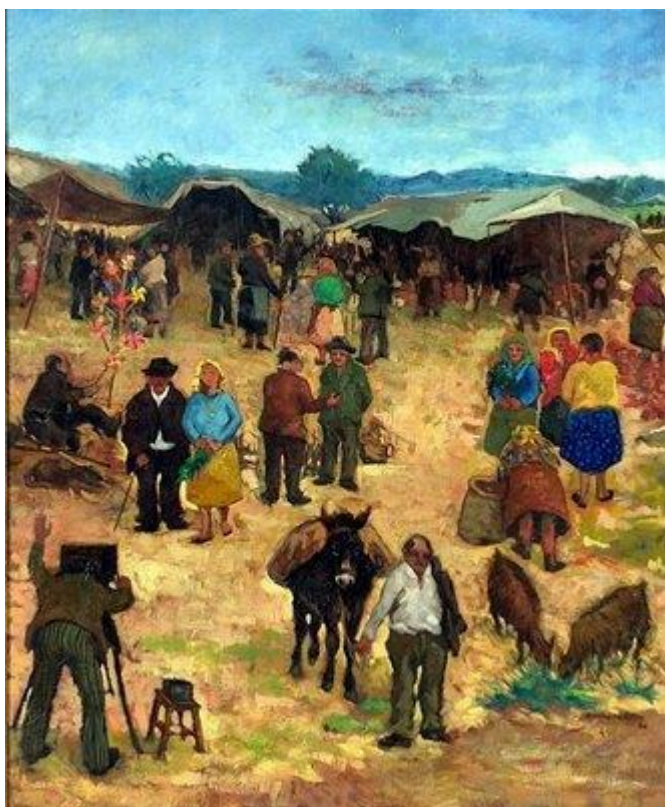
Consertando as redes
Carlos Alberto Santos



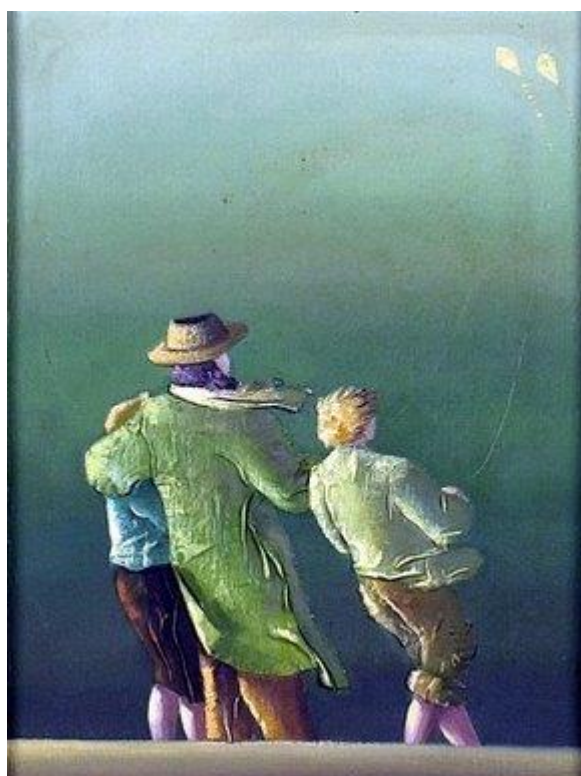
Instituto Oswaldo Cruz
José Maria de Almeida



Paisagem da Lousã
Delfim Vieira
Universidade de Évora
Departamento de História - Museologia



Feira de Parada
Botelho da Silva



Soltando o papagaio
Alfredo Luz



Paisagem do Sado
Artur Pratt



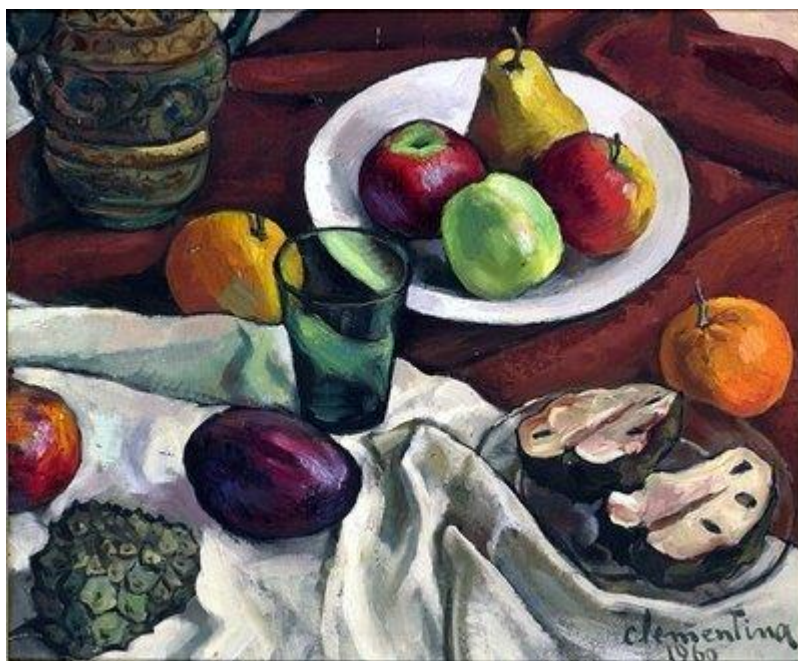
Casa de Figueiró
Henrique Pinto

Escola Francesa Sec.XVIII





Paisagem da Lousã
João Reis



Natureza Morta
Clementina Moura (Manta)



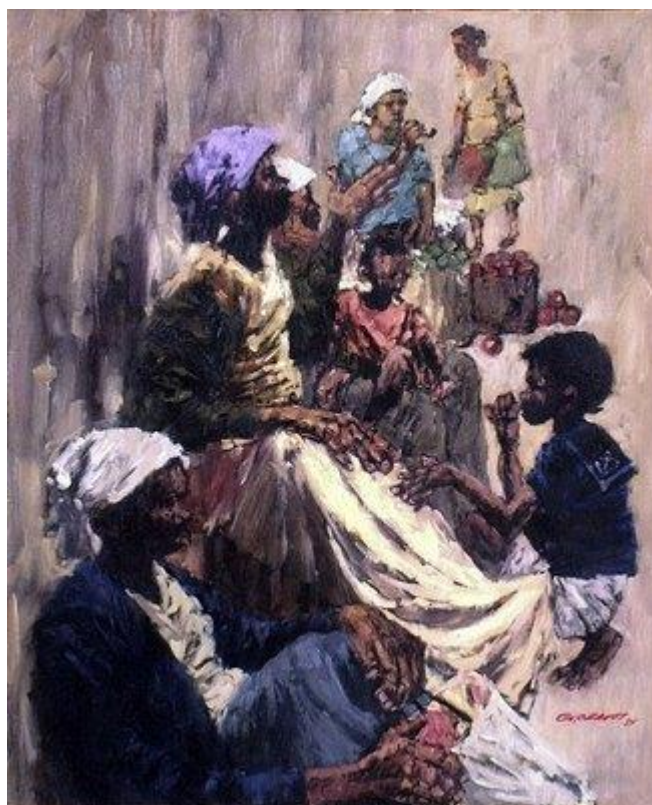
No chá
Lourdes Abraços



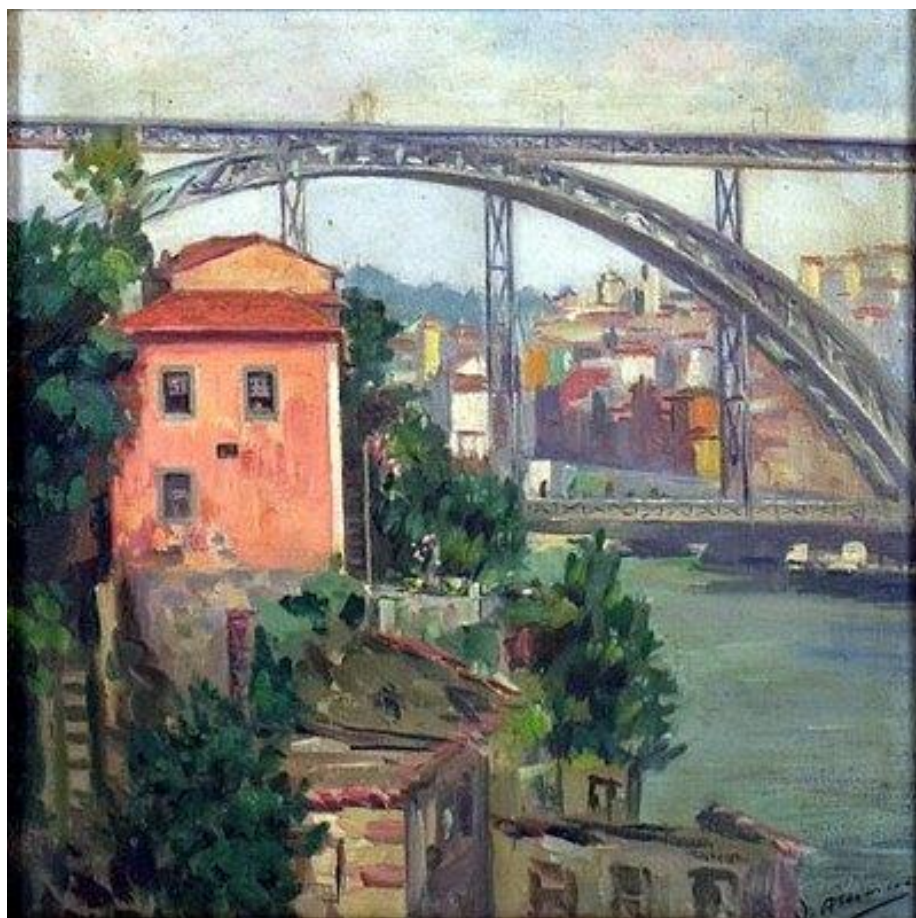
Escola Portuguesa (Sec.XVII/XVIII ?)



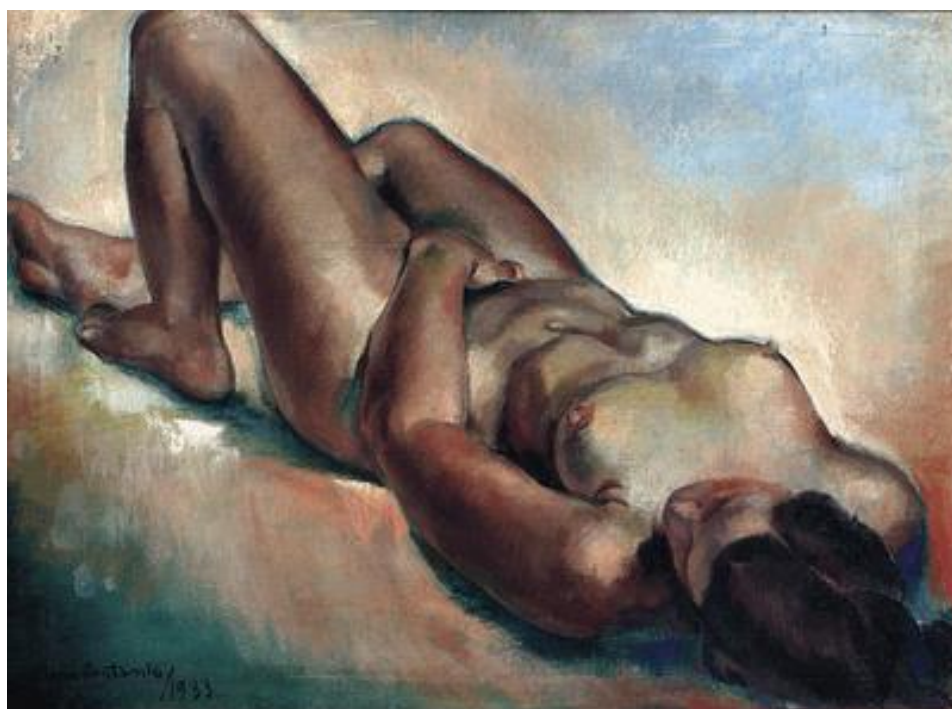
Família
Manuel Filipe



Pobres
Glauco Chaves



Porto
Varela Aldemira



Nu
Lino António



Raças
Renato Bordini



Guanabara
Dario Silva



Casa cimeira da Fontinha
Carlos Reis



Primavera em Portugal
Carlos Gomes

X.1.2. Colecção de escultura – Alguns exemplos



Observando a Paiva
António Paiva



Brasil
Marta Urupukina



DUTRUC

Dois dos catorze passos da via-sacra



Torso de mulher
Hildebrando Lima



Pastor Peregrino
Joaquim Correia



S. João Batista (Relevo em madeira)



Amor sem fim
Ana Maria Duarte
Almeida



A filha dos Condes de Vinhó e Almedina
Soares dos Reis



Caridade
Teixeira Lopes



O domador de leões
José de Guimarães



José de Vasconcelos
Gilberto Mandarinó

Universidade de Évora
Departamento de História - Museologia



Soares dos Reis



Baco
José Franco



Padre António Vieira
Samia Zaccour



A Paz
António Santos



Miguel Torga
Alfredo Baptista e Arménio Vasconcelos



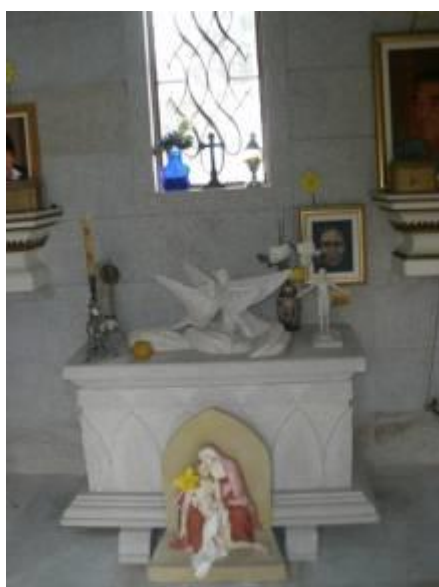
São Francisco
Mandarino



Abstracto
Gordillo



Estatuetas
Samia Zaccour



Mausoléu de Maria da Fontinha
("Pietá" de Teixeira Lopes)



WALZ (Borgia)



Os mesmos olhos
Noémia Travassos



Estatuetas
Gilberto Mandarino



Mulher
Hildebrando Lima



O Cavalo
Anjos



Última Ceia com pedras da Paiva
A. Vieira



Busto de jovem negro
Teixeira Lopes



O beijo
Luís Carlos



Cristo
Gilberto Mandarinó



"Camões" de Floretti



Esperando
Teixeira Lopes



Estatueta Egípcia



"Camilo" de Álvaro Matos



Fernando Pessoa
A. Ferreira



O picador
Delfim Maya



Fragmento de Sarcófago milenar (Benim)

Apêndice XI

XI.1.Exemplares de automóveis em Leiria (futuramente, nesta Região)



Ford T Torpedo Touring 1909



Peugeot Quadriletti Decallee 1921



Dodge Brader 1933



Panhard Dyna 1948



Renault Celta quatre Coupé - 1936



Jeep Willys - 1944



Messerschmitt KR 200 - 1955



Jaguar XK 140 OTS - 1955



BMW Isetta 250 - 1957



MGA 1600 - 1959



Alfa Romeo Giulietta spider - 1960



Lincoln Continental - 1963



Jaguar S Type 3.8 - 1967



Autobianchi Jardiniere - 1967



Porsche 911 Chassi curto - 1968



Rolls Royce Silver Shadow - 1973



Mercedes 350 SL - 1972



Fiat 500 L - 1971



Alfa Romeo 2600 Sprint - 1964



BMW 1602 - 1973



Sado 550 - 1984



Jaguar XK8 Roadster - 1997



Dodge Brader Doctor Coupé - 1918



Volkswagew 1303 S - 1974



Jaguar Type E V12 - 1972



Jaguar XJ6 4.2 - 1972



Fordson dexta - 1960



Fordson - 1918

Nota: Neste momento, a colecção de veículos automóveis, ascende a 97 unidades.

Apêndice XII

XII.1.Capela da Fontinha

A sua área ronda os 42 metros quadrados e no seu interior encontramos um altar em talha dourada do Séc. XVIII / XIX antes pertencente à Igreja Matriz de Aguda, Figueiró dos Vinhos. Tem ao centro uma imagem da Senhora do Carmo, em granito, dos Mestres de Esposende, pinturas de Nossa Senhora e de Cristo a óleo, um Santo Cristo de Límpias, muito expressivo, vários Santos, um pequeno crucifixo em marfim. Existem nas paredes uma pintura de Cristo, uma imagem de São Tomé; um baixo-relevo em madeira do Séc. XVII/XVIII alusivo a São João Baptista; uma imagem com oitenta centímetros de altura e cerca de quarenta de base deste mesmo Santo; missal e peanha do Séc. XVIII; balaústres que separam o altar do restante corpo da Capela de finos contornos; o tecto quase totalmente ocupado com uma pintura a óleo alusiva a Nossa Senhora do Carmo com o Menino, com retratos de Maria da Fontinha e Florindo dos Santos que foi seu marido e paisagens com animais e serras, de autoria de Maria Alcina que ali trabalhou vários meses.



Arménio dos Santos Vasconcelos
Museu do Território do Vale da Paiva e Serras





XII.2. Escolinha do Professor Ricoca

Trata-se de uma pequena sala no Parque da Fontinha, decorada com carteiras, quadro, mapas, minerais, lousinhas e livros utilizados numa modesta escola do ensino primário da década de 40 que, como todas daquela época, também apresenta um crucifixo e os “governantes” principais nas suas paredes.

Trata-se de uma homenagem extensiva a todos os professores do ensino primário que naquela época suportando sacrifícios por vezes inauditos semearam para que nós colhêssemos.



XII.3. Peças de etnografia usadas por Maria da Fontinha

Noutra saleta do mesmo Parque Maria da Fontinha encontramos dezenas de objectos que pertenceram a Maria da Fontinha, tais como o caneco de água, as caçoilas, os púcaros, as louças de barro preto de Ribolhos, as panelas de ferro, trempes, o saleiro, as candeias de azeite e petróleo, o ferro de brasas, os talheres de ferro; as alfaias para tecer lã como o fuso e as rocas; despertadores, bacios, lavatórios com toalhas de rosto em linho bordado, baú de couro, malgas e travessas; rosários, campa em ferro com lençol e travesseiro, em linho bordados; coberta de lã e linho, confeccionado no tear da casa antiga, retratos de familiares, desde o princípio do Séc. XX, “santinhos” nas paredes, etc; objectos estes que somados a centenas de outros, utilizados desde há muito nas lides agrícolas e no uso quotidiano nas antigas habitações da Fontinha e na Região, serão objecto de exposição no Museu Etnográfico da Fontinha, acerca do qual já se iniciaram acções conducentes à sua concretização.





XII.4. Auditório / Memorial José Vasconcelos

Trata-se de um salão polivalente, com cerca de 300 metros quadrados, utilizando-se exclusivamente o xisto nas suas paredes e a lousa xistóide na sua cobertura; área que está dotada de cerca de mais de 250 cadeiras e um grande palco, a qual tem servido para exposições temporárias, récitas, espectáculos musicais e de teatro e para projecção diapositivos e filmes; para cerimónias e solenidades várias e onde se dará início aos contactos entre os que nos visitam e o Museu. Tem um busto em bronze de José Vasconcelos de autoria de Mandarino e um retrato a óleo de autoria de Maria Alcina. De resto, tem sempre presente uma exposição temporária.



XII.5.Mausoléu de Maria da Fontinha



No exterior do cemitério do Gafanhão, encontra-se este mausoléu, construído totalmente em granito à semelhança e com as dimensões do “Tesouro dos Atenienses”, de Delfos (este, porém, em calcário). Composto por colunas estriadas, encimadas por capitéis jónicos, cobertura também de granito e uma cripta de grandes dimensões sob a capela onde num sarcófago, com labores artísticos e também de granito, estão depositados os restos mortais de Maria da Fontinha, que para ali foram trasladados do Rio de Janeiro onde faleceu, em 3 de Maio de 1970.

No seu interior temos um Cristo, em bronze, de Soares do Reis, uma “Pietà” com assinatura de Teixeira Lopes, uma pintura da Senhora das Dores em madeira, retratos a óleo de Maria da Fontinha e dos que ali repousam.





Luís Queimadela



Soares dos Reis



Almeida e Silva

XII.6.Reconhecimentos do seu mérito

A Casa - Museu recebeu:

- Diploma de Reconhecimento da Importância Cultural à Lusofonia, do Sindicato dos Escritores do Estado do Rio de Janeiro e Casa de Cultura Lima Barreto (13.08.2003);
- Membro Honorário da Academia Nacional de Letras e Artes (03.09.2003);
- Diploma de Mérito Cultural da Academia Pan Americana de Letras e Artes;
- Diploma de Divulgação Cultural da Academia Brasileira de Artes e Ciências Estéticas;
- Membro honorário da Academia de Letras do Estado do Rio de Janeiro (14.09.2005);
- Membro Honorário da Academia de Letras e Artes do Estado de S. Paulo;
- Prémio ALAP CULTURA, 2004, da Academia de Letras e Artes de Paranapuã;
- Diploma de Mérito Cultural da APPERJ Associação Profissional dos Poetas do Estado do Rio de Janeiro (01.09.2003);
- Diploma de Mérito Cultural da AJEB – Associação dos Jornalistas e Escritores do Brasil (01.09.2003);
- Diploma de Honra ao Mérito da ALAP Academia de Letras e Artes de Paranapuã;
- Medalha e Diploma da Associação Cultural das Águas Artes e Letras da Mantiqueira;
- Diploma de filiação na Federação das Academias de Letras e Artes do Estado do Rio;
- Diploma de Honra ao Mérito da Casa do Compositor Musical do Rio de Janeiro;
- Diploma de Honra e Gratidão da Biblioteca Comunitária Tobias Barreto de Meneses;
- Diploma de Mérito Cultural da ABT – Academia Brasileira de Trova (02.09.2003);
- Defensor do Meio Ambiente da Federação das Academias de Letras do Brasil e Academia Brasileira do Meio Ambiente (18.12.2005);
- Diploma da Casa das Beiras e ALAP, de participação no “Brasil-Portugal ” mais de 500 anos de Brasilidade (17.06.2005);
- Honrarias “Ana Néri” e “Marechal Cândido Rondon”, da Academia de Letras da Mantiqueira (15.11.2004);
- Medalha e Diploma de Mérito Académico Francisco Silva Nobre, da Federação das Academias de Letras do Brasil (19.08.2003);
- Diploma “Dr. Francisco António Tozzi” da Academia de Letras da Mantiqueira;
- Moção de Congratulações e Louvor da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (26.10.2004) – *Proposta do Vereador Ricardo Maranhão, aprovada por unanimidade.*

Apêndice XIII

Os restantes núcleos do Museu do Território

2.º Penedo da Saudade, Além do Rio, Castro Daire

Miradouro da grandiosa beleza e paisagem, situado a quinhentos metros do Museu Maria da Fontinha, sobre uma extensa e alta correnteza de fragas e penedos graníticos, cheios de lendas e de onde se vislumbram cerca de vinte aldeias, alcandoradas na Serra de Montemuro, deixando-nos apreciar os amarelos dos tojos, das giestas e das carquejas, os lilases e magentas das urzes, os verdes dos soutos e dos pinhais; tudo cambiando de colorido, várias vezes, ao longo do dia e de tudo, sobressaindo do silêncio, o suave murmúrio das águas da Paiva de cor azul, a qual, serpenteando, por mais de trinta quilómetros, busca casar-se com o Douro.

Das lendas que incluem amores, mortes e mouras encantadas, escreveremos noutros locais, embora reconheçamos que aqui poderiam todas ser contempladas, como património intangível.



As “Alminhas”, no Penedo da Saudade



A Paiva vista do Penedo da Saudade



No cimo do Penedo da Saudade

3.º Cruzeiro de Lubízios, São Martinho das Moitas/Gafanhão



A um quilómetro de distância do anterior Penedo, encontramos um monumento construído em granito, por mãos de canteiros artistas, encimado por uma esfera armilar, uma cruz de malta, contendo vários nichos que albergaram imagens de santos; o qual foi mandado erigir por um homem, *Agostinho Gralheiro*, cujo nome se ouve, como legenda, em toda a Região.

Variam as teses que justificam a construção deste monumento, situado num local de onde se desfruta grandiosa panorâmica, até aos altos do Mezio, nos caminhos de Lamego e ao Alto de Merouçal, onde começa a Beira Litoral. O cruzeiro existe ali, ou por razão de uma promessa e ou porque teria sido o local onde *Agostinho Gralheiro*, nascido em 1900, no lugar de Sete Fontes que lhe está próximo, encontrara a primeira pedra de volfrâmio, nos inícios da Segunda Guerra Mundial.

Agostinho Gralheiro, parente chegado e amigo de Maria da Fontinha, era um admirado improvisador, dele descendendo a poeta Aurora Simões e um dos mais conceituados dramaturgos portugueses, de seu nome, *Jaime Gralheiro* que, por sua vez, persegue a lenda que se confirmará.



4.º Moinhos de água e de azeite (lagar ou azenha), no Gafanhão Castro Daire



Junto à Igreja Matriz, a escassos cem metros do Memorial da Fontinha, de características neo-jónicas, onde repousa Maria da Fontinha, encontramos três exemplares de moinhos de água, rudimentares, dois dos quais aptos para serem accionados, onde podemos constatar do *modus vivendi* das populações destas aldeias, desde há séculos até quase aos finais do transacto Século XX.

Restamos encantados com a melodia que as águas nos oferecem, melodias enriquecidas pelos sons produzidos por todas as peças do moinho que apreciamos.

Abolida que foi a escravatura, por Constantino, no Século IV, “abriu-se uma nova era na moagem”, “considerando-se por muitos o maior progresso tecnológico singular da antiguidade porquanto acrescentou capacidade de moagem aos sistemas até então utilizados”. Foi evoluindo e com a aplicação da roda vertical criada pelos Árabes tornou-se como que uma “azenha”, espalhando-se por todo o Império. São os moinhos, bem como as “azenhas” e os pisões, exemplos da “Arqueologia Industrial” da região.

Socorremo-nos, do que sobre os moinhos, refere Abílio Pereira de Carvalho, *in Castro Daire – Indústria, Técnica e Cultura - 1995, edição da C.M. C.D.*

Na vizinha povoação de Sequeiros, decidiram alguns dos seus habitantes construir um novo lagar, pretensamente moderno, decidindo, por isso, vender os componentes da sua secular azenha. Tentámos dissuadi-los de tal, porquanto aquela azenha era uma marca do seu passado, da sua história, da história do seu quotidiano, um monumento a preservar. Os argumentos não foram convincentes e todas as peças foram alienadas a terceiro.

Após o seu desmantelamento, ocorrido alguns meses depois, procurámos - só então - aquele adquirente, a quem, então, as comprámos.

Já está escolhido o local, em propriedade que pertenceu a Maria da Fontinha, onde será edificado o novo lagar (como aqui se diz), com todos os seus apetrechos, o qual se verá preparado para funcionar tal como aconteceu desde há muitos séculos.

Por enquanto, mostram-se todas as suas componentes; algumas de rara beleza e arte, quer no Parque da Fontinha quer a escassa centena e meia de metros deste. E assim, perto de onde repousa, Maria da Fontinha terá a companhia da azenha da sua infância, de Sequeiros.

5.º Igreja de São Martinho das Moitas, São Pedro do Sul





Eis um exemplo original, com que o visitante se depara e se extasia. Num lugar recôndito *subtus mons Magaio*, encontramos esta jóia de arte ingénua e vem-nos a vontade de ali nos sentarmos e permanecermos longos momentos a apreciar todas as pinturas daqueles ricos caixotes dos tetos e as talhas, singulares e variadas, que completam os altares.

São dezenas os Santos retratados, desde *Magdalena*, *Ambrozio*, *Thomaz* e tantos outros que podemos conhecer olhando para o céu.

Junto à Igreja, a Sede da Junta que já foi Escola, a ímpar Obra Social e alguns metros adiante, a fonte de água pura, vinda da zona serrana, dos lados da *Fonte Romana* dos Terreiros e uma outra azenha, totalmente desmoronada, a pedir uma última salvação. Por fim, não podemos deixar de cumprimentar o belo exemplar, secular, de pinheiro manso (*pinus pinea*, *L*) que desde a meninice dos mais idosos, a todos presenteou com os seus enormes pinhões.

6.º Castanheiros milenares de Macieira, Sul, São Pedro do Sul



Partindo de São Martinho, passamos por *Villa Salla*, hoje Sá, depois por Posmil, referidos em tantos documentos desde o longínquo Século VIII e arribamos, quatro quilómetros depois, a Macieira, aldeia de agricultores e reputados canteiros e ali dialogámos com aqueles vetustos exemplares de *Castanea sativa*, que nos garantem terem alguns deles próximo dos mil anos de idade e outros mais e terem assistido a muitos dramas e a muitas festas do São Macário, terem vivido com os homens, choros, risos, amores e desventuras.

Mas não se esqueceram de nos recordar que já nos ofereceram centenas de toneladas de castanhas que alimentaram durante séculos, milhares de criaturas.

Nas suas ‘cavernas’, concavidades formadas pelas partes do seu corpo que a Natureza foi corroendo, já dormiram pessoas (pastores), onde agora os “turistas” se fotografam. Vale a pena “dialogar” com cada um destes gigantes antigos e presentes.

7.º Capela de São Macário de Cima São Martinho das Moitas, São Pedro do Sul e Capela de São Macário de Baixo, Sul, São Pedro do Sul



São Macário a ter existido nunca percorreu o Monte e a Serra que tem o seu nome. A umas dezenas de quilómetros de Alexandria, no Egipto existe um Convento Medieval que tem o seu nome e onde se arrogam os seus vizinhos ter sido ali que o Santo viveu, fez penitência e morreu.

A Capela de cima, pertencente à Paróquia de São Martinho das Moitas, data do Séc. XVIII e foi construída predominantemente em granito, possuindo uma bela frontaria. Está circundada por um muro de pedra lousinha, numa altura média de três metros com vista à defesa dos ventos que a açoitam; ambos os materiais ali existentes.

O seu interior é de modesta talha e as imagens encontram-se resguardadas de perigos calculados.

Dali se vislumbram em todas as direcções, paisagens deslumbrantes de montes e mais montes, de cumes e mais cumes, desde as proximidades do Marão à Estrela, do Caramulo e dos lados do Porto aos confins do Montemuro, num total de 16 serras de Portugal. Estamos a 1051 metros de altitude. E a escassos 300 metros podemos calcorrear os terrenos do Monte Redondo, onde existiram antas, mamôas e um castro de que restam vestígios. São dezenas as aldeias que dali se alcançam. Pena é que olhando para baixo se veja a Pena e olhando para as dezenas de antenas e torres ali aplicadas, nos sintamos com pena, oprimidos e ofendidos pela devassa de que somos vítimas, por via do ‘progresso’.

No último Domingo de Julho é a Festa e lá vão milhares em romaria, agora de automóvel em vez do passeio a pé, com a merenda ensacada como até há cerca de 40 anos se fazia, no meio de cânticos e com alegria.

No *Mons Magaio*, já referido em documentos do Séc. VIII (“*villa Salla subtus Mons Magaio...*” assim começa um documento referente a Sá, de São Martinho das Moitas.

Na parede da capelinha existe, pelos vistos desde que aquela foi construída, uma caixa de esmolas. Por as esmolas serem frutuosas, o Abade de Sul, em certa ocasião, mas há muito menos tempo, providenciou a edificação da capela de São Macário de Baixo, incrustada nas penhas ali existentes a uma cota de sensivelmente 100 metros abaixo da anterior. E assim se dividiram os “lucros” obtidos, nomeadamente no Dia da Festa.

Quer uma quer outra das capelas merecem que subamos à serra e que de lá, contemplemos a Natureza, voemos em ascese, se formos disso capazes.

Muitas lendas existem acerca de São Macário. Referiremos algumas, quase no fim deste trabalho, no tema “Lendas e Narrativas do nosso Território”.



8.º Aldeia da Pena, Sul, São Pedro do Sul e Portal do Inferno e Garra, em Covelo de Paivó, Arouca

A aldeia da Pena, com as suas cerca de 60 casas totalmente construídas em xisto e cobertas por lousado xistoso apresenta-nos perspectivas arquitectónicas e de movimento, invulgares. Esteve longe do resto do mundo, durante séculos, oscilando no dezenas de anos, uma média de 6 a 8 pessoas.

A sua toponímia dever-se-á eventualmente aos enormes penhascos (penhas), aguçados e virados para o céu que a delimitam e lhes tapam muitos dos horizontes

montemuranos. Era terra de boa confecção de linho e lã, farta e simpática para as poucas pessoas que a ela podiam aceder. Hoje é marca entre as aldeias rurais de São Macário e da Freita; ai se serve, se necessário, um saboroso cabrito assado, se explora um mel de urze e rosmaninho que certamente concorreria com o de Mileto e também se produzem artefactos em “lousinha”.

Contam-se naquele Apêndice VII lendas (ou verdades?) desta Aldeia que será a “*Penafiel*” *Subtus Mons Fuste*, da Idade Média.

Portal do Inferno



Se o visitante ou o leitor pretende sentir emoções fortes, em contacto estreito com o que a Natureza lhe oferece, quando subir, vindo da Pena, vire à sua direita no sentido de Regoufe – aldeia que também pode visitar, por para isso ter merecimento -, e percorrendo escassos dois quilómetros, encontrar-se-á no Portal do Inferno. Pare. Em ambos os lados da estrada os enormes desfiladeiros, os vales parecendo habitados por figuras sobrenaturais, olhe a aprazível aldeia de Covas do Monte, suavizando assim as dantescas paisagens que se lhe oferecem nas demais direcções.

Se for em Maio, terá a companhia das urzes brancas e lilásas, das giestas brancas e amarelas, do tojo molar e da carqueja.

Trata-se de um sítio apelativo e hoje não amedronta tanto como acontecia antes do alargamento da estrada.

Possui elevado interesse geomorfológico.

As serranias são cortadas pelas encaixadas linhas de água em que se destaca um regato que drena para a Ribeira de Palhais.

A “Garra” é a parte da montanha que dali se vê, recortada por linhas de águas profundas, que lembram a separação dos dedos de uma garra.



9.º Castro da Cárcoda, Carvalhais, São Pedro do Sul

Socorremo-nos, na análise deste núcleo, do esclarecedor bloco de apontamentos, com o título “*Ruínas Arqueológicas da Cárcoda, Carvalhais, São Pedro do Sul*”, de autoria do Professor M. Correia Tavares, a que tivemos acesso de uma cópia, onde consta o carimbo “Biblioteca Municipal – São Pedro do Sul”.

Noticia-nos a descoberta, a sua localização a dois quilómetros e meio a Norte de Carvalhais, recebendo o nome do Outeiro em que assenta na encosta da Serra da Arada, o qual se divide em três cabeços, todos entre 545 a 590 metros de altitude e descreve-nos figurativamente os monumentos pré-históricos e castros da Região, abrangendo o São Macário, o Monte Redondo, a Ucha, a Mata, o Casal de Gumiei, Monte Lafões, o Castro de Vilharigues, o Campo da Arca e o conjunto do Juncal, em Manhouce; fala-nos das muralhas e do fosso que o defendem; das insculpturas; dos sectores já escavados, do espólio encontrado e exumado, que inclui rebotalhos de cozinha, pedras, metais, moedas, vidros, cerâmicas de construção, pesos, cossoiros, cerâmica doméstica, terra sigillata e cerâmica pintada; incluindo-se nos metais o ouro, a liga de bronze e ferro; incluindo inúmeros desenhos que são figurados nas páginas do seu esclarecedor

trabalho, dando-nos nota do elevado valor do Castro que justificou fosse classificado como Imóvel de Interesse Público, em 20 de Outubro de 1955.

Os vestígios indicam a Idade do Bronze Final, continuando até à Época Romana. O seu apogeu situa-se no fim da Idade do Ferro até esta, ocasião em que sofreu grande desenvolvimento. Para defesa, foi a sua muralha reforçada em alguns pontos por um segundo e terceiro perímetros, acrescentando-se um fosso de profundidade considerável.

As paredes das habitações, em pedra, ascendiam a uma altura média de dois metros.

As vinte e sete casas descobertas, eram todas construídas com pequenas pedras assentes em barro e de plantas circular, oval e rectangular.

Integram este Castro muitas e importantes gravuras rupestres, dispersas por quinze rochedos, com decorações de covinhas, espirais, cruzes, círculos, linhas entrecruzadas, losangos, serpentiformes e antropomorfos. Dos conjuntos destas gravuras, localiza-se um na parte cimeira e outro na parte fundeira do Castro; existindo também por todo este, pias escavadas na rocha, de diversos feitios e dimensões.



10.º Ponte Romana e moinhos de Manhouce, São Pedro do Sul



Manhouce está situada a meio do caminho entre Viseu e Porto.

Era local de pernoita de recoveiros e almocreves, veículos do intercambio sócio - cultural das gentes do litoral e da serra. Daí a grande influência etnográfica da Beira Litoral e do Douro.

Por aqui passava, existindo longos percursos que dela são vestígios, a calçada romana.

A beleza das suas ribeiras, viu-se acrescentada com muitos moinhos e pisões.

Da ponte que sustenta a estrada que segue para a terra das pedras parideiras, vê-se claramente a ponte romana a montante e moinhos a jusante.

Terra de riquíssimos folclores e etnografia, legar-nos-á sempre a qualidade de Mestre Silva, das suas cantadeiras e a voz inigualável de Isabel Silvestre que voa por outros montes e mares.



11.º Igreja Matriz, de Manhouce

O seu interior é rico e cuidado sendo a sua capela-mor profusa em talha e dourados, composta de quatro colunas que ladeiam duas a duas outras tantas mísulas onde assentam duas magnificas imagens de São Pedro e Santo António; sendo o seu tecto cuidadosa e artisticamente pintado com florões figurando em cada caixotão motivos florais e geométricos, estes imitando trabalhos em talha dourada.

O seu Orago São Pedro do qual existe um quadro pintado a óleo, exprimindo a palavra e portando duas enormes chaves de ferro.

Os altares laterais, no corpo da nave são de rica construção e estão bem cuidados.

Magnífico é o Cristo crucificado e as imagens que o ladeiam.



12.º Pedras Parideiras, na Castanheira, Albergaria da Serra (Geoparque de Arouca)

Na aldeia da Castanheira, na freguesia de Aldeia da Serra, ocorre o mais conhecido fenómeno geológico da área do seu Geoparque, no concelho de Arouca. Do afloramento granítico libertam-se abundantes nódulos discóides e biconvexos de biotite por termoplastia. Esses nódulos, de dimensões variáveis, de um a quinze centímetros de diâmetro, têm a mesma composição mineralógica do granito. Embora exteriormente sejam constituídos exclusivamente por biotite, possuem sempre um núcleo composto de quartzo e feldspato potássico.

É um fenómeno único em Portugal e só conhecido também perto de São Petersburgo, na Rússia.

Por erosão da rocha mãe, os nódulos ou medalhões acumulam-se no solo e os camponeses da Região apodam aquela rocha mãe de “pedra que pare pedra”.

Não colhe, neste ponto, entrar em pormenores científicos pelo que se aconselha a leitura do livrinho de C. Torre da Assunção e Carlos Teixeira, com o título “A Pedra Parideira...”, Arouca, 2003.



13.º Frecha da Mizarela, em Albergaria da Serra (Geoparque de Arouca)

Do local onde predominam as pedras parideiras, na aldeia da Castanheira, vê-se a curta distância, esta cascata, alimentada pelas águas do Rio Caima, com uma altura que ronda os setenta metros e, por isso, uma das mais altas da Europa. É também um dos geossítios mais deslumbrantes do Geoparque de Arouca que convida à meditação. Aqui predominam o granito e o micaxisto, que manifestam ter sofrido a erosão devido ao curso das águas. É um local que dá vida à Serra da Freita.



14º. Memorial de Santo António, Arouca

Vulgarmente chamado Arco da Rainha Santa por ter eventualmente por ali ele passado o cortejo fúnebre da Rainha Santa Mafalda que falecera em Avintes e a dirigiam para o seu Mosteiro de Arouca e também por ali ter parado, descansando, o jumento que transportava o seu corpo, têm-no assim chamado ao longo dos séculos. Existem seis monumentos semelhantes em todo o País, sendo um arco funerário medieval, totalmente construído em granito, situado na freguesia de Santa Eulália, a dois quilómetros do Mosteiro de Arouca embora já tenha sido transladado pelo menos por duas vezes.

Terá sido construído nos Séc. XII ou XIII e foi classificado como Monumento Nacional, em 1910.



15.º Mosteiro, Museu e Igreja de Arouca



Arouca encontra-se entre as Serras da Freita, da Mó e do Gamarão, numa rica várzea que ao longo de muitos séculos recebeu as terras de montante, e fizeram com que fosse considerada uma Terra farta e rica. Neste local deram-se grandes recontros e batalhas, mormente entre Cristãos de Mouros. Pelo Séc. X, e em honra de São Pedro, Loderigo e Vandilo fundaram o Mosteiro, adoptando-se aí a regra de São Bento. Os primeiros documentos que se lhe referem datam de 1091; tendo sido primeiramente habitado por religiosos de ambos os sexos mas a partir de meados do Séc. XII, passa a ser só de freiras.

A sua arquitectura é classicista e barroca e tendo assumido posteriormente a ordem Cistercense, passou a ser do estilo classicista romano com revestimentos barrocos em talha dourada possuindo um cadeiral também barroco, ricamente entalhado.

Na igreja encontra-se o túmulo de Santa Mafalda e podem ver-se magníficas peças de arte sacra que foram sendo adquiridas e recebidas ao longo de séculos, no Museu de Arte Sacra ali existente. O edifício foi objecto de grandes obras, nos Séc. XV/XVI. Grandes obras também se fizeram na Igreja no princípio do Séc. XVIII, tendo acontecido, em 1725 um grande incêndio que destrói o Mosteiro, à excepção da Igreja e pouco mais. Daí em diante foram levadas a efeito muitas obras. O Mosteiro passou para as mãos do Estado na segunda metade do Séc. XIX, por morte da última monja que o habitava. Possui um órgão notável, sendo um monumento que honra toda a Região e dos mais ricos do nosso País.



16.º Centro de Interpretação Geológica de Canelas (Geoparque de Arouca)



O Território do Vale da Paiva e as Serras que estas ladeiam caracterizam-se por uma geodiversidade em que assentam patrimónios geológicos que têm sido objecto de científicos interesses com notórios benefícios geoturísticos e culturais.

A Louseira de Canelas, no concelho de Arouca, é também uma jazida fossilífera excepcional, de relevante importância paleontológica que se deve à utilidade exploratória da lousa e à preservação dos exemplares encontrados no desenvolvimento daquela actividade.

A importância é ainda mais completa, devido ao acompanhamento científico que tem sido levado a efeito pelos Doutores Gutierrez – Marco, da Universidade Complutense de Madrid e Artur Abreu Sá, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Entre os exemplares encontrados destacam-se abundantemente as Trilobites Gigantes que têm sido alvo de cuidadoso e sistemático resgate, a merecerem a construção de um museu que evoluiu para o actual Centro de Interpretação Geológica de Canelas, que alberga a exposição dos fósseis provenientes da pedreira.

Nesta e ao longo dela constitui-se já um percurso, com a duração de cerca de duas horas e meia, com várias paragens em que podemos realizar uma viagem “no tempo” entre os 520 e 300 milhões de anos (MA) antes do presente, bem assim fazermos “uma leitura” de alguns dos mais importantes capítulos da História da Terra, nesse mesmo período de tempo de que as rochas que hoje calcamos são testemunhos.



17.º Igreja Nossa Senhora de Rodes e Solar de Grijó, Gafanhão, Reriz, Castro Daire

Esta Igreja ascende aos primórdios da Nacionalidade e localiza-se metade no território da freguesia de Reriz e metade na de Gafanhão, terá sido mandada construir pelo ermitão Leovigildo ou Leovigildo de Almeida (Almendra) ou Leovigildo Peres ou Pires, interveniente nos sucessos da Batalha de Ourique e com a qual D. Afonso Henriques sonhara antes do momento em que se conheceram, tendo sido repetidas, as palavras que o rei tinha ouvido, no seu sonho.

Certificando-o da vitória e do aparecimento de Cristo e que o Senhor por ser dele amado traria grandeza e brilho ao seu Império e dos seus descendentes, até à 16ª geração, e de que seria acompanhado por Ele. Tal encontro ter-se-á dado no Monte do Cabeço, para os lados de Castro Verde e Ourique. Embora tudo seja duvidoso e misterioso, não se rejeita em absoluto embora se repute maravilhoso.

Os factos ter-se-ão passado em 1139, após o que Leovigildo Pires (Peres) voltou à sua terra de Reriz, logo edificando a Igreja a Santa Maria, pelos idos de 1140/1141, e onde repousarão os seus restos, junto do altar-mor.

Ainda existe a *Irmandade de Nossa Senhora de Rodes*, de que há dias aceitámos fazer parte, por ele fundada. Possui ela uma rica bandeira, um retrato de Leovigildo ao centro, por muitos atribuído a Grão Vasco, tendo de um lado a imagem da Senhora e do outro a Batalha de Ourique; de um lado os cristãos e do outro os cinco Reis Mouros, Jesus Crucificado e a seus pés D. Afonso Henriques de joelhos. Jesus Cristo expressa: *"Ego enim aedificator, et dissipator Imperiorum, et regnorum sum Velo enim in te, et, in semine tuo Imperium mihi stabilire, ut deferatur nomen meum in exteris gentes: et ut agnoscant sucessores Tui Datorem Regni; et insigne tuum ex pretio quo*

ego numanum genusemi, et ex eo, quo ego à judaeis emptus sum, camponês; et exit mihi regum santificatum fide porum, et pietate dilectum”.

O templo é de boa fábrica e o arco cruzeiro da capela-mor é de pedra bem lavrada. Tem uma boa sacristia, uma galilé e um alpendre assente sobre colunas de cantaria lavrada, tem grandes castanheiros e uma boa fonte de água pura a ladeá-la. A imagem da Senhora é de pedra Ançã, de um metro de altura e é a Senhora objecto de grande devoção em toda a região.

A confraria era composta por Irmãos de todas as freguesias em volta. “*Portugal Antigo e Moderno, Vol.8º*”, pag.148 a 152, Ed. 1878. É notório o mau estado de todo o corpo interior da Igreja, necessitando de imediata reparação e restauro da nave, dos caixotões, do tecto e de todas as pinturas, de modo a que os homens de hoje mostrem respeito pelo que os antigos fizeram. Pela nossa parte, estamos empenhados em ladear quem assim pense.

Está relacionada com o arquétipo do V Império, intemporal, no nosso País.





O complexo da igreja, adros e casas de Rodes carecem de urgentes restauros e obras.

Desde há mais de 50 anos se vêem abandonados, com os telhados danificados, os caixotões a apodrecer, as pinturas hagiográficas, ingénuas, quase pueris, porém, sugestivas, a desaparecer; a casa em ruínas, os adros a serem ocupados por eucaliptos de privados.

Ao toque a rebate do seu sino, a chamar-se a atenção para tal situação, compareceram no local, no pretérito Domingo, dia 24 de Maio, cerca de 200 pessoas.

A centenária Filarmónica Rerizense onde, felizmente, predomina a juventude, fez ecoar as suas notas por todo o Monte das Cabeçadas até à Paiva. As pessoas oraram, confraternizaram durante horas e acordados ficaram outros encontros (outras ladaínhas); tendo-se encetado acções conducentes ao restauro de tão marcante e simbólico monumento, para o que se torna necessário estabelecer parcerias compreendendo a Igreja, os Párocos, as Autarquias, demais autoridades, os povos das freguesias vizinhas e os Museus da Fontinha e Museu do Território do Vale da Paiva e Serras.

Solar de Grijó

Na aldeia do mesmo nome, Grijó do Gafanhão, a uma distância de pouco mais de mil metros da Igreja de Rodes, encontramos o Solar de Grijó que foi casa nobre, construída nos finais do Séc. XVIII, pelo Padre Brás Luís Coelho Cardoso, então foi Abade de Reriz. A sua cantaria, mormente a das portas, nas janelas e a frontaria é de um esmerado trabalho de canteiro-artista. Todavia, infelizmente, o brilho da Casa Grande de Grijó desapareceu, as suas madeiras ruíram. Os seus tectos desmoronaram, deixando

ver crateras que recebem tudo o que das nuvens cai. É lastimável o estado em que se encontra e dá saudades a quem no seu soalho já dançou muitas valsas e contradanças.

É urgente cuidar-se da Casa Grande de Grijó, por onde passaram e viveram tantas pessoas que deixaram saudades. Vale a pena, contudo, apreciar as suas cantarias.

18.º Igreja Matriz e Várzea, de Reriz, Castro Daire

Nos inícios do Século XII vem-nos a primeira notícia de “*Rodoriz subtus Mons Fuste discurrente ríbulo Paiva território Penafiel*”. Este *Mons Fuste* era toda a cordilheira entre a Paiva e o Vouga ia até Arouca. Aquele Penafiel corresponde ao cume (do monte Fuste) onde está a ermida de São Macário do qual, num recôncavo próximo, está a pequena Pena, onde devemos ver a perduração do corónimo Penafiel mediévico, alusivo a fortificações castrejas para as quais se prestavam as altitudes de mais de mil metros e de onde se dominava largamente o Vale da Paiva no qual Reriz se situa. Aquele monte também conhecido como “*mons Magaio*” é referido em muitos documentos medievos.

Rodoriz, no Século XI/XII, *Roeriz*, no Século XIII, assim como *Reiriz* seriam nomes atribuídos a uma “*villa*” de um Redoricu(s), marginal da Paiva e a série fonética teria sido «*Rooriz, Roeriz, Reeriz (Reiriz)*»; todas estas, documentadas, provando a sua validade.

A Várzea é de uma beleza que cativa. Desde há mais de um século que aqui arribaram Ingleses, Holandeses, Alemães e todos eles a esta terra se prenderam, aqui edificando moradias e muitos a serem aqui sepultados. É também, uma terra de uma grande riqueza histórica. Aqui, sente-se que a Paiva sorri e beija mansamente ambas as bandas do seu leito e como que, tomando aí fôlego, prossegue a sua viagem para os braços do Douro.

A Igreja Paroquial de Reriz, foi edificada pelos *Castros das treze arruelas*, os quais aqui tinham uma antiquíssima casa, que ainda conserva o nome de Paço; tendo a capela de São Sebastião, hoje pública, pertencido aos mesmos (*recorde-se, neste passo, o chafariz do Século XVI que também lhes pertenceu que “passou” por Castro Daire e foi encontrado em Valongo, por Raul Cardoso Dias, desta terra de Reriz, tendo ali sido adquirido na década de oitenta, encontrando-se hoje no Parque da Fontinha*).

Pela década de oitenta do Século XVI, sendo abade o Padre Agostinho reformou-se a Igreja Matriz e o majestoso templo que hoje admiramos, no monte sobranceiro à povoação. A capela-mor é oitavada, terminando num zimbório e todo o interior em estilo jesuítico veio, em 1910, a expensas de Bernardino Rodrigues de Almeida Rebelo, a ser primorosamente restaurado e ornamentado, com pinturas de grandes Mestres, podendo considerar-se uma das mais ricas Igrejas de todo o Vale da Paiva. Ainda há pouco tempo se lia numa pequena placa, junto à Estrada Nacional: “*Esta Igreja Merece Uma Visita*”. E merece, como também o merecem a paisagem da Serra do “*Ladairo*” (ladairo que tem a ver com ladário e com procissão), as capelas, os cruzeiros, o calvário e as alminhas que ali se encontram.

Reriz é uma terra que ama e desenvolve as artes, mormente a música e o teatro. Desde há cerca de duzentos anos, o teatro tem sido uma prática do seu quotidiano. Em 1935 construí-se o edifício que é sede do Clube Recreativo Musical Rerizense. Muitos foram as mulheres e os homens que se lhe dedicaram; não podendo, neste ponto, e entre muitos outros, deixar de nomear Laurindo de Paiva Direito, Tolentino Duarte Oliveira, Gil Rodrigues Duarte, José Augusto Duarte Oliveira, Gil de Sousa Cruz, Manuel Coelho, António Dias Coelho, José Augusto Rebelo, Aurora Santos e António Argentino Lacerda e Oliveira. Todos já falecidos, mas sempre presentes, alguns dos quais chegaram a interpretar filmes de sucesso, v.g. Sertório (Gil Duarte) e “O Homem que Matou o Diabo” (o também saudoso António Argentino).

Actualmente, muito se deve à Professora Justina Duarte Coelho que, com empenho, mantém viva, com uma aplicada juventude que a circunda, esta nobre Arte, a ‘Arte de Talma’.

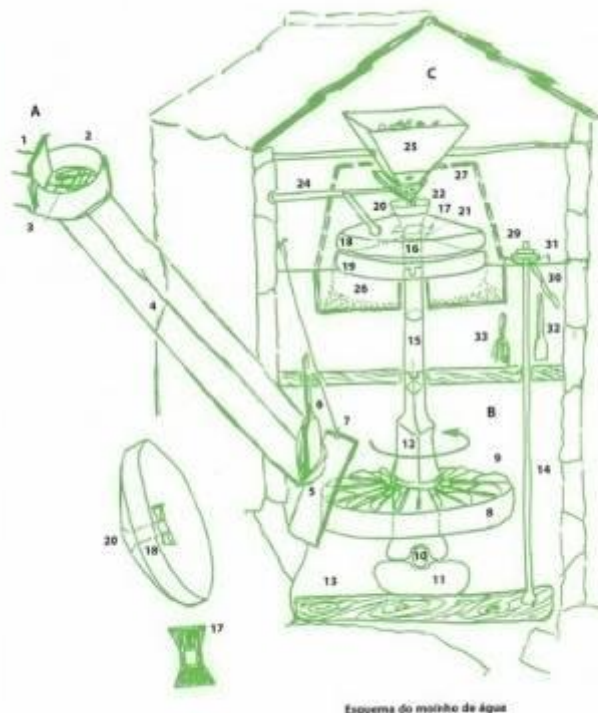


19.º Moinhos do Cereal e de Azeite e Pisões, na Paiva e seus afluentes

São centenas os exemplares existentes na bacia do Paiva e dos seus afluentes. Infelizmente, na sua grande maioria encontram-se parados e em ruínas, mas continuam sempre a ser uma referência que oferece saber e enriquece o espírito a quem demanda as nossas terras.

Fizeram o seu serviço durante séculos, girando as suas mós, transformando o grão de centeio, de milho e de trigo em farinha e com esta confeccionando o pão que sempre os homens consideraram divino. Muitos romances, contos e poemas se escreveram por eles e neles é deveras aliciante ver a água a esguichar no rodízio e este a fazer mover a mó andadeira que recebe o grão pela quelha onde o mesmo cai da moega. Sabe bem, pois ouvir a musicalidade de cada um e de todos os componentes, sentir o aroma da farinha, prová-la na ponta do dedo, vê-la ensacar no odre, de pele de cabra e seguir o seu destino em cima do jumento. Não será rentável este trabalho, mas compensa quem o ama fazer e quem o aprecia.

- A - LEVADA**
1. Desvio
2. Cubo
3. Carreia
- B - INFERNO OU CABOUCOS**
5. Seteira
6. Cunha
7. Pejadouro
8. Rodízio
9. Penas
10. Bulhão
- C - MOENDA**
15. Lobete
16. Veio
17. Segurelha
18. Mò de cima ou andadeira
19. Mò de baixo ou pé
20. Olho da mó
21. Bucha
22. Cabaço ou funil
23. Adilha com torno
24. Tramela
25. Moega ou masseira



Fonte: Armando Reis Moura, (*Serra da Freita*, p 89), 2001

Quanto ao pisão, também movido a água destina-se este a garantir a teia de lã se transforme em manta ou vestuário, após pisoada. Quer a roda motriz o eixo, as esperas ou levas, as rabadilhas, os maços ou malhos, as chavelhas, os merendos, as varelas, as entroncas, a maceira ou gastalho, nomes que advêm da função ou lugar que a peça ocupa no corpo do todo, são fabricados em madeira, pelo homem da Terra. Só a “caldeira” é de cobre, ficando suspensa entre a “fornalha” e tendo por função fornecer sempre água quente para a maceira e manter a teia humedecida para possibilitar e facilitar o aperto do tecido. E todo esse trabalho era desenvolvido para que nos pudéssemos defender do frio com as capuchas e as mantas e vestes de burel.



20.º Igreja Matriz de Ester, Castro Daire

Trata-se de uma Igreja de muita remota origem, anterior à fundação da Nacionalidade, foi antiga abadia da mitra, no distrito eclesiástico do Douro, tem como Orago São Pedro e até 1133, pertenceu ao Mosteiro de São Pedro de Arouca, de cujo património foi retirada por D. Toda Viegas, padroeira do mesmo Mosteiro e descendente dos fundadores da Igreja. Segundo Maria Helena da Cruz Coelho, (in “O Mosteiro de Arouca do Séc. X ao Séc. XIII, pp.124, 243 e 252), logo passou para o Mosteiro da Ermida.

O actual edifício é característico de meados dos Séc. XVIII, com dois coros, pilastres toscanas nos cunhais, pináculos e cornija de cantaria, correndo a toda a volta; com um frontão recortado em coroa e a fachada principal, rasgada pelo portal rectangular, debaixo do frontão interrompido de segmentos enrolados; descendo, um

óculo emoldurado com vegetação vegetalista. O corucheu da torre que se levanta à esquerda é uma esguia pirâmide octogonal.

Interiormente existem dois corpos separados pelo arco-cruzeiro. O forro da capela-mor é artesolado, com vinte e oito caixotões, dispostos a 4x7, com pinturas do Apostolado e Santos; sendo o seu retábulo de talha dourada e policromada, de “estilo salomónico”, dos inícios do Séc. XVIII, sendo também deste século as imagens de São Pedro e São Paulo, de madeira estofada assentes nas mísulas laterais.

O corpo da nave compõe-se de 50 caixotões de temática hagiográfica, dispostos 5x10, sendo Joaninos os retábulos dos altares deste corpo, encimado por um crucifixo do Séc. XVII. Dispõe de muitas imagens sendo a de realçar a da Senhora do Rosário com um Menino nos braços, e a de São Sebastião e o gracioso conjunto da Sagrada Família, aquelas do Séc. XVII e esta do Séc. XVIII. Expressiva imagem é a do Cristo Crucificado exposta na Sacristia, quinhentista, quando os frades da Ermida eram os seus padroeiros. Como também diz Alberto Correia, apoiando-se em Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*. Tomo V, pp. 153-161, “ em cumprimento de um antigo voto, os fregueses de Ester costumado ir em procissão à capela da Senhora de Rodes, do Gafanhão, todos os anos, na última oitava do Espírito Santo”.

Classificada como Imóvel de Interesse Público, deseja-se que o Estado não descure, antes atenda com rapidez às necessárias reparações e restauros que urge fazer – e lhe cabe fazer – deste magnífico templo.



21.º Igreja Matriz de Parada de Ester, Castro Daire

Tendo como Orago São João Batista, foi antiga abadia do padroado real, no distrito eclesiástico do Douro.

Sobre ela existem documentos de 1258, as Inquirições de D. Afonso III. A ela também se referem documentos de 1321 e 1363, entre outros.

Na segunda metade do Séc. XVIII, os seus fregueses beneficiaram-na com grandes obras. Tratou-se de obras no forro, coro, grades da pia baptismal e escada para o coro, nas quais se despenderam avultadas importâncias.

No seu exterior, à esquerda da entrada principal, situa-se o artístico busto em bronze do Bispo D. João Crisóstomo que foi baptizado nesta Igreja e residiu na casa grande de Eiriz, até ao seu finamento.

Os restauros do interior da Igreja dão-nos hoje ensejo a apreciarmos a sua riqueza em talhas, os seus caixotões com temas hagiográficos e a sequência das sepulturas, antes cobertas com madeira, oferecendo-nos momentos de enlevo e de meditação.



22.º Portas de Montemuro, Castro Daire

Existem vestígios arqueológicos geralmente em locais mais altos que foram habitados por povos primitivos. Nas Portas de Montemuro existem restos de muralhas derrubadas e de pequenas cistas funerárias. Essas muralhas eram compostas, por vezes, por pedras ‘ciclópicas’ sendo de épocas que remontam à Reconquista ou anteriores. São visíveis as marcas de romanização.

O local é estratégico entre as duas vertentes, as que dão para as bacias do Douro e da Paiva e, por isso, o seu nome de “Portas”. Daí, com mais segurança, podiam observar-se todos os movimentos externos numa grande amplidão de espaços. Pelo seu próprio nome se identifica como um ponto de passagem. Por aí passa o limite dos concelhos de Castro Daire, Cinfães e Resende. Já no Séc. XI eram referidas as suas ruínas, havendo quem diga que D. Afonso Henriques aí se aquartelou, com as suas hostes, aquando da Reconquista. As terras circundantes passaram a ser do seu aio Egas Moniz.

Primeiramente, o Monte chamava-se *Gerontio ou Geronzio* (in Portugalae Monumenta Histórica – Doc. XXX). Depois chamou-se *Monte de Muro* ou *Monte do Muro*, vindo depois a aglutinar-se em Montemuro.

Ao longo dos séculos, a velha fortaleza foi sendo delapidada e as suas pedras serviram para a construção de casas nas aldeias vizinhas.

Alberto Correia escreve e “... as Portas do Montemuro teriam sido um acampamento militar construído pelos Romanos, aproveitando-se de povoamento anterior, e que teria sido continuado a ser utilizado nas épocas seguintes até entrar em ruínas no Séc. XIII, ocasião em que foi abandonado” (in Castro Daire, pag. 197).

São deslumbrantes as panorâmicas que ali se desfrutam para as bacias para as quais o Montemuro pende.





23.º Santuário de Santa Helena, Picão, Castro Daire

Abílio Pereira de Carvalho foi quem nos disse para visitarmos Santa Helena. Por isso, lhe agradecemos.















24.º Castro de Cabril, Castro Daire

Ainda hoje existe, na freguesia de Cabril, o lugar do Castro ou Crasto. Recorda o núcleo inicial da mesma freguesia. Situa-se a cerca de 500 metros de altitude, no outeiro sobranceiro à Ribeira de Levadas e ao Ribeiro Tenente que lhe dão defesa e com as suas encostas de elevado declive.

Há anos, puseram-se a descoberto duas casas do Castro. Casas redondas, de diâmetro pequeno e com paredes de xisto. A descoberto ficou um muro feito com pedra miúda unida por argamassa.

Diz Alberto Correia e outros no seu já referido livro “*Castro Daire*”, ed. C. M.C.D., 1995, pag., 107 que se encontra cerâmica manual e de roda a esmo por todo o monte.

O Castro de Cabril terá sido habitado ininterruptamente desde a Idade do Ferro até à Época Moderna sem solução de continuidade. O povoamento teria começado no cimo do monte que foi pouco a pouco sendo abandonado estendendo-se no Séc.-XVIII para o local onde hoje é a povoação, pois desse Séc. XVIII é a capela vulgar. É dos poucos casos que conhecemos onde se manteve o povoamento de um Castro.

A colina arredondada do Castro que se vê ao quilómetro 26 da EN 225 apercebe-se de longe. A silhueta da antiga muralha cobriu-se de pedras dos muros baixos das casas circulares sendo poucos abertos. E não por arqueólogos mas por pesquisadores de tesouros que acharam cerâmicas e mós de moer das gentes que o habitaram há muitos e muitos séculos.

Aconselhamos a eventual limpeza de todo o mato que cobre o outeiro, para que os arqueólogos se debrucem sobre esta riqueza que aguarda que dela se apropriem, a estudem e lhe dêem valimento.

25.º Aldeia das Levadas, Cabril, Castro Daire

Percorrendo cerca de cinco quilómetros a partir da EN 225 em Cabril, encontraremos a aldeia das Levadas. Parece ter sido projectada por arquitecto de grande sensibilidade. Constituída por dezenas de casas, em termos tradicionais, com predomínio do xisto e com os telhados em lousa que também é xisto, ponteadas de vez em quando por pedras de granito é hoje uma aldeia ridente e de fantasma.

Ninguém a habita desde que há anos o Senhor José das Levadas, que andou muitos anos pelos Brasis, preferiu as bandas de Parada. Um poeta aqui disporia de um imenso rol de motivos para louvar a Natureza – verde, verde – o silêncio e ao pé das Levadas ouvir as melodias que estas entoam.

É um lugar, que consideramos sem muito esforço, como sagrado. Por isso, também sofremos com os “crimes” que nela já começaram a praticar, v.g. um telhado de zinco, a casa cimeira com telhado derruido, uma casa sem qualquer parentesco com as outras, de cor branca e telha marselhesa a pretender realçar-se no meio das demais, um execrando PT, também branco, no meio da demais negrura; tudo a justificar a atenção da Autarquia para que não aconteça semelhança com Meã, de que só resta a fotografia publicitária com fins turísticos.



26.º Igreja Matriz de Cabril, Castro Daire

Paróquia muito antiga cuja origem remonta ao Mosteiro de Santa Maria de Baltar. No início do Séc. XVI, foi anexada por D. Manuel I ao Mosteiro da Ermida de Santa Maria de Riba de Paiva.

Situa-se no largo da Povoação do Mosteiro do Cabril e nela lê-se “ VIII.D.IVNHO D. 1742, data que rememorarà a construção setecentista do edifício. A torre termina em coruchéu piramidal, entre pináculos ligados por balaustrada e situa-se do lado esquerdo.

O retábulo da capela-mor é de estilo Rococó e assenta num supedâneo de quatro degraus de granito. Dois pares de colunas compósitas ladeiam o camarim, onde um templete serve de remate ao trono. Rococó também é a talha do púlpito e a que recobre o arco-cruzeiro sobre os capitéis, tendo pelo motivo principal uma custódia dentro de um nicho curvado. Mais antiga é a talha dos retábulos laterais, do estilo “Salomónico” (Séc. XVII/XVIII).

O tecto é de berço e de pintura em perspectiva do Séc. XVIII e exalta o Santíssimo Sacramento, destacando-se outras figuras, mormente a Senhora do Carmo, São João Baptista, São Lourenço, São Carlos Borromeo e o Rei David.

Na pia baptismal desta Igreja que tem como orago a Nª Sra. da Assunção terá sido baptizado há alguns séculos João Rodrigues Cabrilho, descobridor e explorador das Costas da Califórnia, onde existe uma notável estátua, na Cidade de São Francisco. Montalegre, porém, reivindicava-o como seu filho. Mas Cabrilho tem a ver com Cabril...



27.º Capela da Senhora do Monte e Pelourinho, Alvarenga, Arouca



Sensivelmente a meio da Serra de Montemuro, a Este da freguesia de Alvarenga e no seu cume mais elevado está implantado este templo de onde se desfruta uma paisagem em todas as direcções que nos arrebatam.

Esta capela é de tempos muito antigos e veio a ser muito restaurada em 1694. Por ser um local muito exposto aos ventos, construí-se uma segunda parede exteriormente, elevando-a acima da primeira, apondo-lhe outra cobertura. Repete-se que é dilatado e surpreendente o panorama que dali se desfruta. Alcandorada sobre a aldeia de Vila Galega, dali se vê quase toda a freguesia a servir-lhe de pedestal, com as muitas e muitas leiras de terra cultivada na forma de degraus que sobem até perto daquele imponente trono e em dias límpidos, a extensão de montes e vales chega à foz do Douro. Todos os anos se realizam ali as Festas nos dias 7 e 8 de Setembro onde concorrem as gentes de Alvarenga, de Nespereira e das aldeias circunvizinhas. No interior da capela duas imagens são muito veneradas: a de Santa Bárbara e a de São Macário, tendo ambas a sua festa própria.

Procuramos os locais onde se encontrariam as cinco mamoadas. Em vão, porém. A eucaliptação fê-las desaparecer.

Mas vale a pena, mesmo que não seja em Setembro, subir a este alto de Alvarenga e abraçar toda a paisagem desta parte do Montemuro.



Pelourinho



Data este monumento de 1590, logo após a capital do concelho de Alvarenga ter sido transferida da Vila para o lugar de Trancoso onde foi edificada e se encontra a Casa da Câmara ou Paços do Concelho.

O Pelourinho era sempre um distintivo da jurisdição de um concelho e da sua autonomia municipal.

Alguns exemplares, noutras terras, que não em Alvarenga, foram implantados só para vincar essas qualidades. Geralmente encostados à sua fria coluna eram expostos os condenados, para serem aí sancionados com açoites ou vergastadas, e ou pela afronta verbal da população presente, mas também para a execução capital e outras.

Considerado Imóvel de Interesse Público pelo Dec. nº 23122 de 11/10/1933, dele escreveu Artur Guimarães ser em “estilo rupestre”, nada tendo de manuelino, e dando a impressão que lhe falta o remate na cabeça. E que tinha sido informado da sua deslocação e restauro aquando das lutas liberais.

28.º Carreira dos Moinhos, Alvarenga, Arouca

Chegados ao lugar de Carreiros, constatamos a existência de dezassete moinhos que à excepção dos dois cimeiros que se situam à sua esquerda, se localizam em linha recta quase perfeita.

Alguns têm marcado o sinal da cruz e outros símbolos; o do fundo a data de 1860, o segundo a de 1858, e o sétimo a de 1787.

À excepção de dois, todos são construídos em xisto, cobertos com ardósia e alguns têm empenas de granito. Num deles existe a casa do moleiro.

Vários carecem de escadas de acesso e alguns apresentam uma pedra de lousa saliente da parede, para folgar as costas da carga que se transportava, enquanto se introduzia ou retirava a chave da porta ou, ainda, para ‘trazer alívio à besta’.

Quase unidos entre si, cada um dando ponto ao que se lhe seguia, ali existiram na segunda metade do Séc. XVIII, vinte e três unidades, referindo M. P. de Paiva Madureira, em 1906, que na extensão de cerca de duzentos metros giravam treze rodas de moinhos alveiros e negreiros e um de maçar linho. Ainda hoje, nestas redondezas, quando se quer referir um grande caudal de água, se diz “uma Paiva de água” ou “até parece o Rego do Boi”. Falar no Rego do Boi é referirmos o grande caudal que faz movimentar aqueles moinhos, o qual justificou a lenda que em apêndice, assim como várias outras, explicaremos.

A Carreira dos Moinhos é um sítio arqueológico industrial que já teve grande relevância económica. Durante séculos, a principal cultura da Região foi o milho, bem assim o centeio, o trigo e até o feijão. Quase todos são comunitários, pertencendo, por vezes a dez agricultores.

Poderá e deverá este conjunto tornar-se num rico e enriquecedor ponto de cultura, com assegurada rentabilidade, pelo que além de ter de se providenciar na sua protecção há que preservá-los e transformá-los num conjunto museológico que será vivo, dinâmico e rentável, dado o seu elevado valor cultural e etnográfico.

Felizmente, tomámos conhecimento que a Autarquia, nesse ensejo, providenciou a elaboração de projectos para se prosseguirem os desideratos que se justificam.

O jovem e competente arquitecto Nuno Noronha, com raízes em Alvarenga, apresentou já um projecto a que, por sua amabilidade, tivemos acesso, no qual se apontam as transformações e obras a desenvolver, com vista a transformar a Carreira

dos Moinhos, a que está indissoluvelmente ligada a Lenda do Rego do Boi, num Centro de Cultura Etnográfico, capacitando-o a receber centenas ou milhares de turistas, por ano.



29.º Mosteiro da Ermida, (Templo das Siglas), Ermida, Castro Daire





Muito se escreveu acerca da Ermida da Paiva. Aarão de Lacerda, Alexandre Alves, Gonçalves da Costa e mais recentemente, Abílio Pereira de Carvalho; de cuja obra (*Mosteiro da Ermida*, Ed. do Autor, 2001), principalmente, nos socorremos; oferecem-nos elementos bastantes para compreendermos os pormenores do tempo a problemática da sua fundação, as influências dos Hospitalários e dos Templários quanto às suas origens, as siglas incrustadas em todas as suas pedras, a demais bibliografia a que se pode atender e às inumeráveis conjecturas que de tudo se podem fazer; tudo isto extravasa o exíguo espaço que nos é facultado para dele escrevermos, de modo a satisfazer minimamente a curiosidade de quem o demanda.

Respeitando a orientação litúrgica clássica, a fachada principal está voltada para Poente mas não exactamente Este / Oeste.

A sua porta principal é em arco quebrado encimado por arquivoltas que assentam em três delicadas e diferenciadas colunas e capiteis, de cada lado. Por cima do arco sobressai uma faixa axadrezada como fímbria de renda, favo de mel e no tímpano uma cruz, e outra cruz, diferente desta se encontram no topo da empena, florenciada. Seguindo pelo lado Sul do templo, encontramos a porta lateral, também de arte quebrada, no tímpano os restos de uma legenda, pintada a vermelho, onde se decifra “E. MCC 2 II”, isto é, 1252, caso o dois como tudo indica ocupe o lugar de um L.

Seguidamente a capela-mor, por cima da campa funerária, sem tampa, de granito; encontrando-se aqui a lápide que conta a morte do Padre Roberto.

O monumento é de estilo Românico, nele figurando, porém elementos característicos do gótico.

As suas paredes espessas, são acompanhadas de contrafortes prismáticos até a cornija.

Tem cachorros lavrados onde a esmo se encontram esculpidas figuras humanas, frutos, flores, carrancas, cordas, argolas e elementos geométricos diversos.

A sua abside é poligonal. Entre as colunas que remetam os vértices dos ângulos, ao que corresponde ao centro da cabeceira, exhibe um notável capitel, dois ministros a tocarem a sua viola de arco.

Sabemos que nas peregrinações, a música estava sempre presente.

Num outro capitel a fera engole um homem pelas pernas. No outro, observa-se um busto feminino de frente com umas mãos a apertar os seios flácidos contra o peito. Figuras humanas, bestas e carrancas. Noutro, dois homens medem forças em luta greco-latina.

Do lado Norte, para alguns, vemos a campa de um dos fundadores do Mosteiro. Mas, para nós, seguindo Abílio Pereira de Carvalho, não será esta a resposta certa.

O templo é escuro e frio. De uma só nave coberta com uma abóbada de arco quebrado. Ai também se exibem capitéis com colunas cheias de motivos zoomórficos, vegetalistas e figurações humanas.

Não passam despercebidos os caracteres visigóticos que ornamentam o templo, havendo muita arte, mas também ingenuidade e intenção pitoresca.

Saindo do templo, observemos o modilhão, junto à cornija, do lado direito do contraforte. Aqui, vê-se uma imagem masculina tipo “ET”, nenhuma figuras com asas ou incorpóreas de rostos efeminados, rechonchudos, de sexo indiferenciado (neste caso, aliás, bem aparente), que tão abundantemente ornamentam os templos cristãos.

Este foge, como também fugiria o mesteiral que o esculpiu no capitel, à ortodoxia daqueles que sempre silenciaram a sua existência. Assim escreveu Abílio Pereira de Carvalho.

Encontramo-nos chegados ao ponto misterioso que envolve a origem do Ermitério do Padre Roberto até agora atribuída aos premonstratenses, cuja tese, como vimos, tem por escoras as vagas expressões “consta de memórias antiga”, “tiveram em tempos antigos”, expressões sem contornos temporais definidos que sustentaram o dito e o feito acerca de ermitério por Aarão de Lacerda e autores subsequentes que, “acriticamente”,

lhe seguiram a pegada, é tempo de reflectirmos sobre tudo isso, agradecendo a todos o produto de pesquisa que nos legaram.

Vemos que a inscrição alusiva ao óbito do Padre Roberto se reporta à Era de César de 1198. Se a esta data subtrairmos 38 anos, vemos que o Padre Roberto faleceu em 1160 A. D.. Constatámos também que a fundação do Ermitério é dada como tendo acontecido na Era de César de 1178 (Lacerda; 1919:38) pelo que retirando-lhe os 38 anos, recuamos ao ano de 1140 A. D. , isto é, 7 anos antes da conquista de Lisboa aos Mouros.

E se considerarmos ainda a data de 1173, referida na sinopse inserta nos *Anais Premonstratenses*, (Lacerda,1919:38) e subtraindo-lhe igualmente os 38 anos, recuamos ao ano de 1135 A.D., ou seja 12 anos da conquista de Lisboa. Mas, se a isto tudo acrescentarmos o arguto raciocínio de Alexandre Alves referente a uma doação feita ao Ermitério do Padre Roberto por D. Afonso Henriques, dizendo expressamente que:

“se a data atribuída ao documento está certa – 1-X-1145 – os premonstratenses teriam vindo para Portugal muito antes da conquista de Lisboa aos Mouros”. (Alexandre Alves, 1968, p.238)

Concluiremos, sem grande esforço, que a fundação do Ermitério nada tem a ver com os cruzados que ajudaram a conquistar Lisboa e, por consequência, nada tem a ver com os cruzados-premonstratenses que participaram nesse evento.

Daí dizermos que nos parece não ser sustentável a tese que atribui aos premonstratenses a fundação do mosteiro.

Muito se pode dizer, alicerçando-nos nos profícuos conhecimentos e pesquisas de Abílio Pereira de Carvalho, quanto a este aspecto; o que exige ler-se – e vale a pena – “Mosteiro da Ermida”, de sua autoria, acima referido.

Os monges partiram. Mas o saber medieval, hermético, esotérico e simbólico, aí está espalhado por todas estas siglas a desafiar os tempos e os homens. Aqui e noutros templos, o paganismo, condenado pelo cristianismo, encontrou a forma secreta de se projectar no tempo, inscrito em pontes, castelos e templos.



30.º Museu Municipal de Castro Daire

Após constituída, em 1984, a Casa-Museu Maria da Fontinha, decidiu a Câmara Municipal criar o seu Museu. Agregado a este, hoje, encontramos uma Sala em que geralmente os jovens se identificam com a informática. Apoiamos esta iniciativa.

O Museu em si, compreendendo uma sala única, de razoáveis dimensões, apresenta-nos trabalhos dos finados oleiros de Ribolhos, Mestres Albino e José Maria; alfaias de uso quotidiano dos agricultores da Região, v.g. carro de bois, com sebe, arados, charrua; alfaias usadas no ciclo do linho, da lã, um tear manual, a miniatura de um pisão, um exemplar de coroa, outra de capucha e outra de veste de mulher serrana, painéis elucidativos acerca da Igreja Matriz de Castro Daire e Mosteiro da Ermida; e uma cópia das inscrições da pedra de Moledo, além de objectos diversos de cariz etnográfico.

Trata-se de um Museu de pequeno acervo, mostrando alguma etnografia da Região, mostrando-se carecido neste campo de uma mais vasta representação para melhor caracterizar a riqueza do Município. Mas, se está em Castro Daire não deixe de o visitar.



31.º Igreja Matriz de Castro Daire

Diocese de Lamego, tem por Orago o Apóstolo São Pedro e remontará aos princípios da era cristã, aos tempos distantes da pregação evangélica no Ocidente Peninsular (Costa, N. Gonçalves, *in Historia de Lamego, II, pág.312*).

A primitiva ermida, próxima do “Castro” Luso-Romano, nos contrafortes do Montemuro, sobranceiro à “*pons petrina*” e ao Vale da Paiva, transformou-se com os tempos numa das paróquias visigóticas de maior relevo no bispado de Lamego. Com a Igreja de Monteiras pertenceu ao Padroado Real, terminando na Casa do Infantado, até ao advento do Liberalismo.

Pinho Leal diz que “há em Portugal sés menos vastas”.

O majestoso edifício ocupa, com o adro e cemitério contíguo, uma extensa área do primitivo núcleo castrejo.

Segundo *Alberto Correia, Alexandre Alves e João Inês Vaz in Castro Daire*, Ed. C.M.C.D., 1995, p.236 e ss, fazendo-o mais uma vez com a devida vénia:

Compõem-se de dois corpos rectangulares, correspondentes à capela-mor e à nave, sendo o frontispício, de estilo Neoclássico, do Século XIX. Duas altas pilastras dóricas limitam a zona central, coroado por um frontão angular e rasgada por três vãos em cada um dos dois corpos horizontais que as formam. O amplo portal da entrada, bem como os vãos laterais são de volta redondos; o do piso superior, que dão luz ao coro são de molduras rectas; o central, é decorado com um frontão curvo. Um óculo rasga-se no tímpano do frontão da fachada, cujo ático culmina numa cruz de braços travados, entre

duas urnas esbeltas. A esguia torre, de quatro ventanas de volta plena, termina num coruchéu bulboso, entre quatro urnas estriadas.

Sobre a empena posterior do corpo da capela-mor, levanta-se uma cruz de granito de três braços paralelos a cruz papal, dos sucessores de São Pedro.

Um poderoso arco ampara, do lado Sul, a parede da capela-mor e, do lado Norte, encosta-se à parede do corpo da nave um nicho setecentista da Via-Sacra, com frontão interrompido de volutas.

A Igreja tem interiormente oito altares com outras tantas invocações, merecendo todas as imagens especial atenção.

O tecto da capela-mor, de abóbada de berço, de madeira, é apainelado e dourado, repartido em quarenta e nove caixotões (7x7) ornados de folhagem de acanto. O retábulo, de talha dourada, de tipo nacional (Sec. XVII / XVIII) é formado por dois pares de colunas pseudo - salomónicas, continuadas no remate em arcos concêntricos, fixos por seis peças radiantes, quatro das quais decoradas com meios corpos de Atlantes, em relevo. Tanto o sacrário como o alto trono de seis degraus são de época posterior, dos fins do barroco. São notáveis as seis telas de pintura maneirista, em caixilhos de talha dourada de folhagem de acanto suspensas sobre o cadeiral dos beneficiados.

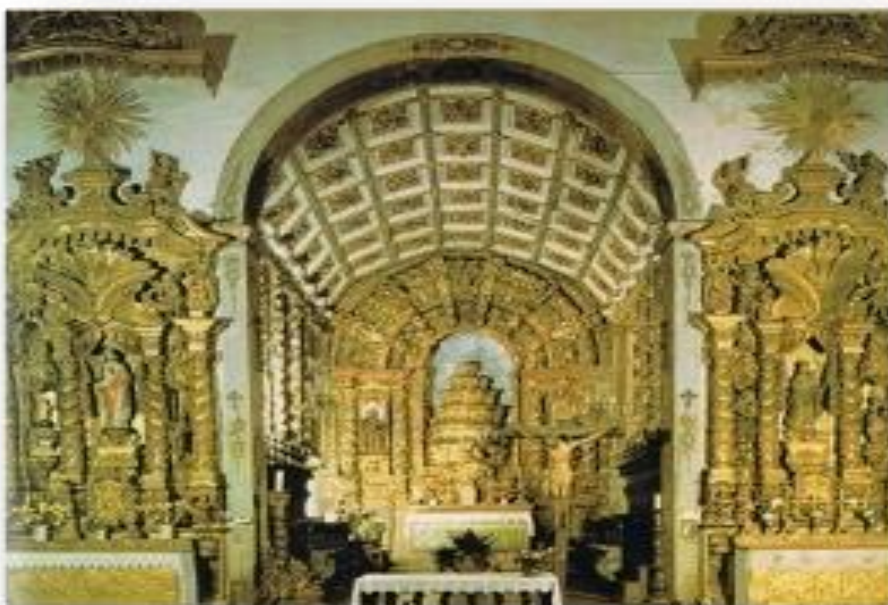
Este cadeiral, de talha rococó, pintado a óleo, distribui-se por duas de nove cadeiras, simetricamente, nos dois lados da capela-mor.

Também notável o tocheiro de talha salomónica, o círio pascal, os anjos candelabros barroco, as credências Joaninas, douradas e policromadas e o conjunto da cadeira paroquial e dois mochos de talha joanina. Porém o que mais impressiona é a imagem de Cristo crucificado, quase de estatura natural, à entrada da capela-mor do lado da Epístola.

É a iluminação natural graças aos vãos do frontispício e às grandes janelas rasgadas a Sul.

O retábulo do “Painel das Almas” é o mais espectacular, o mais monumental e dos mais majestosos de toda a diocese de Lamego. Vale bem a pena uma visita a esta terra Montemurana, de propósito, para se apreciar tão notável obra de arte.

Aqui chegados, deixámos de ler, levantámo-nos e durante horas apreciámos o que havíamos lido e o belo e o artístico que o leitor verá quando aceitar o convite.



Pelourinho de Castro Daire

A escassos 100ms da Igreja Matriz encontramos este monumento que anteriormente se encontrava no Cimo de Vila, em frente à Capela de São Sebastião.

Assenta o mesmo em dois degraus circulares, com bordo boleado e saliente. A plataforma assemelha-se a um polímetro quadrangular. A base do fuste é de forma circular de dupla moldura. O fuste é cilíndrico, liso e afusado, rematando com dois aneletos lisos e um boleado. O capitel é jónico e nele assentaria a peça de remate. Em seu lugar encontra-se, uma cruz que tardiamente ali foi colocada.

Devido a acidente, veio a ser recomposto, sabendo-se, contudo, que possuía uma bola de pedra sobre o capitel.

Classificado como Imóvel de Interesse Público, pelo Dec.23122, de 11.10.1933.
(Júlio Rocha e Sousa, in *Pelourinhos do Distrito de Viseu*, ed.do autor,p.27)



32.º Alguns Solares de Castro Daire

Na Vila, apontamos o dos Aguilares, situado na zona histórica, mais antiga da Vila que engloba uma rica Capela. É um solar de nobreza rural, formando um polígono irregular delimitado por um muro exterior que engloba a parte agrícola e outro no interior, separando os cómodos agrícolas daquela; erguendo-se em cada um dos extremos da residência imponentes varandas alpenduradas sustentadas por colunas toscanas. A sua capela com imagem do “*Ecce hommo*”, é totalmente forrada com ricos azulejos azuis e brancos, com alguns decénios .

O Palácio das Carrancas, é uma construção do Séc. XVIII, a que se acede por uma escadaria de dois lances com balaústres ao e do terraço da capela do mesmo nome e que contempla uma fonte com abóbada de berço armoriado.

A Casa da Cerca, edifício setecentista barroco, foi residência do Bispo de Lamego.

De planta rectangular, é o andar nobre do piso superior marcado pela concepção rica das janelas apresentando uma desta varanda de balaústres.

Uma fachada principal existe um frontão interrompido por brasão de armas.

Este imóvel foi referido por Camilo Castelo Branco, no seu “Amor de Perdição” aludido ao personagem Baltazar Coutinho.

No rés-do-chão está instalado o Museu Municipal e uma agência bancária, entre outros.

Quem buscar, na Região, este tipo de imóvel, além do degradado de Grijó, do Gafanhão, pode apreciar os dos Castros das Treze Arruelas, em Reriz e outros em Mões, aldeia que também merece uma visita, embora fora do nosso itinerário.

33.º Canastros de Pendilhe



Canastros ou espigueiros são as construções que nos vêm de tempos ancestrais, utilizando, pensa-se, primeiramente varas no sentido vertical e galhos vários flexíveis no horizontal, tal como a técnica usada em cestaria, nas canastras; daí advindo-lhe o nome de canastro. O nome de espigueiro relaciona-se por servirem predominantemente para o armazenamento das espigas, trazendo-lhes arejamento e defesa perante os roedores. Existem canastros com datas inscritas que remontam, pelo menos, ao Século XVIII.

Geralmente compõem-se de quatro pilares, por vezes de seis e mais, consoante a riqueza e abundância do seu dono, em granito, com inclinação das suas “paredes” para fora, assentando em bases intermédias de granito, que por sua vez assentam em Pegões de pedras e ou alvenaria. Têm normalmente portas nas suas extremidades e em casos de maior dimensão, também numa das paredes laterais, para introduzir e retirar as espigas. Os seus telhados, que antes eram de quatro águas, são primordialmente, de duas águas, são cobertos com telha lusa, Marselha, lousa e nas serras, ainda por colmo.

Aos canastros estão associados os palheiros e a eira onde se malhava e secava o milho das espigas antes neles armazenados. Em Pendilhe, do outro lado da eira, está a nascer o Museu Rural, com objectos etnográficos da Terra.

É uma construção que enriquece a nossa paisagem e que encontramos em todas as aldeias do nosso território.

Existem outros aglomerados de canastros no perímetro do nosso Museu, porém, o que nos causou melhor impressão foi o conjunto de Pendilhe, no qual podemos

distinguir o de tipo mais antigo (o segundo a contar da esquerda), o de média idade (o primeiro a contar da esquerda) e o mais actual (o terceiro a contar da esquerda).

34.º Orca, (anta, dólmen), de Pendilhe, Vila Nova de Paiva



As Orcas, também conhecidas como antas ou dólmenes e até por arcas e por paulas são monumentos megalíticos, túmulos colectivos e foram construídos desde o final do V milénio a . C. até ao fim do III milénio a . C..

Na nossa região também são conhecidos como “casas dos mouros”, “pias ou fornos dos mouros”.

No Território existem cerca de duas centenas de monumentos megalíticos, existindo em muito maior número e preservação no Município de Vila Nova de Paiva, nas “Terras do Demo”, de Aquilino, existindo exemplares também nos demais Municípios contemplados no Museu Territorial.

A Orca de Pendilhe foi considerada Imóvel de Interesse Público e localiza-se no centro de uma planície, em vale alargado, próximo de linhas de água, onde existem também algumas choupanas para abrigo dos pastores cuja construção nos elucida de como se chegou à construção das abóbadas. Este dólmen de Pendilhe tem um corredor com cerca de cinco metros e meio de comprimento de que se conservam poucos esteios.

A câmara funerária engloba nove esteios e terão sido pintados, detectando-se insculturas na laje (pedra de cobertura). Ao analisarmos esta orca, sentimos curiosidade em beber mais conhecimentos acerca destes monumentos e das eras em que foram construídos. A sua construção terá sido no final do Neolítico; tendo sido reutilizado no Calcolítico final.

Encontra-se sinalizado na Estrada Nacional 225, nas imediações de Pendilhe e é acessível a veículos ligeiros.

35.º Igreja e Pelourinho de Pendilhe



Pelourinho ou picota é uma coluna de pedra, geralmente de granito, existentes em lugares públicos, nomeadamente em frente às Câmaras, tendo no topo um capitel e onde os presos eram amarrados e açoitados ou mutilados, conforme o delito por si cometido. Alguns tinham a base construída pelo homem como é o caso de Pendilhe e outros em afloramentos naturais, como é o caso de Palhais, do mesmo município.

Segundo Teófilo de Braga e Alexandre Herculano, a sua origem remonta à “*columna Noémia romana*” que distinguia com certos privilégios as cidades e as “villas” que os possuíam.

Na área do nosso Museu do Território existem o pelourinho de Castro Daire (que neste município) os de Alva, Mões, Campo Benfeito e Rossão; e no município de Vila Nova de Paiva os de Alhais, de Vila Cova à Coelheira e o de Fráguas, além deste; no

município de Arouca, o de Trancoso, em Alvarenga, o de Arouca junto ao Mosteiro e, além destes, o de Cabeçais e fragmentos do de Burgo. Por vezes eram construídos só para dar nota dos privilégios da vila.

A escassos cinquenta metros do pelourinho acabado de referir, situa-se a sumptuosa Igreja Matriz de Pendilhe de riquíssima talha dourada, de caixotões com pinturas de dezenas de retratos de Santos, os quais reputamos de muito boa qualidade, assim como os vitrais que lhe foram introduzidos mais recentemente; tudo a justificar a visita do leitor.



36°. Orca (anta, dólmen), do Picoto do Vasco, Pendilhe, Vila Nova de Paiva



A escassos quilómetros do anterior, e ainda na mesma freguesia de Pendilhe, encontramos este monumento, sensivelmente da mesma época.

Está implantado num ponto elevado do relevo, com uma visão panorâmica de muitos quilómetros, a qual atinge o Monte de São Macário, sempre azulado.

É um dólmen de vestibulo, com o *Tumulus* em pedra, ovalado, com átrio e extenso corredor intratumular. Alguns esteios da câmara encontram-se com pinturas e gravuras.

Este monumento terá sido ritualmente encerrado, com a obstrução dos seus acessos, logo após ter sido construído; notando-se os efeitos de uma fogueira de grande amplitude e duração, a qual fazia parte desses rituais e que provocou a vitrificação das pedras que constituíam o *tumulus*; o que ainda observamos hoje, em torno dos esteios da referida câmara.

Na Estrada Nacional 225, existe a sinalética alusiva, exigindo, porém, um percurso a pé de cem metros.

37.º Sarcófagos de Vila Cova-à-Coelheira

Chegamos a esta terra e respiramos história. Dobrando a atenção constatamos que se nos depara também a pré-história. Esta tem por exemplo o antigo *castro*, que se situa a cerca de quatro quilómetros de distância, em local de difícil acesso, que se justificará vencer para um mais aprofundado e específico estudo.

Junto à Igreja Matriz encontram-se pelo menos seis sarcófagos talhados em blocos graníticos, alguns construídos com diversas lajes, os quais constituíam o cemitério medieval existente em torno da antiga igreja.

Conservam-se até aos nossos dias os sarcófagos monolíticos, um dos quais decorados com motivo cruciforme. Os especialistas datam-nos da Alta Idade Média (Séculos X a XII).



38.º Igreja Matriz de Vila Cova-à-Coelheira, Vila Nova de Paiva



Também no interior desta igreja, apreciando toda a nave, o riquíssimo altar central e os laterais, bem assim, as pinturas em caixotões de muitos Santos a decorar o tecto e a solicitar meditação, nos sentimos extasiados. Não cabe na dimensão deste trabalho, se saber houvesse para tal, especificar e desenvolver todos os pormenores desta riqueza de património religioso.

Merece a Igreja Matriz desta freguesia, os mesmos encómios já produzidos quanto a outras Igrejas do nosso rico Território.



39°. Pelourinho e Sinagoga de Vila Cova-à-Coelheira, Vila Nova de Paiva



a) O pelourinho de Vila Nova-à-Coelheira tem um capitel que o diferencia para melhor do de Pendilhe, atrás referido.

À sua frente, na pracinha onde se situa, vemos um belo exemplar de *solar* nobre que mereceu a nossa atenção e a sua inclusão no nosso estudo; lamentando-se, porém o estado de deterioração em que o mesmo se encontra.

b) Quisemos conhecer o edifício, conhecido como Sinagoga de Vila Cova -à Coelheira. Aqui, soubemos que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva já adquiriu o imóvel, bem assim o que na esquina e à sua frente se encontra, para deles nos oferecer mais um espaço que merecerá certamente a demanda de muitas gentes e esta bela terra. E quanto ao *solar* a que acima se aludiu?



40.º Arquitectura Civil e Igreja - Museu, de Vila Nova de Paiva



Como em qualquer terra, aldeia, vila ou cidade, muito se poderia escrever acerca dos diversos tipos de construção que se nos apresentam.

Em Vila Nova de Paiva, realçamos o moderno e amplo edifício que engloba o Auditório Carlos Paredes, as várias salas de exposições temporárias, o posto de turismo e onde será instalado o adiantadamente anunciado Museu de Arqueologia. Merece a nossa visita.

Não podemos deixar de referir, porém, uma das casas mais notórias desta Terra, a qual ligamos ao tipo de construção do “Brasileiro de Torna Viagem” situada em frente ao edifício da Câmara Municipal. É ela a expressão do sucesso do emigrante que regressava à sua terra com os primeiros lucros obtidos, para ampliar a casa mãe ou construir uma nova, aqui dando nota da glória obtida em terras do Brasil. Com a riqueza obtida, o “Brasileiro” conseguiu os contactos cosmopolitas necessários para também enriquecer nos modos e na cultura, viajando, bem com os símbolos que transportou para o seu rincão, onde passou a fazer parte da classe burguesa que muito activamente se envolve na vida pública. Naqueles tempos de transformação de regimes.



É este belo exemplo que colhe ser considerado entre “os palácios, as casas apalaçadas e os palacetes” que nasceram, dotadas de características arquitectónicas e decorativas especiais, no centro cívico das vilas entre 1860 e 1930, como nos informam Figueirinhas (1960), Guilhermino César e o sempre atento Aquilino Ribeiro.

A Igreja Matriz (Museu)



Ergue-se este monumento a uma cota superior em relação à rua principal da vila e nele se integrou uma secção museológica com um importante espólio de arte sacra dos Séculos XI a XX. Dentro do edifício subsistem vestígios de um templo românico que existiu no local ou noutra e do qual se aproveitaram e aplicaram, entre outros, as colunas que sustentam o coro e a pia baptismal, embora singelos. Todavia, o interior da capela-mor impressiona-nos pelo esplendor da talha dourada, barroca, e na minúcia do trabalho do altar-mor e rebuscados tectos que a cobrem.

Segundo *Alberto Correia*, “quarenta e nove quadros de rico trabalhado ilustram, no tecto da capela-mor a árvore genealógica de Jesus segundo o Evangelho de São Mateus”. Denominada, muito acertadamente, por Igreja-Museu, lemos que a sua construção datará dos Séculos XI e XII; a sua ampliação e revestimento em talha barroca, de 1700 a 1710; e o seu restauro e beneficiação, no ano 2000.

No livrinho “Igreja Museu” gentilmente oferecido pelo sapiente Padre Justino Lopes, lê-se: “Visitar e admirar esta Igreja - Museu é desenvolver o gosto artístico, treinando a capacidade em discernir o que é ou não é belo...”. O Revendo Pároco e Arcipreste de Vila Nova de Paiva, P. José Justino Lopes tem razão.

Aquilino Ribeiro referiu-a como “a sétima maravilha da (sua) Terra”.





41.º Igreja Matriz e Pelourinho de Alhais, Vila Nova de Paiva



Sobre o povoado ergue-se a alta e sumptuosa torre da Igreja Matriz, imposta às ordens de um arquitecto francês de nome Granjou, aquando das profundas reformas que o edifício sofreu nos primeiros anos do Séc. XX.

Do precioso recheio da Igreja salvou-se o altar da sacristia, que é pura Renascença, e onde figurava Nossa Senhora da Corredoura – Orago da freguesia.

No interior resta talha renascentista no altar e o pé da pia onde foi baptizado Aquilino Ribeiro, para grande orgulho da terra.

Pelourinho



O Pelourinho de Alhais é de feição rústica faltando-lhe os degraus. Eleva-se a coluna sobre um enorme bloco de granito, no cimo do qual está implantado o fuste cilíndrico de face lisa, de dois metros de altura, cingido superiormente por capitel com dois filetes salientes arredondando-se com um lintel plano.

Singelas são as molduras onde assenta a peça prismática do capitel, de quatro faces, com oitenta centímetros. Remata um botão terminal.

Data do Séc. XVI, e foi classificado como I. I. P., pelo Dec. nº23122, 11/10/1933.

(Júlio Rocha e Sousa, *Ibidem*, pág. 90)

42.º Orca (anta, dólmen), dos Juncais, freguesia de Queiriga, Vila Nova de Paiva



Estamos perante a mais imponente, preservada e documentada orca da região.

Considerada Monumento Nacional.

Está implantada numa bacia depressionária próxima do Ribeiro do Rebentão, a 1,7 quilómetros da povoação.

É um dólmen de corredor, dispondo de uma câmara de planta poligonal de nove esteios; tendo o referido corredor cerca de sete metros e meio de comprimento. O *tumulus* é de planta ovalada e está bem conservado, situando-se o átrio na sua entrada.

A laje (placa) de cobertura é monumental e tem, na superfície exterior, gravações, em variados momentos históricos e com datas e símbolos religiosos que traduzem a importância do monumento como marco territorial ao longo dos tempos.

Seis dos seus esteios da câmara ainda apresentam vestígios de pintura a ocre, de que se destaca uma cena de caça, no segundo esteio do lado Sul, e os motivos da laje de cabeceira (pele “esticada”, encimada por dois cervídeos e outros). No corredor, pelo menos aparentemente, só um dos esteios teria pinturas: dois antropomorfos à entrada, do lado Norte, encontrando-se o fragmento com essas configurações em depósito no Museu Nacional de Arqueologia.

A sua construção é do Neolítico Final e foi reutilizado no Calcolítico Final e na Idade do Bronze.



Sinalizado na Estrada Nacional 309 que dá acesso a veículos ligeiros.

- Obs: a) A cerca de cento e cinquenta metros para Sudoeste, localiza-se a orquilha de Juncais. Tratar-se-á de um dólmen simples, provavelmente fechado. Foi escavado nos finais do Século XIX, por Leite de Vasconcellos, observando-se o *Tumulus*, de planta circular com cerca de dez metros e datará do Neolítico Final.
- b) A cerca de trinta metros, existe também a Cista dos Juncais, de câmara rectangular, muito baixa a qual poderá ter tido um pequeno *Tumulus* e datará da Idade do bronze.

43.º Parque Arbutus do Demo e Orca da Corga dos Moços, Vila Nova Paiva



- a) Trata-se de um projecto em curso de reconversão do antigo viveiro da Junta Autónoma de Estradas, actualmente Estradas de Portugal, o qual foi desactivado na década de noventa, tendo desempenhado um papel relevante no fornecimento de espécies lenhosas para arborização dos eixos viários da região Centro.

Tem uma área de cerca de oitenta mil metros quadrados, de que doze mil e quinhentos metros quadrados correspondem a matas coníferas e folhosas, constituindo um património de inestimável valor paisagístico e ambiental.

O projecto paisagístico de requalificação não esqueceu a utilização daqueles espaços e raízes de contexto cultural onde se insere, integrando conceitos técnico-científicos, estéticos, de conservação e preservação do ambiente e culturais.

O parque forma uma unidade integrada que compreende diversos domínios: quadrado central, horta e pomar, espaço de conservação, arboreto e o viveiro. No quadrado central, as colecções temáticas de plantas encontram-se divididas em várias categorias, baseadas na taxinomia, origem geográfica ou

ecológica, uso específico, hábito ou forma de vida, de acordo com objectivos técnico-científicos, didácticos, culturais e comerciais.

Este espaço permitirá às pessoas poderem ter um contacto directo através dos vários sentidos com uma grande diversidade de plantas permitindo desfrutar de “sensações à flor da pele”.

Na horta e no pomar serão preservadas variedades regionais de hortícolas e fruteiras em desuso ou vias de extinção, com potencial interesse agronómico, de modo a recuperar o seu “testemunho”.

Será igualmente um lugar privilegiado de experimentação para ensaio de novas variedades que se possam encontrar devidamente adaptadas naquelas condições adafoclimáticas e que possuam aptidão agrícola e comercial para poderem ser disseminadas para os agricultores da região.

Constitui ainda um espaço dedicado à preservação de práticas agrícolas ancestrais e à aplicação da vertente biológica no modo de produção agrícola, devidamente enquadrada com técnicas inovadoras.

O parque desempenhará um papel fundamental na conservação de espécies autóctones, que devem ser protegidas por terem áreas de distribuição geralmente muito restritas. Neste âmbito, o desenvolvimento de uma colecção de conservação terá como objectivo conservar e propagar material genético de espécies raras ou em perigo de extinção e assegurar a sua sobrevivência no estado selvagem, bem como avaliar o potencial destas espécies para utilização em jardinagem e arquitectura paisagística.

As colecções de conservação serão complementadas com um programa paralelo de investigação, com observações na fenologia, biologia reprodutiva, desenvolvimento e optimização de técnicas de propagação.

No espaço arboreto, as colecções de árvores serão dispostas de acordo com diferentes critérios, nomeadamente produção de madeira, resina, ornamentais, aromáticas, tendo em atenção o equilíbrio estético que se pretende implementar neste espaço.

Este espaço complementa-se com as matas de caducifólias e de coníferas e a alameda de liriodendros que emolduram o parque. O arboreto caracteriza-se por apresentar uma enorme diversidade de espécies de macrofungos que deverá

ser preservada e ampliada de molde a tornar-se mais um pólo de atracção por vezes em épocas do ano onde a exuberância da maioria das plantas se encontra numa fase menos apelativa.

O viveiro do parque que pretende revitalizar a função primeira daquele espaço, está vocacionado para a propagação e multiplicação de plantas, com vista a uma rentabilização económica da biodiversidade existente no parque e na flora autóctone da região.

Será igualmente utilizado para a realização de actividades técnico-científicas e pedagógicas integradas no plano geral do parque.

Os edifícios existentes no antigo viveiro (casa do viveiro, nitreira, casa dos cantoneiros e casa florestal), pela sua tipologia e disposição espacial, constituem no seu todo um conjunto de infra-estruturas que suportam as necessidades logísticas.

- b) A escassos cento e cinquenta metros do parque *Arbutus do Demo*, numa área aplanada, no rebordo de um pequeno vale e próximo de uma linha de água com o seu nome, esta orca, mediana, com quinze metros de diâmetro, tem corredor curto ou vestíbulo. No terreno destaca-se o *tumulus* de planta semi circular que se destaca no terreno, porém, escondido pelas belíssimas urzes que o enfeitam. Na parte central tem três esteios de câmara, apresentando um deles três cavidades de origem natural na sua face externa.

O monumento é do Neolítico Final e não foi ainda cientificamente estudado.

Na Estrada Nacional 323, perto do parque, no caminho para a Vila, a cerca de trinta metros de distância daquela estrada.



44.º Orca (anta ou dólmen), das Castonairas Pisão e Pelourinho em Fráguas, Vila Nova de Paiva



Estamos em frente da belíssima aldeia de Fráguas que parece sorrir para a Paiva que mimosa segue o seu destino, como que a seus pés.

A Paiva, apresenta ali trechos de um encanto idílico, com paisagens que nos fazem sonhar.

A ponte que a atravessa merece que a olhemos.

E logo nos aparecem sinais de um pisão e de um moinho que já tanto renderam, ao longo de séculos, a todas as gentes da aldeia.



O pisão pode ver-se na sua total composição, embora sem ser utilizado. Não resistimos a fotografá-lo, porquanto, para nós se trata de um monumento bem preservado.

A um quilómetro e meio da Estrada, desde a ponte e acessível a veículos ligeiros, encontramos a orca implantada numa plataforma baixa, na margem esquerda da Paiva e com visibilidade localizada.

Trata-se de um dólmen de corredor, com uma câmara poligonal de nove esteios em que a laje de cabeceira seria ladeada por dois esteios em forma de pilar. O corredor tem cerca de cinco metros e meio de comprimento.

O *tumulus* em terra e de planta ovalada encontra-se superficialmente com pedras. Tem um átrio de acesso e o seu corredor é intratumular, prolongando para Nascente o corredor ortostático.

Este monumento foi estudado na década de sessenta por V. Leisnr e L. Ribeiro; tendo-se realizado novos trabalhos em 1960, quando se descobriu o átrio intacto (os muros em pedra vã foram aplicados durante os trabalhos de restauro posteriormente às escavações mais recentes).

É do Neolítico Final e foi reutilizado sucessivamente no Calcolítico e na Idade do Bronze.

Pelourinho:



Data do Séc. XVI, assenta sobre três degraus e atinge cerca de três metros de altura. A coluna tem forma octogonal e as faces lisas. Sobre ela assente um remate de secção quadrada, a qual se estreita uma parte inferior como tronco de pirâmide.

Na cave atalhada da superfície central do remate estão esculpidas nas suas quatro faces, carões de grossa moldagem.

Por cima de cada quina sobe uma peça em cubo de desenho de rectilínea em forma de coluneto, de faces planas e lisas.

Ao centro, por fecho, assenta uma bola.

Classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº 123122, de 11 do 10 1933 (Júlio Rocha de Sousa, *in Pelourinhos Distrito de Viseu*, ed, do autor, pág. 91).

Se dispuser de tempo e este estiver aprazível, valerá a pena um mergulho na praia fluvial.



45.º Saber - Fazer (Olaria do Barro Negro), em Ribolhos, Castro Daire



Os 'herdeiros' dos Mestres Albino Ribeiro e José Maria Rodrigues, em quem depositamos a nossa confiança, para se manter este Saber-Fazer: Dr. Jorge Ferreira e Adérito Marcelino.



46.º Termas de Carvalho, Castro Daire e Termas de São Pedro do Sul



São por demais conhecidas as virtudes quer de uma quer de outra das Estações Termas em apreço.

As de São Pedro do Sul, são reconhecidas desde há muitos e muitos séculos. Fizeram delas uso os Romanos, certamente antes deles os nossos ancestrais Lusitanos.

Nelas se vinha curar as mazelas sofridas nas batalhas que empreendia, o nosso Primeiro Rei, quando nascia Portugal. Figuras ilustres vieram tratar-se a esta bela estância do Vouga, tendo nela intervindo, deixando disso testemunho, a Rainha D. Amélia. Tem-se como certo serem as Termas de São Pedro do Sul as mais frequentadas da Península Ibérica, as belezas naturais são ali abundantes.

A restauração e a hotelaria garantem uma boa estadia aos mais exigentes. É conhecido o orgulho dos Sampedrenses em relação às suas Termas.



Por sua vez, as Termas do Carvalho são exploradas desde há menos tempo, embora desde há decénios a sua fama vá sendo acrescentada, estão também perto da Paiva e integram a Rede Natura 2000. A A24 dá-lhe bons acessos, em todas as direcções.

As suas águas são recomendadas, pela sua composição e características para muitos males. O seu corpo de servidores começa a ser alvo de elevados encómios, antevendo-se o seu crescimento, de um modo sustentável; oferecendo-se aos seus utentes além da pacatez do lugar, uma grande diversidade de núcleos museológicos e culturais que a pouca distância podem ser visitados e lidos. Ambas as Termas parque de campismo, hotel, pensões e alguns restaurantes, junto e no aglomerado populacional. É manifesta a atenção que têm merecido, desde há anos por parte das Autarquias. Situam-se a seis quilómetros de Castro Daire, doze, do Museu Maria da Fontinha, dezasseis do São Macário, cerca de vinte de Viseu, cerca de quinze das Portas de Montemuro e de trinta de Lamego; enquanto as de S.P.S a 5 da A25, 20 de Viseu e 15 do M.M.F.

47.º Património Gastronómico



Relativamente a este núcleo, escrevemos a págs. 59, do corpo da dissertação.

Os ‘exemplares’ que vemos podemos revê-los na Casa dos Bifes Caetano, em Alvarenga.



Aquilino Ribeiro gostava dos sabores do Vale da Paiva e Serras. Referia os *“piteuzinhos que nos fazem esquecer as misérias humanas”*, *“o frango assado no forno sobre aromática duna de ervilhas”* *“as batatas rachadas”* (in Via Sinuosa), *“arroz de forno”* e a *“couve troncha com cebola, azeite e alho”* (in Terras dos Demo), *“o arroz doce, com polvilhamentos fulvos de canela sobre brancura de jasper”* (in Andam Faunos pelos Bosques)... e tinha mais uma vez razão.

48.º Património Paisagístico



Referimo-lo no Apêndice IX, supra.

49.º Património Musical

Damos, neste passo, como reproduzido o que sobre este tema escrevemos a páginas 55 e seguintes do corpo da dissertação.

Apêndice XIV



O Dr. José Alberto Sardinha, conceituado Advogado na Cidade de Torres Vedras, tem, em simultâneo com a sua actividade profissional desenvolvido profícua pesquisa, pelas mais recônditas aldeias de Portugal, podendo dele afirmar-se que se trata de um dos maiores etnomusicólogos de sempre. De sua lavra, com propriedade e riqueza, conhecem-se muitas obras literárias sobre a música, das quais destacamos *Tunas do Marão*, *“Braga na Tradição Musical – A Rusga de S. Vicente”*, *“Portugal Raízes Musicais”*, *“Recolhas Musicais da Tradição Oral-1982”*, *“Por uma Etnomusicologia Portuguesa – 1982”*, *“Viola Campaniça o Outro Alentejo – 1986”*, *“Modas Estremenhas – 1989”*, *“Música de Tradição Oral na Região de Torres Vedras- 1991”*, *“A Propósito de Folk-lore – 1995”*, *“Romaria da Senhora do Almurtão- 1995 (prefácio)”*, *“Sobre a Funcionalidade do Adufe – 1995”*, *“Idanha-a-Nova Toques e Cantares da Vila-1995”*, *“Armando Leça e o Primeiro Levantamento Músico-Popular em Portugal- 1991”*, *“O Mistério Giacometti-1999”* e *“Tradições Musicais da Estremadura-2000”*.

Do que fez na nossa Região, basta ouvirmos – e com que prazer – o que se encontra gravado no Disco n.º 1, Apêndice do presente trabalho.

Quanto a Isabel Silvestre e aos Cantares de Manhouce, vejamos e ouçamos o Disco n.º 3 (DVD) e o que sobre este item, se escreveu no Apêndice.



a) Já escrevemos acerca das pesquisas e colheitas, feitas pelo etnomusicólogo Dr. José Alberto Sardinha. São dezoito as composições que constam do disco respectivo, Disco CD, nº1.

b) Sendo certo que em Manhouce, desde há séculos, se desenvolveu a arte musical que reflectia as culturas do litoral e das serras, pela posição geográfica ocupada pela aldeia, com a constante passagem das gentes de uma e de outras regiões. E sendo também certo que o magnífico Grupo Etnográfico de Cantares de Manhouce que tantos êxitos obteve em Portugal e no Estrangeiro, não se encontra com a vitalidade que lhe conhecemos – o que muito se justifica pela falta do Mestre Silva – deparámo-nos, felizmente, agora, perante o ressurgimento dos valores musicais desta linda freguesia.

Isabel Silvestre, a “Lenda Viva” que já referimos, o Dr. António Alexandrino Matos, as demais componentes, cujas vozes nos deslumbram, estão a acompanhar e a fazer seguir para mais altos voos as vozes de uma dúzia de jovens meninas, comprovadamente dotadas, antevendo-se o prosseguimento do valor de Manhouce no campo musical. Sem grandes ensaios quase que espontaneamente, gravámos na Igreja e na Escola de Manhouce o que se mostra no DVD, disco nº2.

É mais uma manifestação de **SABER-FAZER**, que na nossa Região continua e que se contempla neste Museu do Território.



50.º Lendas e Narrativas

São muitas as lendas que se contavam nos serões, nas noites frias de Inverno, enquanto no lume crepitavam as chispas. No **Apêndice VII**, supra, contamos algumas delas.

Apêndice XV

XV.1. Residências artísticas de Nodar (São Martinho das Moitas/São Pedro do Sul)



A 6 Km de distância do Museu Maria da Fontinha, num dos meandros mais belos da Paiva, situa-se a original aldeia de Nodar, da freguesia de S. Martinho das Moitas, concelho de São Pedro do Sul.

Falou-se, há anos, que estaria condenada a ficar submersa, quando e se procedesse-se a obras para a construção da barragem de Alvarenga, exactamente onde se situa a “Garganta da Paiva” e a Ponte de Alvarenga.

Felizmente, não aconteceu com Nodar o triste fim de Vilarinho da Furna, na Serra Amarela, no Gerês.

Aí está ela, a bela e risonha aldeia de Nodar, a receber quem a demanda e quem por ela passa, atravessando aquela belíssima ponte de mais de um século e aquele trecho idílico a que as águas da Paiva dão vida. A praia fluvial ali existente, sem qualquer despesa, é deveras convidativa, mormente nos meses de fim de Primavera até princípios de Outono.

Dois jovens, Luís e Rui Costa, filhos do historiador e homem da terra, Norberto Costa, criaram de uma ideia, uma realidade que temos de enaltecer. A Associação Cultural de Nodar e os programas que leva a efeito, em comunhão total com a musicalidade da natureza que, aliás, ali é pródiga; o convívio com os naturais e a descoberta das suas realidades por parte de muitos jovens, de vários quadrantes e Países,

que ali desenvolvem actividades artísticas e lúdicas, está a tornar-se realmente, um caso muito sério, o qual tem de se aplaudir e acarinhar.

Mas melhor que nós, expressá-lo-á um dos seus criadores, o Rui Costa:

“O Centro de Residências Artísticas de Nodar coordenado pela Binaural em parceria com a Associação Cultural de Nodar, situado numa comunidade rural de montanha no centro de Portugal (concelho de S. Pedro do Sul), organiza e produz o desenvolvimento de projectos artísticos pluri e transdisciplinares (com ênfase nas artes sonoras, vídeo, performativas e intermédia), seguidos de apresentações públicas na região. Os artistas residentes, no âmbito do desenvolvimento dos projectos artísticos, são encorajados a estabelecerem interações com o local, seu espaço geográfico e social, identidade e memória.

Desde Março de 2006 que residiram temporariamente em Nodar mais de 50 artistas contemporâneos (na grande maioria estrangeiros), os quais desenvolveram projectos artísticos em ligação com as comunidades locais. Memória colectiva, lendas e mitos, identidade, género e idade, topografia, toponímia, música, património sonoro, paisagem, vegetação, água e fogo, dinâmicas de consumo, artefactos e utensílios, vida e morte, língua, agricultura e pastorícia, foram alguns das realidades que serviram de base para a concepção e realização dos projectos artísticos. Concertos, workshops, exposições, palestras e projecções de vídeo realizaram-se em diversas aldeias da região com interesse e participação crescentes.

Como grande parte do espaço rural português, Nodar vive actualmente um processo de ruptura entre um passado de séculos em que a ocupação do espaço e os laços sociais ocorriam através de um lento fluxo geracional, dentro de um contexto de cultura agrária de subsistência, economicamente pobre mas muito rica culturalmente, e um presente de abandono humano e agrícola, de lenta desagregação dos intricados laços ancestrais existentes entre os habitantes e o espaço por eles ocupado.

A posição geográfica particular de Nodar, uma zona montanhosa de acessos difíceis, e certas características de organização social dos seus habitantes, nomeadamente a prevalência de um forte espírito comunitarista aliado a um interesse genuíno em manter vivos hábitos de trabalho ancestrais, rituais associados aos ciclos agrícolas, memórias de histórias e lendas locais, etc., tornam Nodar num lugar prenhe de interesse para um projecto que parte da(s) realidade(s) sócio - geográficas do local para a sua reflexão e intervenção artística.

Um dos objectivos do Centro de Residências Artísticas de Nodar é precisamente o de estabelecer uma comunicação bi-direccional com a comunidade de Nodar e com as zonas adjacentes (site-specific art, community-based art), através de uma praxis artística profundamente comprometida com a realidade local e com a sua riqueza geográfica e cultural, procurando reforçar um sentido de integração da comunidade numa realidade cultural mais vasta (portuguesa / europeia / mundial).

Os pilares da referida ligação do Centro de Residências Artísticas de Nodar à comunidade local são de vária índole:

I. Selecção de projectos de criação artística que potenciem uma compreensão de certos elementos, tanto históricos como contemporâneos, da organização sócio-cultural-geográfica de Nodar e um envolvimento da população na preparação dos projectos artísticos (entrevistas, ajuda na disponibilização de materiais e documentos, apoio logístico, etc.);

II. Apresentações públicas na própria aldeia de Nodar de todos os projectos artísticos desenvolvidos em residência, com uma detalhada explicação à população da sua génese, objectivos e métodos;

II. *Organização de eventos (conferências, exposições) em centros urbanos do País ou no estrangeiro que permitam mostrar os resultados dos projectos artísticos desenvolvidos em Nodar a públicos habituados às expressões artísticas experimentais. A este título, destacam-se as exposições que a Binaural / Associação Cultural de Nodar organizaram no Museu Grão Vasco e foyer do Teatro Viriato, em Viseu, e na Galeria Santa Clara, em Coimbra, bem como a tournée de conferências e exposições realizada recentemente numa série de universidades dos Estados Unidos.*

IV. *Recolha documental como actividade complementar à criação artística, constituindo em Nodar um centro de documentação, escrita, sonora, fotográfica, e de vídeo sobre a comunidade e disponível para a população, para investigadores e para todos os artistas que desenvolvam projectos no futuro. Esta actividade será facilitada com a construção do futuro Centro Cultural de Nodar (actualmente em fase de projecto).*

V. *Componente educacional que desenvolve através de uma série de actividades simultâneas e articuladas com o desenvolvimento de projectos artísticos, dirigidas a crianças e jovens em idade escolar, como workshops de captura e edição criativa de áudio e vídeo e construção de instrumentos sonoros. É expectável que estas acções tenham a médio prazo um impacto significativo na vida social e cultural da comunidade, facilitando, nomeadamente, o processo de compreensão e de envolvimento nos projectos artísticos desenvolvidos pelo Centro de Residências Artísticas de Nodar. Neste domínio, há a destacar o projecto “Aldeias Sonoras” que consiste no registo e mapeamento do património sonoro das aldeias mais isoladas de São Pedro do Sul por parte de alunos da Escola Secundária local.*

A abordagem de intervenção do Centro de Residências Artísticas de Nodar difere substancialmente de outras residências artísticas existentes em Portugal ao assumir a sua condição de residência em espaço rural, em que, quer a natureza dos projectos artísticos quer os públicos destinatários estão relacionados em grande medida com o meio rural. A experiência de Nodar e de outras residências similares na Europa, mostram que arte contemporânea não é incompatível (pelo contrário) com públicos rurais.”

O Programa de Residências Artísticas de Nodar para 2009 está definido e irá decorrer ao longo do ano em cinco módulos, entre 15 Março e 31 Outubro, que contarão com a presença de 19 artistas de origens geográficas e áreas artísticas diversas, os quais desenvolverão na aldeia de Nodar (S. Pedro do Sul) e territórios adjacentes, os projectos que previamente foram seleccionados pelo comité de selecção da Binaural.

São as seguintes as principais linhas de força dos projectos artísticos seleccionados:

1. *Presença de três artistas oriundos da Estónia (Peeter Laurits, Anna Hints e Svetlana Bogomolova), convidados ao abrigo de um acordo de cooperação estabelecido com uma residência artística em espaço rural daquele país (MoKS). A Binaural convidou por sua vez quatro artistas Portugueses a efectuarem uma residência artística na aldeia estoniana de Mooste: Dinis Santos, Andrea Brandão, Ana Carvalho e Bruno Humberto.*

2. *Presença significativa em Nodar de artistas Portugueses (Rui Silveira, Joana Nascimento, Sérgio Cruz e Marta Bernardes) o que acontece pela primeira vez desde 2006, evidenciando, por um lado, uma estratégia do Centro de Residências Artísticas de Nodar na promoção junto da comunidade artística nacional do interesse numa reflexão artística contemporânea em espaço rural e, por outro lado, um aumento da qualidade geral dos projectos artísticos propostos, nomeadamente por parte de uma geração emergente de artistas nacionais formados nos últimos anos num ambiente artístico multidisciplinar e/ou internacional.*

3. *Projectos que trabalham sobre o enquadramento sonoro da paisagem de Nodar de formas inovadoras, nomeadamente ligando aspectos tecnológicos / científicos a artísticos. Salienta-se o projecto dos brasileiros Luciana Ohira e Sérgio Bonilha, os quais construirão uma série de dispositivos sonoros dispersos na paisagem que funcionarão autonomamente através de energia solar, do artista Japonês residente em Berlim Satoshi Morita o qual, a partir de gravações sonoras multicanal, criará uma série de “capacetes sonoros” que induzem no ouvinte uma percepção auditiva e táctil do som e do Norte-Americano Ben Owen, o qual utilizará tecnologias de captação de vibrações do subsolo (sismógrafos, geofones) para as transformar em elementos audíveis. Estarão igualmente em Nodar outros quatro artistas sonoros de renome internacional: Jason Kahn, Melanie Velarde, Duncan Whitley e Jez riley French.*

4. *Projectos que reflectem sobre aspectos tradicionais ou actuais da realidade local, como seja a arquitectura tradicional (Rui Silveira, Jez riley French), o mundo animal (Marta Bernardes / Ignacio Martínez e Sérgio Cruz), as aldeias abandonadas (Manuela Barile) ou a paixão pelo futebol amador (Duncan Whitley).*

5. *Projectos que envolvem a voz humana e a sua ligação sensível à paisagem geográfica e humana (Marta Bernardes, Manuela Barile, Alice Hui-Sheng Chang e Anna Hints).*

Por último, de referir que em cada residência artística serão desenvolvidas actividades paralelas com estudantes da região (em colaboração com escolas secundárias e universidades) e será efectuada uma apresentação ao público dos trabalhos artísticos, a ocorrer no último dia de cada residência.”

É nosso propósito estabelecermos parceria com esta jovem Associação, para desenvolvermos em comum, acções conducentes ao maior enriquecimento cultural das nossas gentes e a dar a saber das nossas realidades, com vista a recebermos mais pessoas, de diversos locais e Países, numa desejada interculturalidade.





Apêndice XVI

XVI.1. Enaltecimento da identidade territorial na literatura e noutras artes

São muitos os textos literários e os autores que têm cantado, com encómios e orgulho, as belezas das Terras da Paiva e as qualidades das suas gentes.

São escritores, são historiadores, são cientistas, são poetas e artistas, os que têm aludido e propalado o Belo de todo o Território do Vale da Paiva e Serras.

Sobressai, dentre os escritores, o ‘injustiçado’ e grande *Aquilino Ribeiro*, homem das ‘*Terras do Demo*’, o qual se identificou com a natureza da Nave, com o sentimento daqueles povos serranos e, dizendo que não, compreendeu a sua religiosidade, os seus templos e escreveu hinos, que o são, sobre as figuras populares que conheceu;

Realçamos também o castrense, *Abílio Pereira de Carvalho*, que nos deixa escritos tesouros históricos, arqueológicos, etnográficos e etnológicos que, plasmados nos seus muitos livros, garantem a sua perenidade;

António Correa de Oliveira, deixou-nos poéticos e ricos testemunhos da sua sensibilidade e do seu amor à Região de Lafões;

José Nuno Pereira Pinto, Aurora Simões de Matos, a cantar a Paiva, Cristina Correia, José Silvestre, João Sevivas, Carlos Silvestre, Nelson Pereira, David de Almeida, Homem Cardoso, Vítor Mendes, António Mendes, Filomeno Silva, Artur Sá, Tito de Magalhães, Padre Justino Lopes, Manuel Fonseca da Gama, António de Brum Ferreira, A. Lacerda, Américo Oliveira, Aristides de Amorim Girão, Ivone Pedro, Abel Botelho, Norberto Costa, Rui Costa, Luís Costa, Adérito Ferreira, António Teixeira Fernandes, Olindina Miller, António P. Silva, Maria Helena Coelho, Armando Moura, Domingos J. Da Cruz, Alexandre J. Cambras, Lúcia Margarida Simões, Manuel Coelho Pinto, Maria João Portelo, Sílvia Loureiro, Alexandre Valinho, Marina Afonso Vieira, António Costa, Graeme Pullyn, o inglês mais português, depois de Lord Byron, que também era grego, António Alexandrino de F. Matos, José Alberto Sardinha e o

saudoso *António Argentino*, nos vários campos das suas respectivas actividades, tiveram sempre em mente a nossa Terra;

Uma palavra para *Alberto Correia, Alexandre Alves e João Inês Vaz*, sempre presentes. Lá longe, do outro lado do mar, a fadista de Cetos que honra Castro Daire: *Maria Alcina*;

E, fazendo ecoar a sua inconfundível voz pelos montes e vales para além do nosso território, a ‘lenda viva’: *Isabel Silvestre*, de Manhouce;

Termina-se, com outro nome, nado e criado perto dos castanheiros milenares, das fragas e penedos e das águas do Sul e da Paiva, *Jaime Gralheiro*, um dos maiores dramaturgos da actualidade e obrigatoriamente tem de incluir-se o nome de Fernando Paulo Baptista que com as suas águas sapientes rega as nossas várzeas e vales com elevada cultura oriunda da Hélade e dos campos latinos, a enriquecer-nos;

Todos eles e muitos outros que involuntariamente não se nomeiam, enalteceram e amaram a nossa Região, com as suas serras, os seus montes, as suas penedias, os seus regatos, os seus rios e o que neles os humanos construíram e a Natureza implantou.